



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ANDRÉA FIGUEIREDO GOMES

**AS NOVAS DINÂMICAS URBANAS QUE CONTRIBUEM PARA UM NOVO
PLANO DIRETOR PARA O MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP**

**MACAPÁ
2023**

ANDRÉA FIGUEIREDO GOMES

**AS NOVAS DINÂMICAS URBANAS QUE CONTRIBUEM PARA UM NOVO
PLANO DIRETOR PARA O MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Área de Concentração: Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento Regional

Orientador: Dr. José Alberto Tostes

MACAPÁ

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

G633 Gomes, Andréa Figueiredo.

As novas dinâmicas urbanas que contribuem para um novo plano diretor para o município de Macapá/AP / Andréa Figueiredo Gomes. - Macapá, 2023.

1 recurso eletrônico. 100 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2023.

Orientador: José Alberto Tostes.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Planejamento Urbano. 2. Plano Diretor. 3. Dinâmicas Urbanas. I. Tostes, José Alberto, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 711.4

GOMES, Andréa Figueiredo. **As novas dinâmicas urbanas que contribuem para um novo plano diretor para o município de Macapá/AP**. Orientador: José Alberto Tostes. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

ANDRÉA FIGUEIREDO GOMES

**AS NOVAS DINÂMICAS URBANAS QUE CONTRIBUEM PARA UM NOVO
PLANO DIRETOR PARA O MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: ____/____/2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alberto Tostes
Orientador-PPGMDR/UNIFAP

Prof. Dr. Marco Antônio Augusto Chagas
Examinador Titular Interno - PPGMDR/UNIFAP

Profa. Dra. Rosemary Ferreira de Andrade
Examinador Titular Externo- Universidade Federal do Pará

**MACAPÁ
2023**

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de realização e conclusão desta pesquisa;

A minha família que sempre me incentivou a estudar e ampliar meus conhecimentos;

Ao meu esposo que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou nos momentos difíceis

Aos meus filhos que foram fontes de inspiração para concluir mais uma etapa da minha vida profissional.

Aos (as) professores (as) do mestrado, pelo conhecimento que transmitiram com muita competência e sabedoria;

Aos colegas do mestrado, meus companheiros nessa jornada, pela força e incentivo que me impulsionou a continuar;

Ao Professor Orientador pela paciência e sabedoria em transmitir seus ensinamentos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e para o meu crescimento no conhecimento científico.

“A vida daqui é assim devagar
Precisa mais nada não pra atrapalhar
Basta o céu, o sol, o rio e o ar.
É um pirão de açaí com tamuatá”.

Joãozinho Gomes / Zé Miguel

RESUMO

A dissertação em questão tem como objetivo a análise das dinâmicas urbanas emergentes a partir da perspectiva do Plano Diretor de 2004 do município de Macapá, com foco no desenvolvimento urbano. Para este propósito, propõe-se uma metodologia robusta baseada em pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, englobando um levantamento de referências teóricas já examinadas e publicadas em livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses relacionadas ao tópico em discussão. Os resultados deste estudo revelaram a premente necessidade de conceber um novo Plano Diretor para Macapá, uma vez que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 2004, apesar de sua elaboração na época, não mais se adequa às demandas urbanas contemporâneas. Considerando o transcurso de duas décadas, foram observadas profundas transformações no cenário urbano, decorrentes do crescimento populacional, refletindo-se em importantes investimentos, como a abertura de loteamentos, condomínios, habitações de interesse social, expansão vertical de edifícios de diversas categorias, bem como melhorias nas rodovias JK, AP 020 e BR-156, além da concentração de serviços e comércio nos bairros de Buritizal, Pacoval e Santa Rita. Além disso, destaca-se a necessidade de inclusão da Região Metropolitana de Macapá no novo Plano Diretor da cidade, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado que não existe, no entanto, seria um instrumento de política pública com potencial para contribuições as novas dinâmicas urbanas no município de Macapá.

Palavras-chave: planejamento urbano; Macapá; plano diretor; dinâmicas urbanas.

ABSTRACT

The dissertation in question aims to analyze emerging urban dynamics from the perspective of the 2004 Master Plan of the municipality of Macapá, with a focus on urban development. For this purpose, a robust methodology is proposed based on bibliographical research of a qualitative nature, encompassing a survey of theoretical references already examined and published in books, scientific articles, monographs, dissertations and theses related to the topic under discussion. The results of this study revealed the pressing need to design a new Master Plan for Macapá, since the 2004 Urban and Environmental Development Master Plan, despite its preparation at the time, no longer adapts to contemporary urban demands. Considering the course of two decades, profound transformations were observed in the urban scenario, resulting from population growth, reflected in important investments, such as the opening of subdivisions, condominiums, social housing, vertical expansion of buildings of different categories, as well as improvements to the JK, AP 020 and BR-156 highways, in addition to the concentration of services and commerce in the neighborhoods of Buritizal, Pacoval and Santa Rita. Furthermore, the need to include the Metropolitan Region of Macapá in the city's new Master Plan stands out, in line with the Integrated Urban Development Plan, which does not exist, however, it would be a public policy instrument with potential for contributions to new urban dynamics in the municipality of Macapá.

Keywords: urban planning; Macapá; master plan; urban dynamics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	- Região Metropolitana de Macapá	14
Mapa 2	- Localização da cidade de Macapá	28
Desenho 1	- Planta da Vila de São José de Macapá (1761)	29
Desenho 2	- Fortaleza de São José de Macapá	30
Quadro 1	- Periodização da urbanização Macapaense	32
Quadro 2	- Grau de aplicação dos PDU's	35
Mapa 3	- Primeiro plano urbanístico de Macapá	36
Mapa 4	- Zoneamento de Macapá – PDUFJP (1973)	37
Mapa 5	- Zoneamento de Macapá – HJ COLE (1977)	38
Quadro 3	Análise da situação dos instrumentos legais e programas - propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento urbano e Ambiental de Macapá – PDUAM 2004	40
Fotografia 1	- Ponte da integração Washington Elias dos Santos	43
Quadro 4	- Modificações no padrão da verticalização do PDDUM 2004	44
Mapa 6	- Áreas de ressacas da cidade de Macapá	45
Mapa 7	Empreendimentos imobiliários nas rodovias Duca Serra e - Josmar Pinto	47
Mapa 8	Setorização de Macapá, conforme Lei Complementar - 029/2004.....	49
Esquema 1	- Agentes produtores do espaço	58
Quadro 5	As novas dinâmicas urbanas que contribuem para um novo - Plano Diretor de Macapá	71
Esquema 2	- Morfologia da cidade de Macapá	73
Organograma 1	- Planejamento territorial a partir do normativo federal	81
Quadro 6	Princípios de conforto térmico institucionalizados no - PDDUAM 2004 e alterações	84
Quadro 7	- Legislação Ambiental aplicada a área de Ressaca	87
Mapa 9	Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, - 2010 a 2016	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
BIS	Batalhão de Infantaria e Selva
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEF	Caixa Econômica Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LC	Lei Complementar
PDUI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDDUAM	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá
QV	Qualidade de Vida
RMM	Região Metropolitana de Macapá
TFA	Território Federal do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
ZFV	Zona Franca Verde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.2	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS	18
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	22
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA DINÂMICA URBANA NO BRASIL	22
2.2	ASPECTOS HISTÓRICOS E DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE MACAPÁ	27
2.3	OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO DE MACAPÁ ...	34
2.3.1	Plano urbanístico Grumbilf (1959)	35
2.3.2	Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá PDU João Pinheiro (1973)	37
2.3.3	Plano de Desenvolvimento Urbano - PDU da empresa HJ COLE & Associados (1976)	38
2.3.4	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA - 2004)	39
2.4	AS NOVAS DINÂMICAS URBANAS A PARTIR PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL (PDDUAM - 2004)	42
2.4.1	A Dinâmica da Região Metropolitana de Macapá	42
2.4.2	A Dinâmica da Verticalização e seu impacto na Urbe de Macapá	43
2.4.3	A Dinâmica de ocupação das áreas úmidas (Ressacas)	44
2.4.4	Dinâmica de expansão de condomínios e loteamentos murados	46
2.4.5	Dinâmica de Expansão de Maneira Desordenada da Atividade de comércio na Cidade de Macapá	48
3	O PLANEJAMENTO URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	51
3.1	OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO	53
3.2	OS ESPAÇOS URBANOS	56
3.2.1	As Dinâmicas do Espaço Urbano	62
3.3	PLANEJAMENTO URBANO NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	67
4	ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS A PARTIR DO PDDUAM 2004 SOB O ASPECTO DO PLANEJAMENTO URBANO	70

4.1	ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ: ACEPÇÕES PARA O NOVO PLANO DIRETOR	75
4.2	ANÁLISE DO CRESCIMENTO VERTICAL BAIXO, MÉDIO E ALTO EM MACAPÁ A PARTIR 2004: ACEPÇÕES PARA UM NOVO PLANO DIRETOR	81
4.3	ANÁLISE DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS ÚMIDAS (RESSACAS) A PARTIR 2004: ACEPÇÕES PARA UM NOVO PLANO DIRETOR	85
4.4	ANÁLISE DA EXPANSÃO DE CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS MURADOS A PARTIR 2004: ACEPÇÕES PARA UM NOVO PLANO DIRETOR	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a temática “as novas dinâmicas urbanas que subsidiam a elaboração de um novo Plano Diretor para o município de Macapá/AP”, destacando as diversas transformações ocorridas na cidade do referido município, que acarretaram impactos negativos para a sociedade macapaense

Este estudo pretende contribuir para estimular discussões sobre a urgência de um novo Plano Diretor, baseado nas dinâmicas urbanas do município de Macapá/AP, tendo em vista que o Plano Diretor de 4 de fevereiro de 2004, instituído pela Lei Complementar (LC) nº 026, além de não ter sido implementado conforme previsto, tornou-se obsoleto ao longo do tempo (Tostes, 2018).

Durante esses 19 anos, emergiram novas dinâmicas urbanas, que apontam diretrizes que devem ser adotadas, levando em conta o crescimento urbano e desorganizado da cidade, que provocaram impactos negativos para a sociedade macapaense. Sob esse enfoque, cabe salientar que a trajetória urbana do município de Macapá foi marcada pela elaboração de diversos Planos Diretores entre os anos de 1960 e 2004. Esses planos cooperaram para melhor analisar e recomendar aspectos de crescimento e desenvolvimento da cidade de Macapá.

Os primeiros planos até o ano de 1990 foram elaborados com base na parte técnica e o último Plano Diretor aprovado (2004) foi elaborado com base nas orientações propostas pelo então Ministério das Cidades e da efetivação do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001b).

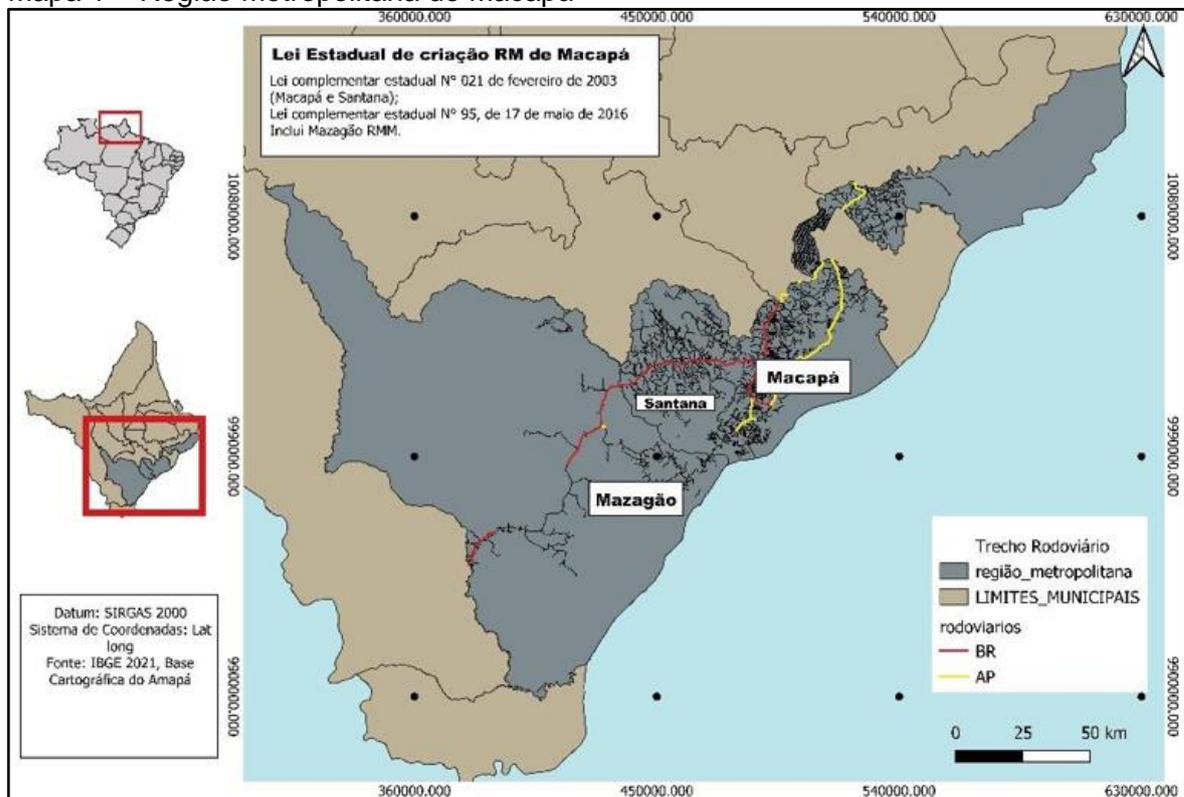
O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá (PDDUAM), instituído em 2004, (Macapá, 2004), teve como objetivo valorizar as potencialidades culturais, econômicas e sociais do referido município, visando melhorar a qualidade de vida (QV) dos macapaenses.

Neste contexto, pretende-se examinar as novas dinâmicas que emergiram a partir de 2004, levando em conta os seguintes aspectos: da Região Metropolitana de Macapá; de verticalização; de ocupação das áreas úmidas (Ressacas); de expansão de condomínios; de loteamentos murados e de expansão descontrolada da atividade comercial na cidade.

Sendo assim, a proposta de um novo PDDUAM precisa ser pautado nas dinâmicas urbanas supracitadas que se refletem no contexto social, econômico e ambiental que a partir da produção de um instrumento de política pública que norteasse o desenvolvimento do citado município.

A partir de 2004, com a demora na regulamentação da RMM (Mapa 1), implicou na não efetivação desta na conexão das ações e do planejamento de forma integrada nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão, distanciando as políticas públicas e isolamento dos municípios elevou os índices de pobreza urbana, refletindo na necessidade de elaboração de um novo Plano Diretor.

Mapa 1 – Região Metropolitana de Macapá



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No entanto, segundo Tostes (2020a, p. 44), a partir da criação da RMM e sua coerente criação do Estatuto de Regulamentação, por meio da LC nº 112, de 9 de abril de 2018, estabeleceu vários conselhos e ações interligadas as esferas dos três municípios, sendo estes: Macapá, Santana e Mazagão, mantendo como prioridade da integralização das “ações para o desenvolvimento social e econômico sustentável, saneamento básico, mobilidades urbana, saúde, educação, segurança pública e habitação”.

Percebe-se que a questão logística favoreceu a criação de novas plataformas de transação e implantação de novos distritos industriais, mas estes não foram individualizadas, o que passou a ser considerado um desafio, pela falta de planejamento integrado urbano que influenciaram de forma negativa no desenvolvimento socioeconômico do município de Macapá-AP.

Tostes (2020a) diz ainda que se pode relacionar que a criação da RMM foi no ano de 2003, antes da execução do PDDUAM de 2004, mas foi apenas em abril de 2018, que a Assembleia Legislativa do estado do Amapá regulamentou a RMM com perspectiva de um novo instrumento de conexão urbana entre os três municípios (Macapá, Mazagão e Santana), chamado de Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI), que se apresentou como um instrumento de política pública, que pode impulsionar as novas dinâmicas urbanas para o município de Macapá, exigindo a criação de um novo Plano diretor para o citado Município, colocando em ação os níveis de planejamento urbano, gestão e governança da RMM.

Nesse contexto, é pertinente que o PDDUAM de 2004 por não ter sido colocado em prática, acarretou perdas de áreas naturais, protegidas legalmente, ocasionando vários impactos no município de Macapá, tais como: alagamentos e inundações, colapso no sistema hídrico (grande parte dos condomínios e casas utilizam poços artesianos ou amazonas), além da expansão de maneira desordenada da atividade de comércio na cidade.

Tostes (2020a) ressaltou que apesar da comprovação no aumento da verticalidade de Macapá, que resultou nas mudanças que o PDDUAM de 2004, a partir das leis complementares nº 035/2006, nº 044/2007, nº 077/2011, nº 109/2014 e nº 115/2017, que modificaram drasticamente os gabaritos máximos permitidos, principalmente nos bairros centrais.

Segundo Silva e Pena (2021, p. 84), a verticalização baixa foi de no máximo “14 m para 23 m, um aumento de 39,13%, a verticalização média de no máximo 22 m para 45 m, representando acréscimo de 51,11% e por último a verticalização alta de no máximo 33 m para 76 m, uma adição de 56,58%”.

O aumento na altura dos edifícios entre 39% e 56%, causaram impactos visuais, no sistema de saneamento, abastecimento de água, energia, bem como, no conforto ambiental do município de Macapá, por isso, torna-se relevante o

desenvolvimento das novas dinâmicas urbanas para contribuir para um novo Plano Diretor com a finalidade manter o espaço urbano estruturado adequadamente.

A evolução do Plano Diretor Urbano Ambiental (PDUAM) de 2004, fundamentada em sua ineficiência prática, promoveu de maneira crescente a expansão das ocupações informais nas áreas de ressacas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, cerca de 63 mil residentes habitavam essas regiões, resultando em um contingente populacional de 398.204 habitantes no município de Macapá (Tostes, 2018).

Essa divulgação de dados do IBGE tornou-se evidente como dificuldades na aplicação das diretrizes do referido Plano para o cumprimento da legislação. Portanto, apesar da abundante legislação que protege as áreas de ressacas no âmbito municipal, estadual e federal, não se obtém uma regulação completa nem fiscalização adequada por parte das autoridades competentes, capazes de promover novas abordagens para a resolução desse problema (Souza, 2020).

A presente dissertação apresentou como objetivo central analisar as novas dinâmicas urbanas a partir de 2004 do município de Macapá, sob o viés do desenvolvimento urbano, compreender e relacionar, de que forma tais dinâmicas contribuem para a indicação da necessidade de um novo Plano Diretor para o Município de Macapá-AP.

Tendo como objetivos específicos: a) Caracterizar as novas dinâmicas urbanas a partir de 2004; b) Apresentar discussão teórica sobre as teorias de planejamento urbano; c) Relacionar de que forma as novas dinâmicas urbanas do município de Macapá, indicam a necessidade de um novo Plano Diretor para o município.

Diante disso, pretende-se abordar sobre as novas dinâmicas urbanas com finalidade de sensibilizar sobre a necessidade de um planejamento permanente de gestão urbana e ambiental do município de Macapá-AP.

Essas dinâmicas evidenciam a urgência de um novo Plano Diretor para a cidade, que contemple a participação popular, reconhecida como um dos principais elementos para a efetivação do propósito maior da política de desenvolvimento urbano, sendo organizar o desenvolvimento pleno das funções sociais do município e assegurar o bem-estar da população macapaense (Macapá, 2004).

E partir do processo de urbanização do município de Macapá-AP, que o planejamento urbano se faz necessário para o desenvolvimento de novas dinâmicas

com intuito de promover um desenvolvimento urbano ordenado, envolvendo a atuação de profissionais, citado por Barcellos e Barcellos (2004, p. 130), como “técnicos em planejamento, administradores públicos e políticos”, diante da crescente conscientização e demanda da sociedade contra a degradação do meio ambiente, em prol de melhor QV nos municípios e, conseqüentemente, as pessoas que residem neste espaço urbano.

A partir do exposto, é evidente que diante de uma sociedade democrática, a participação de todos nas decisões de interesse social é uma necessidade para fortalecer a cidadania e a melhorar o desempenho da Administração Pública na promoção de novas dinâmicas urbanas que possam trazer contribuições para a sociedade macapaense.

Dessa forma, levantou-se a seguinte questão norteadora: quais as dinâmicas urbanas a partir de 2004 foram determinantes para a indicação da necessidade de um novo Plano Diretor para o município de Macapá-AP?

Em análise ao PDUAM de 2004 foi dado ênfase nas novas dinâmicas urbanas, visando o desenvolvimento urbano ordenado e, automaticamente, o bem-estar da sociedade macapaense, bem como a sustentabilidade do meio ambiente, que se apresenta como um problema social, que gera um grande conflito de interesses dos atores que compõem o município de Macapá, pois, cada um quer impor suas necessidades de forma particular.

Mas, precisa-se levar em consideração que para promover um crescimento e desenvolvimento urbano, é necessário um planejamento estratégico, onde o meio ambiente precisa ser preservação para dar QV para estas e para as futuras gerações.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa justifica-se a partir da importância que tratou a temática, pois diante dos problemas manifestados no espaço urbano macapaense, sabe-se que as novas dinâmicas urbanas que surgiram a partir do PDUAM de 2004, podem acarretar sérios problemas a Urbe da Cidade.

Com a criação de um novo Plano Diretor pautado em estudos que retratem a realidade da dinâmica social, por meio de estudos técnicos e da participação social, ensejará um crescimento planejado do município de Macapá-AP, impulsionando as políticas públicas territoriais com o viés de crescimento urbano do município.

Diante de um processo de planejamento participativo, envolvendo a sociedade nas tomadas de decisões, pois o crescimento e desenvolvimento urbano precisa levar

em consideração o meio ambiente, que conforme o artigo 225 da Carta Magna, “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia QV” (Brasil, 1988).

1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

Com o intuito de alcançar os objetivos delineados, foi desenvolvido uma metodologia que combina aspectos qualitativos e quantitativos, evidenciando uma sistemática nas escolhas teóricas para analisar o objeto de estudo. Segundo Minayo (2007), as escolhas teóricas (bibliografias) "devem ser articuladas e adequadas ao definir um tema, um objeto ou um problema de investigação".

A pesquisa é caracterizada como social básica com abordagem qualitativa e segundo os objetivos é classificada como descritiva, que de acordo com Gil (2017) é aquela que busca descrever fenômenos, permitindo abranger com exatidão as características de uma situação, bem como desvendar relações entre eventos distintos.

Além disso, a pesquisa é descritiva, explicativa e comparativa, pois permite estabelecer critérios, técnicas e técnicas para a realização do trabalho e orientar os objetivos propostos na busca de métodos para a questão orientada.

O objetivo da fase explicativa e comparativa é esclarecer quais são as causas ou fatores que influenciam a ocorrência da pergunta orientadora e analisar as dinâmicas urbanas a partir do plano diretor de 2004. De acordo com Gil (2017), as informações pertinentes à temática em questão serão apresentadas de forma descritiva, sendo incumbência da pesquisadora conduzir um estudo e análise dos dados coletados por meio de legislações, dissertações, teses, obras literárias e jurídicas, artigos científicos e materiais que auxiliam na construção da proposta temática.

Este trabalho utiliza uma pesquisa documental e bibliográfica como método de investigação, fundamentando-se em fontes de materiais já elaborados, incluindo documentos diversos, e, em alguns casos, sem tratamento prévio. Conforme os estudos de Marconi e Lakatos (2014), esse tipo de pesquisa será realizado a partir do levantamento de referências teóricas já evidenciadas e publicadas por meio de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses relacionadas ao tema em questão.

Os procedimentos metodológicos usados incluem: planejamento do estudo, delimitação do referencial teórico-conceitual, seleção das dinâmicas urbanas para avaliação, revisão de literatura e análise. O levantamento bibliográfico é conduzido por meio do estudo da história local, a partir de trabalhos, artigos e teses que caracterizam o município, assim como o estudo das teorias do planejamento e da gestão urbana e do desenvolvimento urbano local e regional.

Para alcançar os objetivos indicados, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados, como: compilação de legislações, dissertações, teses, obras literárias e jurídicas, artigos científicos e materiais que auxiliam na construção da proposta temática. Isso permite um referencial teórico variado, visto que a intenção é abordar o Plano Diretor de Macapá do ponto de vista do desenvolvimento urbano e entender como as novas dinâmicas e teorias de planejamento podem contribuir para o novo plano diretor.

Não que se aplica às questões éticas, considerando que o agir ético do pesquisador é uma ação consciente, para esta dissertação, não há necessidade de registro nem avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Uma vez que a fonte de dados é secundária e de domínio público e o Ministério da Saúde (MS) orienta que pesquisas que utilizam informações de acesso público, nos termos da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e pesquisas que utilizam informações de domínio público não sejam registradas nem avaliadas pelo CEP/CONEP (Brasil, 2016).

A pesquisa apresentou algumas adversidades, como a dificuldade na pesquisa documental em sites da prefeitura da cidade, que impossibilitou a realização de comparações com dados atualizados, além dos já registrados em textos acadêmicos.

Alguns contratempos aconteceram no meio do processo de pesquisa, como a pandemia de Covid 19, o apagão no Amapá e minha gravidez que levou a várias mudanças sobre o objeto a ser pesquisado.

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos, da seguinte forma: 1ª) Introdução e Metodologia; 2ª) Caracterização da Área de Estudo; 3ª) Planejamento, Crescimento e Desenvolvimento Urbano (fundamentação teórica); e 4ª) Dinâmicas Urbanas Implementadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá de 2004.

No segundo capítulo é abordado a caracterização da dinâmica urbana, tanto no contexto nacional brasileiro como no contexto específico do Amapá. Inicialmente, foi traçado um panorama histórico da ocupação, analisando-o sob a ótica do

planejamento urbano. Posteriormente, foram apresentados os aspectos morfológicos dos planos diretores de Macapá e a caracterização das novas dinâmicas urbanas. O propósito desta seção foi fornecer uma compreensão da evolução urbana no Estado como ponto de partida para a pesquisa.

No terceiro capítulo foi realizada uma discussão teórica sobre planejamento, espaço urbano e planejamento local, foi apresentado a importância do planejamento, crescimento e desenvolvimento urbano, destacando a necessidade de garantir o acesso seguro e digno aos serviços urbanos essenciais, bem como melhorar a qualidade de vida da população local, respeitando os direitos à moradia e as condições de vida estabelecidas pela Constituição de 1988.

Apresentou sobre a urbanização no Brasil ao longo do século XX, a observação de que a aplicação de conceitos urbanísticos estrangeiros desvinculados da realidade socioespacial do país levou a problemas estruturais, como ocupações irregulares, distribuição ambiental e desigualdades socioeconômicas.

Foi explorada a importância do espaço urbano, moldado pela tríade de espaço, tempo e técnicas, sendo caracterizado pela fragmentação e influência de diferentes agentes, incluindo proprietários de meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos. Essa dinâmica resulta em conflitos e disputas no espaço urbano, mas também conta a história da cidade por meio de sua forma e estrutura, destacando a necessidade de planejamento urbano para uma cidade organizada e funcional.

Finalizando o capítulo, foi ressaltado a importância do planejamento urbano no contexto regional e local, destacando o papel do plano diretor como um instrumento crucial para orientar o ordenamento territorial e promover a função social da propriedade. A participação da sociedade civil na elaboração e revisão desses planos é enfatizada como fundamental, apesar dos desafios na implementação da participação democrática. Isso destaca a importância do desenvolvimento local com base em estratégias endógenas conduzidas por agentes locais.

No quarto capítulo foi feita uma abordagem sobre as novas dinâmicas urbanas, o planejamento urbano de Macapá e o Plano Diretor de 2004, dando destaque nas análises institucional, econômica e ambiental. Posteriormente, foi abordado sobre análise das dinâmicas e as influências para a concepção de um novo Plano Diretor para a cidade de Macapá, apresentando informações pertinentes sobre as dinâmicas: da região metropolitana de Macapá, de verticalização, de ocupação das áreas úmidas,

de expansão dos condomínios e loteamentos murados e de expansão de maneira desordenada da atividade de comércio na cidade de Macapá, fazendo relação com o planejamento e desenvolvimento urbano.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DINÂMICA URBANA NO BRASIL

Os processos que moldam o desenvolvimento e o funcionamento das cidades são chamados de dinâmicas urbanas influenciadas por fatores sociais, econômicos, ambientais e políticos, se trata da urbanização mostrando formas de como produzir e se apropriar do espaço.

Segundo Santos (2013), a urbanização brasileira é um processo complexo e contraditório, que envolve a reorganização do território, a formação socioespacial, a organização do espaço agrícola e urbano e as metamorfoses da rede urbana.

O autor afirma que o Brasil passou por três fases de urbanização: a primeira, de 1870 a 1930, marcada pela concentração populacional nas cidades litorâneas e pela formação de uma rede urbana hierarquizada; a segunda, de 1930 a 1980, caracterizada pela metropolização e pela industrialização; e a terceira, a partir de 1980, que apresenta uma tendência de desmetropolização e de desconcentração das atividades econômicas.

Nessa última fase, o autor destaca o papel das novas tecnologias de informação e comunicação, que permitem uma maior mobilidade e flexibilidade no uso do espaço.

Santos (2008) relatou que foi a partir do século XVIII, que o processo de urbanização começou a se desenvolver, alcançando maturidade apenas no século XIX, sendo considerado muito mais que uma geração de cidades, mas sim como um processo de urbanização que dependia de uma economia natural, pois, as relações entre lugares eram fracas e instáveis, apesar do país ter uma vasta dimensão territorial.

A expansão da agricultura comercial e a exploração mineral passaram a ser os alicerces que constituíram vários povoamentos no Brasil, sustentados pela criação de riquezas. No início do século XX, Di Sarno (2004) relatou que nesse momento começou a aparecer os problemas sociais, econômicos e políticos, pois após o fim da 2ª Guerra Mundial e com o advento da Revolução Industrial, a mecanização da agricultura, a população urbana passou a ser marcada por diferenças de classes, dando ênfase na estratificação social, onde a classe mais favorecida tinham mais privilégios na ocupação e o uso do solo.

O processo de urbanização começou a se tornar preocupante e passou a exigir uma maior intervenção do Governo Federal a partir da Administração Pública. Nessa perspectiva, Deák (2015), complementa que a grande dimensão alcançada pela urbanização provocou iniciativa por parte do Estado, na busca de soluções diante da ocupação e uso do solo.

Uma das decorrências nesse sentido foi o aparecimento de uma nova atividade governamental que teve como finalidade de tratar das aglomerações urbanas, pois essa distribuição ocorria de forma desenfreada.

O planejamento urbano, foi a alternativa como um instrumento governamental para desenvolver estratégias para combater vários problemas que estavam surgindo e que atingiam a população em vários aspectos, como: saúde, segurança pública, educação, economia, entre outros, decorrentes de epidemias e delinquência.

Assim, o planejamento urbano pode ser definido como o processo de organização e gestão do espaço urbano, visando atender às necessidades e demandas da população, promover a qualidade de vida, a sustentabilidade e a justiça social.

Segundo Villaça (1999), o planejamento urbano é uma forma de intervenção do Estado na cidade, que pode assumir diferentes formas e graus de participação social, dependendo do contexto histórico e político. No Brasil, o planejamento urbano tem uma trajetória marcada por diferentes fases e paradigmas, que refletem as transformações sociais, econômicas e políticas do país.

De acordo com Souza (2002), é possível identificar quatro fases principais do planejamento urbano no Brasil: a fase do urbanismo sanitaria (final do século XIX até 1930), a fase do urbanismo funcionalista (1930 até 1964), a fase do planejamento integrado (1964 até 1985) e a fase do planejamento democrático-participativo (1985 até os dias atuais).

A fase do urbanismo sanitaria (final do século XIX até 1930), foi caracterizada pela preocupação com as condições de higiene e saúde das cidades, que enfrentavam problemas de saneamento, epidemias e superpopulação.

A partir desses problemas, Vitte (2012), ressaltou que os médicos sanitaria, sociólogos, dentre outros especialistas tiveram que fazer parte do planejamento urbano, pois tinham como objetivo manter a organização e a ordem social. Predominaram as intervenções de caráter físico-espacial, como o alargamento de

ruas, a demolição de cortiços, a criação de parques e jardins e a implantação de redes de água e esgoto.

Essas intervenções visavam modernizar as cidades e adequá-las aos padrões europeus, mas também excluía e segregavam as camadas populares, que eram removidas para as periferias. Alguns exemplos dessa fase são o Plano de Avenidas de Prestes Maia em São Paulo e o Plano Agache no Rio de Janeiro Villaça (1999).

A fase do urbanismo funcionalista (1930 até 1964) foi influenciada pela difusão das ideias da Carta de Atenas¹, elaborada pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933. Essa carta propunha uma nova concepção de cidade, baseada na separação das funções urbanas (habitação, trabalho, lazer e circulação) e na racionalização do uso do solo Vitte (2012).

O planejamento urbano assumiu um papel de destaque no período de 1950 a 1980, quando o Brasil passou por um intenso processo de urbanização e industrialização. Ele foi entendido como um instrumento de desenvolvimento econômico e social, que deveria orientar o crescimento das cidades de forma ordenada e eficiente. Para isso, foram elaborados os planos diretores, que definiam as diretrizes gerais para o zoneamento, o parcelamento, a infraestrutura e os equipamentos urbanos Villaça (1999).

Esses planos eram feitos por técnicos especializados, sem a participação da sociedade civil, e refletiam uma visão racionalista e funcionalista do espaço urbano. Alguns exemplos dessa fase são o Plano Doxiadis em Brasília e o Plano Lúcio Costa em Curitiba, que buscavam criar cidades modernas e planejadas.

A fase do planejamento integrado (1964 até 1985), de acordo com Souza (2002), foi marcada pela institucionalização do planejamento urbano no Brasil, com a criação de órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela formulação e execução de políticas urbanas.

O planejamento urbano passou a incorporar outras dimensões além da físico-espacial, como a econômica, a social, a ambiental e a cultural, considerando as especificidades e as demandas dos diferentes atores e territórios. Neste período, surgiram os planos integrados de desenvolvimento urbano (PIDUs), que buscavam articular as diferentes escalas e setores do planejamento urbano.

¹ É o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933 (CORBUSIER, 1993).

No que diz respeito ao assunto, Maricato, Arantes e Vainer (2000) defendem que o planejamento urbano integrado deve ser um instrumento de transformação social, que promova a inclusão, a participação e a justiça urbana. Ela propõe uma revisão crítica das práticas e das normas urbanísticas, que muitas vezes reproduzem a desigualdade e a segregação nas cidades.

Já Santos (1998) enfatiza que o planejamento urbano integrado deve considerar a diversidade cultural, política e econômica dos espaços urbanos, reconhecendo as múltiplas formas de apropriação e de produção da cidade. Ele defende uma abordagem dialógica e democrática, que valorize os saberes e as experiências dos diferentes sujeitos urbanos.

Dessa forma, o planejamento urbano integrado deve ser um instrumento de transformação social, que respeite e promova a diversidade, a inclusão e a participação dos cidadãos, com uma abordagem dialógica e democrática, que reconheça e valorize os saberes e as experiências dos múltiplos atores urbanos.

A fase do planejamento urbano democrático-participativo (1985 até os dias atuais) foi iniciada com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o princípio da gestão democrática das cidades e o direito à cidade como direitos fundamentais Vitte (2012).

Segundo Maricato, Arantes e Vainer (2000), essa fase se caracteriza pela emergência de novos sujeitos políticos, como os movimentos sociais urbanos, que reivindicam o direito à cidade e à participação nas decisões sobre o uso e a gestão do território. Esses movimentos influenciam a elaboração da Constituição de 1988, que consagra o princípio da função social da propriedade e da cidade, e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, que estabelece instrumentos de planejamento e gestão urbana participativo e democrático.

Nessa fase, o planejamento urbano passou a ser entendido como um processo político, que deveria envolver a participação efetiva da sociedade civil na definição dos objetivos, das prioridades e dos instrumentos das políticas urbanas. E assim, surgiram os planos diretores participativos, que eram elaborados por meio de audiências públicas, conferências, fóruns e conselhos deliberativos.

Esses planos buscavam garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, bem como promover a inclusão social, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

Rolnik (2011) destaca que essa fase também apresenta limites e contradições, pois convive com a persistência de um modelo de urbanização excludente, marcado pela segregação socioespacial, pela especulação imobiliária e pela violência urbana. Além disso, Rolnik (2011) aponta que os instrumentos participativos nem sempre são efetivos ou representativos, podendo ser cooptados ou manipulados por interesses privados, ou corporativos.

De acordo com, Di Sarno (2004), as cidades brasileiras passaram a apresentar uma problemática idêntica, apresentando uma variação no grau e intensidade, se diferenciando pela dimensão, região e tipo de atividade, tais como carência de emprego, déficit habitacional, habitações abaixo do padrão normal de moradia, deficiência do transporte público, abastecimento, saneamento, educação, saúde e, ainda o descaso com a questão ambiental.

Segundo Santos (2008), cada uma dessas realidades ampara e nutre as demais com o desenvolvimento sistêmico dessas características junto com o crescimento das cidades. As carências em serviços mantêm a consideração, pela valorização diferencial das várias frações do território urbano. Pois, a organização dos transportes obedece a essa lógica e tornam ainda mais pobres os que vivem distante dos centros, que pagam mais caro para se deslocar e pelos serviços e bens mais onerosos nas periferias.

Esse processo, fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso, onde o processo de urbanização está de certa forma associado ao crescimento da pobreza nas grandes cidades, provocada pela migração de pessoas sem qualificação profissional, despreparadas para o mercado de trabalho que tem proporcionado baixo número de empregos na indústria e baixa remuneração nos serviços terciários.

A urbanização ocorreu de maneira caótica, mediante a apropriação irregular de territórios impróprios do ponto de vista ecológico, resultando na deterioração do ambiente natural.

Segundo Fernandes (2006), a expansão urbana implicou também o processo de segregação socioespacial, complexo e multidimensional, decorrente de uma combinação histórica de diversos fatores, tais como: as dinâmicas formais e informais do mercado de terras; a centralização político-institucional; o autoritarismo político-social; a burocratização político-administrativa e a corrupção endêmica.

O fenômeno da urbanização provocou muitas mudanças no meio ambiente físico natural e urbano, alterações no modo de vida e uso dos espaços pela população e afetando a qualidade de vida urbana da população, assim como a qualidade ambiental Fernandes (2006).

Há uma lacuna entre o planejamento normativo e o planejamento real, ou seja, entre o que está previsto nos planos e o que é efetivamente implementado na prática. Diante disso, é necessário fortalecer os mecanismos de participação social, de controle social e de avaliação dos resultados do planejamento urbano no Brasil, bem como ampliar o diálogo entre os diferentes atores e setores envolvidos na gestão das cidades.

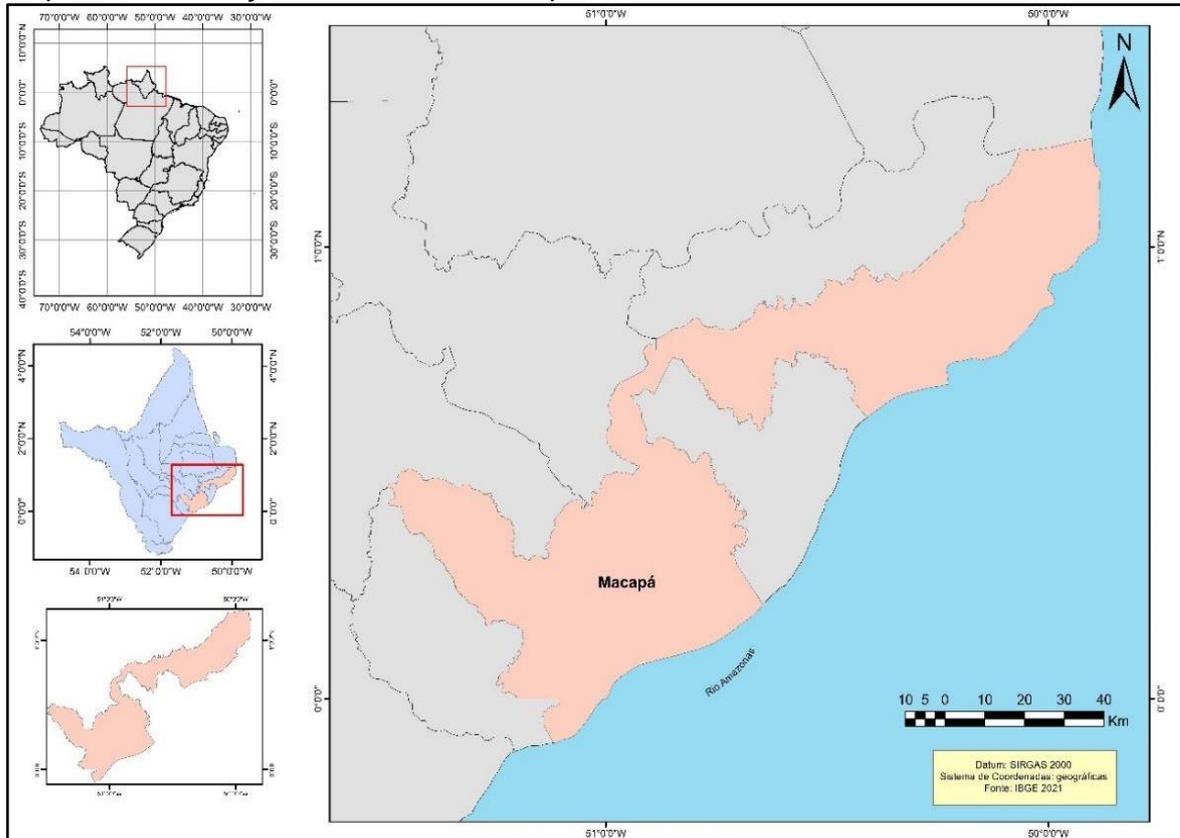
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE MACAPÁ

A cidade de Macapá, está localizada no extremo norte do Brasil, (Mapa 2). A capital do estado do Amapá, teve sua institucionalização marcada por diversos eventos históricos. Em 30 de abril de 1841, foi fundada por meio do Decreto-Lei Imperial nº 87. Em 6 de setembro de 1856, a Lei Provincial nº 281 lhe conferiu o status de cidade (INSTITUTO, 2023).

O Território Federal do Amapá (TFA) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, complementado pela Lei nº 5.839 de 21 de setembro do mesmo ano. Macapá foi elevada à categoria de Capital do Território pelo Decreto-Lei Federal nº 6.550 de 31 de março de 1944, e tornou-se automaticamente a Capital de Estado quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a transformação do antigo TFA em um novo Estado da Federação (INSTITUTO, 2023).

A cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, teve sua institucionalização marcada por diversos eventos históricos. Em 30 de abril de 1841, foi fundada por meio do Decreto-Lei Imperial nº 87. Em 6 de setembro de 1856, a Lei Provincial nº 281 lhe conferiu o status de cidade.

Mapa 2 – Localização da cidade de Macapá



Fonte: Elaborado pela Autora (2023) com base em IBGE (2021).

O Território Federal do Amapá foi instituído pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, complementado pela Lei nº 5.839 de 21 de setembro do mesmo ano. Macapá foi elevada à categoria de Capital do Território pelo Decreto-Lei Federal nº 6.550 de 31 de março de 1944, e tornou-se automaticamente a Capital de Estado quando da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a transformação do antigo Território Federal do Amapá (TFA) em um novo Estado da Federação.

A cidade de Macapá, segundo Portilho (2010), foi ocupada no período colonial por Portugal com finalidade de garantir a ocupação territorial e defendendo dos invasores estrangeiros. Com isso, ocorreu a fortificação das fronteiras visando assegurar a soberania nas terras conquistadas pelos portugueses. A ocupação efetiva da cidade de Macapá ocorreu em 1738, depois que do domínio das terras localizadas entre os rios Amazonas e Oiapoque com um destacamento militar.

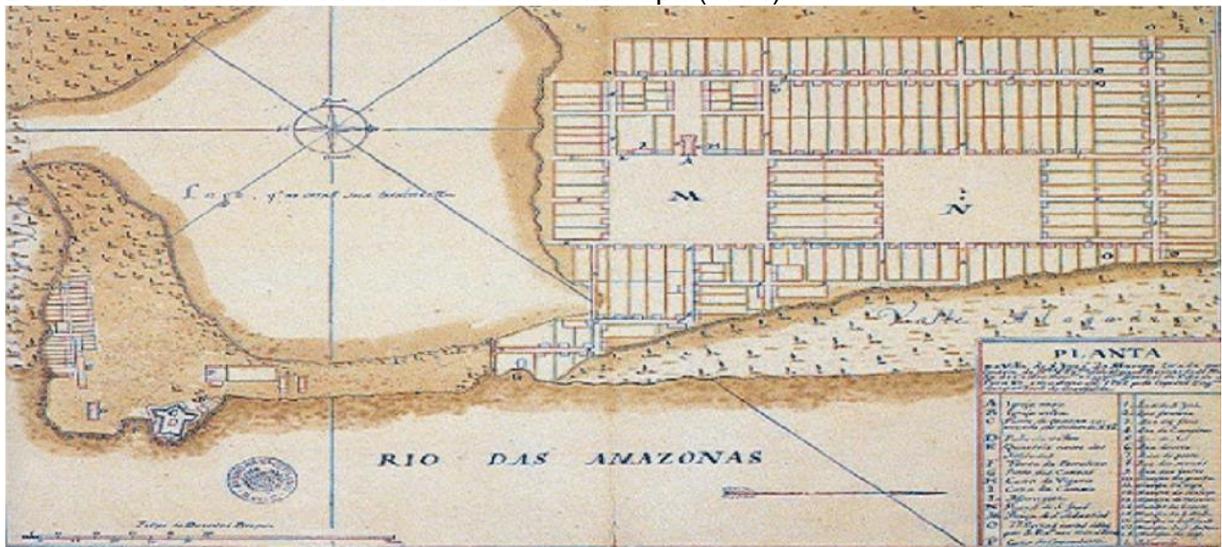
Desde o processo de ocupação, a cidade de Macapá vem passando por um processo evolutivo que dominou a espaço demarcado com objetivos traçados apenas de defender as terras de invasores. A ocupação foi ocorrendo lentamente, sem o

desenvolvimento de um planejamento adequado para promover o povoamento das terras Tucujus.

Nessa perspectiva, Portilho (2010), ressaltou que após 20 anos, especificamente em 1758, Macapá foi instituída como Vila de São José de Macapá (Desenho 1), com objetivo de delimitar a área geograficamente, colocando em prática o planejamento militar para defender a área conquistada, bem como manter o controle sobre os índios que habitavam a região com intuito de explorar a mão de obra destes e usá-los para atuar diante da defesa das terras.

Diante disso, percebeu-se que o processo evolutivo que ocorreu gradativamente, o planejamento ainda seguia o mesmo objetivo, sem levar em consideração o crescimento populacional das terras demarcadas.

Desenho 1 – Planta da Vila de São José de Macapá (1761)



Fonte: Reis (2001).

Para Buraslan *et al.* (2020, p. 32):

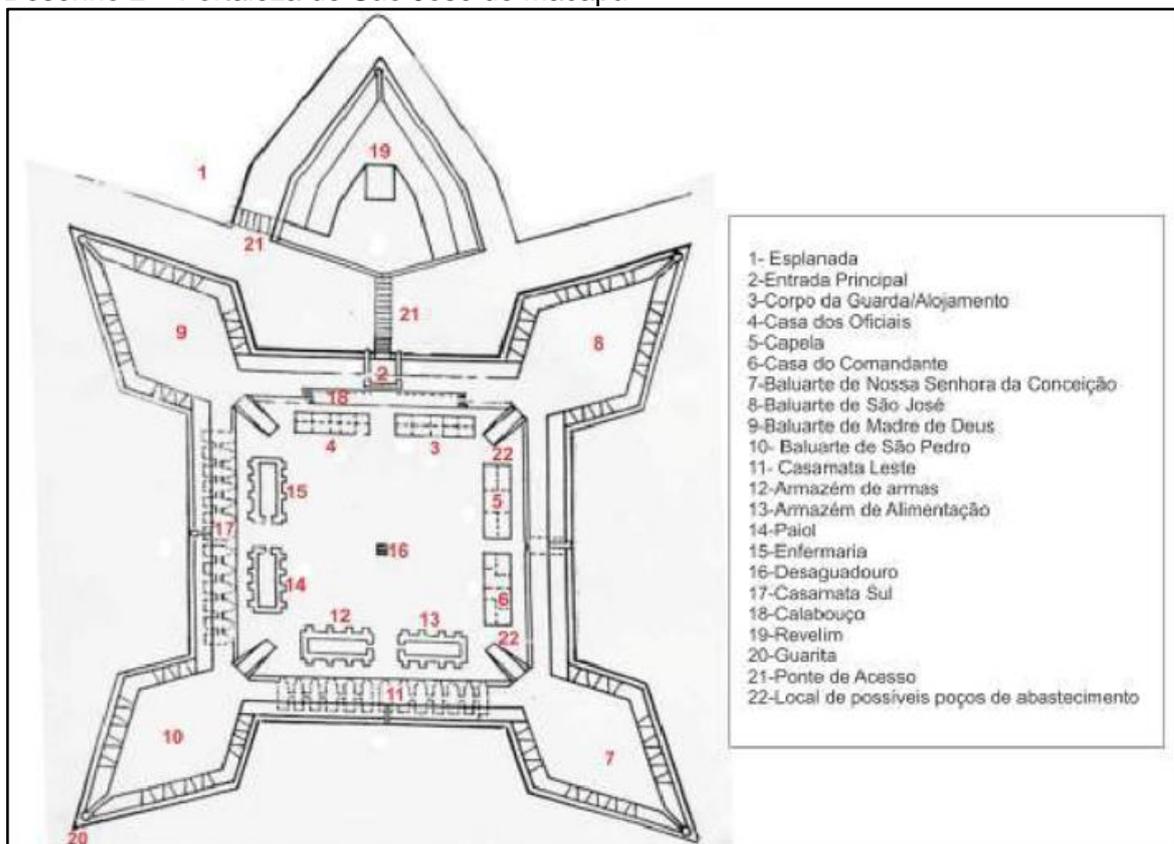
A posição geográfica da vila de Macapá fora de profunda relevância política pela sua posição na embocadura do rio Amazonas e fundamentalmente importante para o desfecho de disputas territoriais que problematizavam as relações internacionais na Amazônia colonial. De fato, as ações de planejamento militar para a fundação da vila de Macapá foram pensadas pela pungente política pombalina aplicada ao estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) por Mendonça Furtado como medidas espoliativas ligadas diretamente à crise econômica que assolava a metrópole portuguesa no século XVIII.

Segundo Brito (2013), em janeiro de 1764, tem o início da construção de um forte com o objetivo de proteger o território português, principalmente das possíveis

invasões francesas, inglesas e holandesas. Por isso, depois 18 anos, especificamente em 19 de março de 1782, foi inaugurada, a Fortaleza São José de Macapá (Desenho 2), mesmo com parte da obra incompleta, foi projetada com finalidades bélicas que abrangiam estratégias políticas e econômicas de ocupação e defesa de território.

A construção da Fortaleza de São José de Macapá impulsionou o processo de ocupação das terras Tucujus que vieram trabalhar na edificação, que foram além de oficiais e soldados, canteiros, artífice, escravos e indígenas. A construção do forte foi responsável pela fixação da vila de São José de Macapá.

Desenho 2 – Fortaleza de São José de Macapá



Fonte: Oliveira (1999)

Baseado no que foi exposto, Canto (2021), em suas pesquisas deixou evidente que a Fortaleza de São José de Macapá:

Representou a constituição física da vila, tanto econômica como politicamente, pois sem a guarnição militar que ela abrigou durante parte da sua construção, é possível que Macapá não tivesse sobrevivido. As obras representam, pois, a fixação da população e a formação política do lugar (CANTO, 2021, p. 25).

Convém destacar que os portugueses empregaram diversas estratégias para se estabelecerem no local, valendo-se, evidentemente, da força militar que possuíam.

Porém, segundo Portilho (2010), o povoamento de Macapá enfrentou crescentes dificuldades, mesmo com a atuação expressiva de colonos e autoridades na tentativa de tornar produtivos os aldeamentos.

As severidades do local eram o principal impasse para o desenvolvimento socioeconômico das aldeias amazônicas. A crueldade do clima, as endemias eram os principais problemas enfrentados pelo povoamento, arrebatando a vida de um número considerável de colonos e índios CANTO (2021).

Ficou evidente que a constituição de Macapá desde o seu surgimento enfrentou obstáculos de ordem social, econômica e ambiental, uma vez que a ocupação do espaço demarcado não favoreceu as condições propícias de desenvolvimento, fator esse que prejudicou milhares de pessoas que migravam para atuar na construção do Forte e, conseqüentemente se fixar na localidade.

Portilho (2010), diz ainda que até 1897, o núcleo populacional pouco se expandiu, restringindo-se ao pequeno agrupamento que ocupava áreas próximas à Igreja Matriz, Fortaleza e Igarapé da Doca, marcadas por construções situadas nas adjacências das margens do rio Amazonas, com vias paralelas e transversais ou perpendiculares a ele, edificando uma, a malha ortogonal, que se estendeu até a criação do TFA, no ano de 1943, ocorreu uma insignificante expansão da malha urbana da cidade de Macapá.

A origem da cidade Macapá na fase colonial resultou de uma estratégia de defesa do território, conforme ilustrado nos Desenhos 1 e 2, mediante um planejamento militar e com uma perspectiva de ocupação de espaços demográficos desabitados. Não se considerava a questão da gestão urbana como um instrumento de aprimoramento das condições de vida da população.

A partir da transferência da capital do Amapá para Macapá e criação do Território Federal do Amapá, em 1943, através por meio do Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, na gestão do então Presidente Getúlio Vargas, instituiu uma fase determinante na cidade. A capital passou a concentrar os investimentos em relação ao restante do território dando início a uma dinâmica de mudança da paisagem urbana.

De acordo com Vargas (2023, p. 1 a 18 *apud* Porto, vol. X, p. 270), em 1944, o Presidente da República na época, Getúlio Vargas, sintetizou em três vocábulos o plano de ordenação e progresso dos Territórios Federais: Sanear, educar e povoar.

Para Chelala (2008) instituição do território federal visou três propósitos: defesa nacional, ocupação do vazio demográfico, sob a responsabilidade do poder executivo

federal, e, por fim, conforme Porto (1998, p. 64) *apud* Chelala (2008), o estabelecimento de condições jurídicas e econômicas para a organização do espaço brasileiro, buscando definir diretrizes que norteiam as atividades econômicas a serem implantadas nesses espaços.

Segundo Santos (2010), com a criação do TFA, foram dados destaques no desenvolvimento de ações dos setores público e privado, o que refletiu no aumento do movimento migratório, principalmente das outras cidades da região Norte e do Nordeste, impulsionando a urbanização do TFA e na sua reorganização urbana, onde ocorreu o surgimento de novos municípios, sendo necessário implantar infraestruturas de acordo com a área local, estimulando o campo do extrativismo mineral, notadamente aurífera, dentre outros.

Nesse processo evolutivo, a urbanização da cidade de Macapá foi se adequando ao crescimento demográfico, que passou a exigir uma atuação mais efetiva do poder público, o que acarretou a redistribuição do território, onde a estratificação social nesse período influenciou nesse processo de alocação dos grupos que constituíam na época o TFA, conforme a periodização o Quadro 1.

Quadro 1 – Periodização da urbanização Macapaense

FASES	MANIFESTAÇÕES
Da gênese à criação da capital (1678-1943)	- Criação da vila e da cidade de Macapá; - Construção da Fortaleza de São José
Urbanização explosiva (pós-1944)	-Transferência de capital amapaense para Macapá;
	- Promulgação do Decreto 411/1969;
	- Fragmentação do território macapaense;
	- Implantação de infraestrutura urbana;
Da fragmentação à construção da condição urbana amapaense (1944-2002)	- Instalação Região Metropolitana Amapaense.
	- Construção da capital amapaense;
	- Instalação de duas companies towns (Vila Amazonas e Serra do Navio);
	- Fragmentação do território macapaense: Serra do Navio,
	- Pedra Branca do Amapari, Ferreira Gomes;

	<ul style="list-style-type: none"> - Porto Grande; Santana; Cutias; Itauba; - Elaboração de 3 Planos Diretores de Macapá (1958, 1969, 1974).
Formação da condição urbana macapaense (1944-2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da capital amapaense; - Instalação de serviços e infraestrutura urbana em Macapá; - Instalação de duas company towns (Vila Amazonas e Serra do Navio); - Fragmentação do território macapaense; - Elaboração de 3 Planos Diretores de Macapá (1958, 1969, 1974). - Promulgação do Decreto 411/1969.
Expansão urbana, “vilarização” e loteamento da cidade (1990- 2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão pós-estadualização; - Expansão das ocupações de espaços periféricos urbanos e das ressacas. - Criação de loteamentos habitacionais públicos (1994); - Criação de vilas residenciais privadas (1994). - Verticalização privada antes do Plano Diretor de Macapá
A condição urbano-metropolitana (Pós-2003)	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e Regulamentação da Região Metropolitana Amapaense (2003 e 2018); - Planos Diretores de Macapá (2004), de Santana (2006); - Mazagão não possui Plano Diretor; - Verticalização horizontalizada pública, a instalação de Conjuntos Habitacionais públicos: <ul style="list-style-type: none"> - Vitória Régia (2007); - Mucajá (2011); Mestre Oscar (2013); - Macapaba (2014 e 2016); - São José (2016); - Jardim Açucena (2018);

	- Verticalização privada pós-Plano Diretor de Macapá (2006)
--	---

Fonte: Porto (2023).

A expansão urbana de Macapá ocorreu em todas as direções, mas em especial à zona norte da cidade aumentou os problemas sociais (desemprego e subemprego), entre outros, resultantes do processo migratório, considerando que prevalece o grande volume de empregados da administração pública. Macapá vivencia um atraso considerável em termos de infraestrutura política, econômica e social (TOSTES, 2013).

2.3 OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO DE MACAPÁ

Os instrumentos de planejamento urbano são ferramentas que permitem organizar, regular e orientar o desenvolvimento das dinâmicas das cidades. Alguns exemplos de instrumentos de planejamento urbano são: o plano diretor, o estatuto da cidade, o zoneamento, o plano de mobilidade, o código de obras, entre outro.

Segundo o Estatuto das Cidades (2001), o Plano Diretor é um instrumento de planejamento que visa orientar a ocupação do espaço urbano. Em suas diretrizes gerais, ele aborda, entre outros aspectos, a garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos

A história da instrumentalização espaço urbano macapaense foi marcada por quatro Planos de Desenvolvimento Urbano (PDU): i) o Plano GRUMBILF do Brasil (1959), ii) o PDU da Fundação João Pinheiro (1973), iii) o PDU da empresa HJ COLE & Associados (1976) e o, iv) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA - 2004) Silva (2017).

Segundo Tostes (2006, p. 60):

O Amapá em um período de 46 (quarenta seis) anos experimentou cerca de 5 (cinco) planos diretores que foram solicitados por distintos governos do território e dos governos municipais. É preciso ressaltar que Santana até meados da década de 1980 (oitenta) era distrito de Macapá, e que, portanto, os Planos GRUMBILF, PDU/FJP e HJ COLE abrangiam aos dois municípios, enquanto que Macapá, a capital do estado, tem participação quase efetiva em todos os planos diretores, com exceção do PDU/Santana elaborado com a SUDAM.

Os planos diretores do Amapá expressam as transformações urbanas ocorridas ao longo da história do Estado, sendo Macapá, a capital, a cidade que apresentou

maior densidade e crescimento populacional nesse período. Portanto, foi nessa cidade que os planos diretores tiveram maior impacto.

Uma dificuldade constante e influenciada por diversos fatores, entre eles, a ausência de participação social, o aspecto técnico dos planos, é a baixa aplicabilidade e a ineficácia dos planos diretores ao longo do tempo, tal fato, foi narrado por Tostes em 2006 (Quadro 2).

Quadro 2 – Grau de aplicação dos PDU's

ANO	PLANO	DESTINO	EXECUTOR	APLICAÇÃO
1959	Grumbilf	Cea	Tea	Mínimo
1973	Pdu/Fjp	Gtfa	Tfa	Regular
1979	Pdu/Hj Cole	Pmm-Gtfa	Pmm	Mínimo
1995	Pdu/Stn	Pms/Sudam	Pms	Mínimo
2003	Pdu/Part	Pmm	Pmm	Não Avaliado

Fonte: Tostes (2006).

2.3.1 Plano urbanístico Grumbilf (1959)

O primeiro instrumento oficial de planejamento de Macapá, que era um Território Federal em 1959, foi o plano urbanístico Grumbilf. Esse plano tinha como objetivo principal dimensionar a expansão da rede elétrica no território, tendo em vista a usina hidrelétrica Coaracy Nunes, que deveria impulsionar o desenvolvimento econômico baseado na exploração do manganês Tostes (2006).

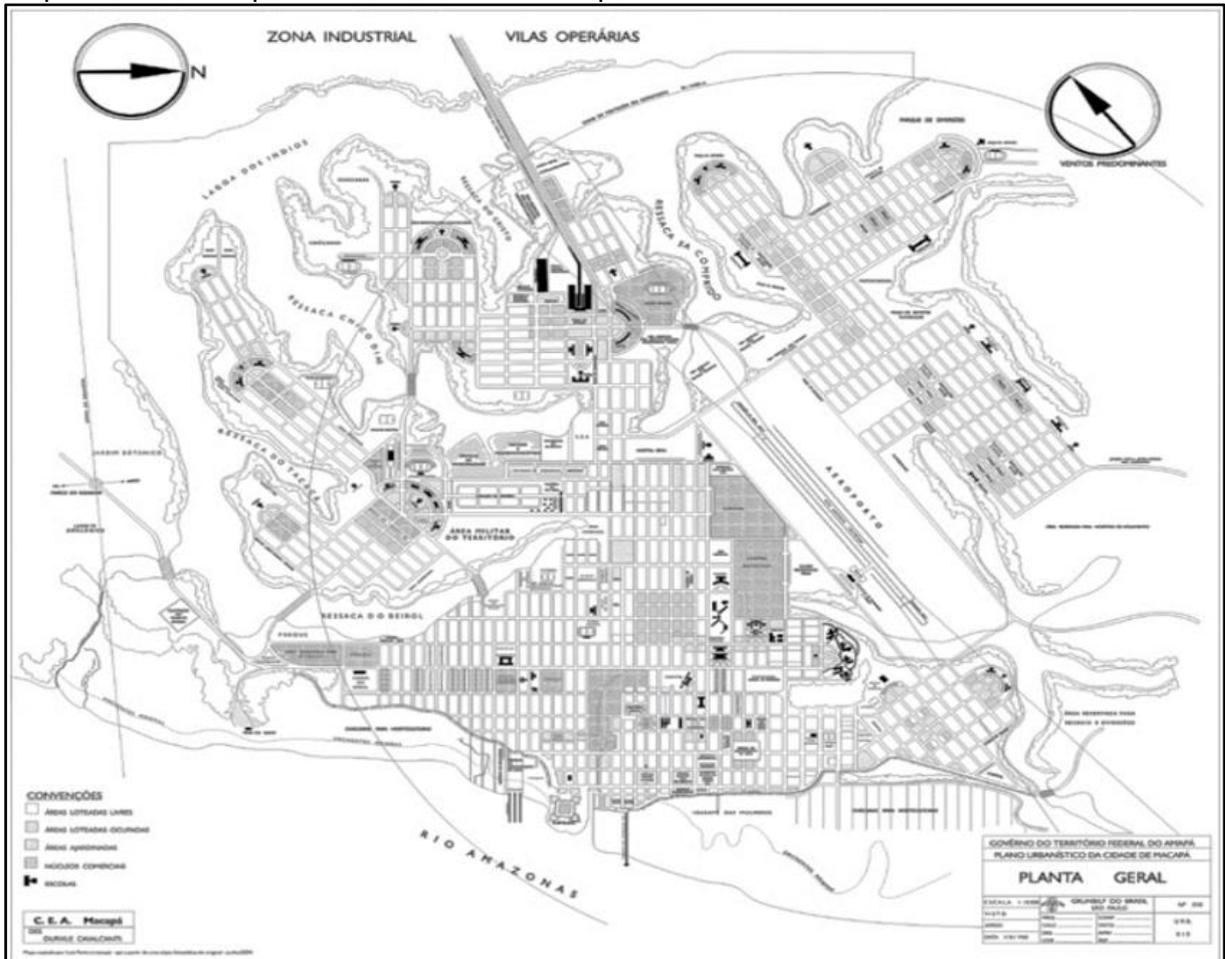
Além disso, o plano apresentou um diagnóstico das condições topográficas, sanitárias e ambientais da cidade, identificando os lagos, igarapés e ressacas que compunham sua paisagem natural (Mapa 3). A partir desse diagnóstico, o plano propôs um zoneamento do uso do solo, seguindo a orientação da BR-156, e previu um crescimento populacional de 100 mil habitantes em 30 anos.

O plano também demonstrou uma preocupação em preservar as condições naturais da cidade e em promover esportes aquáticos nas áreas de lagos e igarapés. O plano Grumbilf foi elaborado pela empresa Grumbilf do Brasil, contratada pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) Tostes (2006).

A dinâmica desse plano era de atendimento as políticas de governo, com foco na organização espacial para expansão produtiva, sem levar em consideração a

dinâmica da cidade para atendimento as mudanças demográficas e suas consequências para o local Silva (2017).

Mapa 3 – Primeiro plano urbanístico de Macapá



Fonte: Grumbilf do Brasil (1960) *apud* Silva (2017).

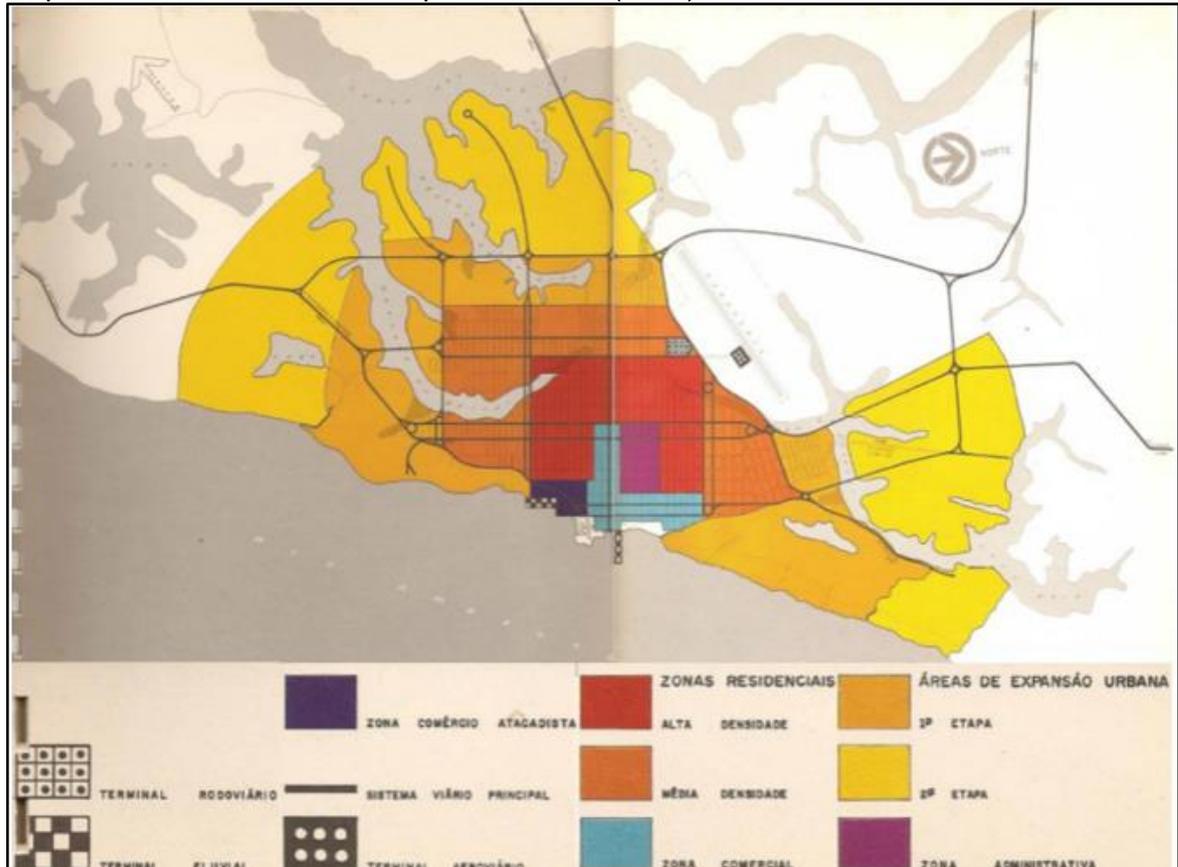
De acordo com Tostes (2006) o plano GRUMBILF teve outro mérito importante, foi um dos primeiros documentos que alertou sobre a valorização das áreas úmidas, o que no teor do plano foi classificado como “Pulmões Verdes”. Esse fato, oficialmente foi reconhecido após 44 anos, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDUAM), elaborado em 2004. Outra advertência importante foi com relação a questão das áreas de estacionamento, um problema de difícil solução nos centros urbanos e já identificado em Macapá.

2.3.2 Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá PDU João Pinheiro (1973)

O Segundo instrumento de planejamento da cidade de Macapá foi o Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá PDU João Pinheiro, o principal objetivo era orientar o desenvolvimento urbano municipal e a organização do lugar.

De acordo com Tostes (2006), a principal contribuição do Plano Diretor Urbano (PDU) João Pinheiro foi no âmbito do planejamento estrutural, cujos elementos básicos são o zoneamento urbano e o sistema viário (Mapa 4).

Mapa 4 – Zoneamento de Macapá – PDUFJP (1973)



Fonte: Macapá (1973) *apud* Silva (2017).

A maioria das diretrizes fundamentais do plano Grumbilf, tais como: incentivar a política de ordenamento territorial e urbanístico, baseada na predominância da função do solo, possibilitar o abastecimento e as reservas das áreas para o crescimento urbano etc., foram mantidas no PDU João Pinheiro.

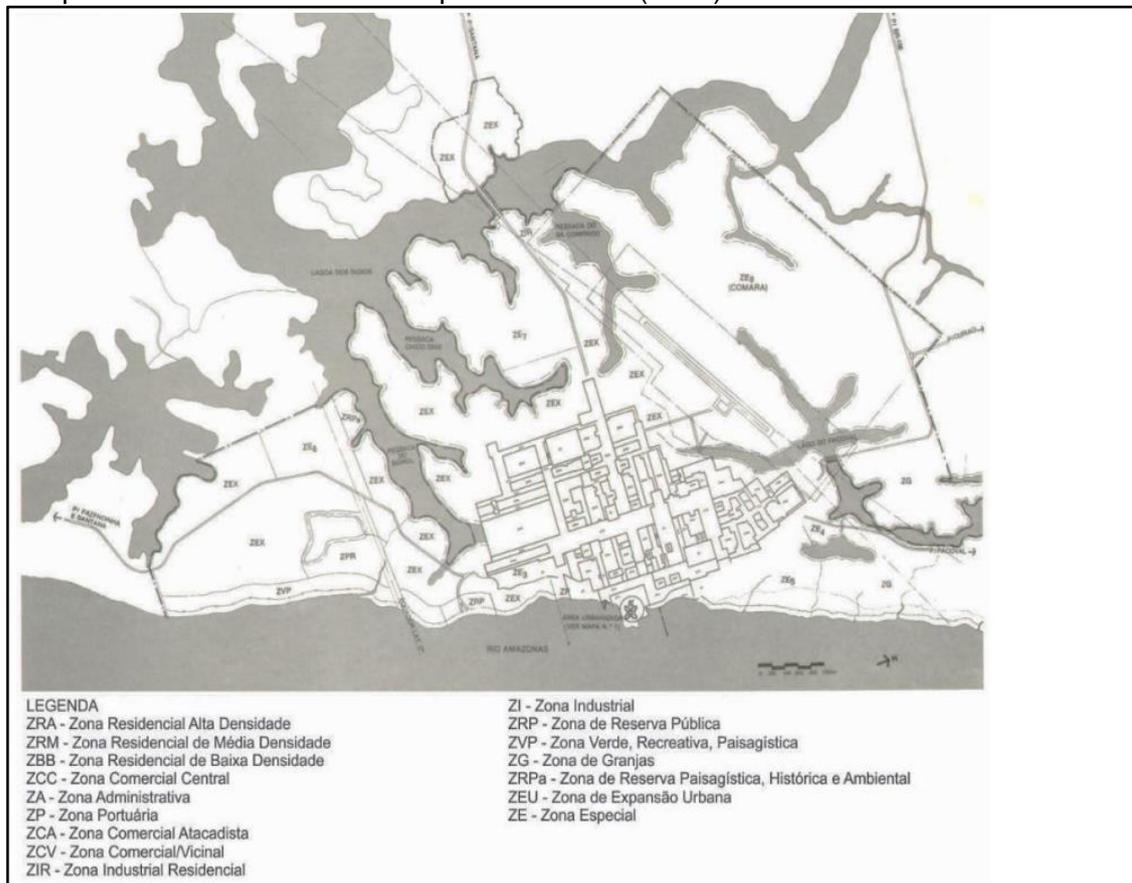
2.3.3 Plano de Desenvolvimento Urbano - PDU da empresa HJ COLE & Associados (1976)

O terceiro Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) da empresa HJ COLE & Associados (1976), fundamentou-se em um estudo abrangente sobre as

possibilidades do Território Federal do Amapá, projetou o potencial turístico do espaço amapaense, porém nesse setor pouco se concretizou ao longo desses anos. Assim como os planos precedentes, privilegiou fatores econômicos e políticos.

Era extremamente desafiador fazer prognósticos e analisar as tendências do desenvolvimento econômico, considerando que as indústrias instaladas no Amapá, na época, destinavam-se ao mercado externo, Tostes (2006). No Mapa 5 é apresentado o zoneamento com as regras de uso e ocupação do solo em uma cidade, sem apresentar com clareza sobre a questão da expansão habitacional, ou seja, sem levar em consideração a dinâmica social da cidade.

Mapa 5 – Zoneamento de Macapá – HJ COLE (1977)



Fonte: Cole (1977) *apud* Silva (2017).

2.3.4. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA - 2004)

O quarto Plano Diretor Urbano Ambiental (PDDUA-2004), foi elaborado para atender às novas exigências do Estatuto da Cidade/2001, específico para o município de Macapá, o primeiro a apresentar um viés ambiental e teve a participação da sociedade civil organizada Souza (2014).

Após a promulgação da nova Constituição, as ideias vigentes buscavam assegurar a participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas, mediante o estímulo ao controle social na elaboração dessas políticas Tostes (2006).

O Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, propõe a participação social, com o objetivo de garantir que os interesses e demandas da população sejam contemplados na definição dos objetivos, prioridades e estratégias dos planos diretores, bem como na sua implementação e avaliação Silva (2017).

Com o objetivo de garantir a qualidade de vida e a justiça social, o ordenamento e a ocupação do território, o fortalecimento da integração regional, a proteção, a preservação e a recuperação do patrimônio ambiental do município, a melhoria da mobilidade urbana e a promoção da gestão democrática, o Plano PDDUA-2004 estabeleceu cinco estratégias: a) Estratégia para Proteção do Meio Ambiente e Geração de Trabalho e Renda; b) Estratégia para Melhoria da Mobilidade; c) Estratégia para Promoção da Habitação Popular; d) Estratégia para Qualificação do Espaço Urbano; e, e) Estratégia para Gestão Democrática Urbana e Ambiental Souza (2014).

Para Batista, Brito e Pantoja (2016, p. 51), esse plano parece ter sido construído mais para cumprir as imposições do Governo Federal do que para atender às necessidades da sociedade macapaense, uma vez que suas diretrizes, embora interessantes, não são implementadas pelo poder público municipal.

Segundo Souza (2014) observa-se que, na realidade, os Planos Diretores tiveram pouca efetividade na melhoria do espaço urbano e na oferta de uma melhor qualidade de vida nas cidades. Pelo contrário, ao longo dos anos desde sua aprovação, presenciou-se a deterioração da qualidade de vida urbana, sobretudo no que se refere à mobilidade e à recuperação das áreas ambientais fragilizadas, como as ressacas. Nem mesmo a implementação dos instrumentos legais previstos nos Planos se efetivou.

A pouca efetividade do PDDUA-2004 que Souza (2014) afirmou, se confirma institucionalmente através do apresentado no Quadro 3, onde dos 25 instrumentos legais previstos, apenas cinco foram regulamentados, e tendo destaque os itens que foram regulamentados referem-se a dinâmica da construção civil e não no que diz respeito a dinâmica social e ambiental que o diferencial deste plano.

Quadro 3 – Análise da situação dos instrumentos legais e programas propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento urbano e Ambiental de Macapá – PDUAM 2004

ESTRATÉGIA	INSTRUMENTO LEGAL E PROGRAMAS PROPOSTOS	SITUAÇÃO ATUAL
Proteção do Meio Ambiente e Geração de Trabalho e Renda	Elaboração de Código Ambiental Municipal.	Não efetivado
	Programa de Implementação do Manejo Sustentável nos distritos.	Não efetivado
	Programa Municipal de Saneamento Básico (Plano Municipal de Saneamento Básico – Água e Esgoto; Plano Municipal de Drenagem; Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos).	Não efetivado
	Programa Municipal de Educação Ambiental.	Não efetivado
	Programa de Proteção e Recuperação das Ressacas.	Não efetivado
	Programa de Valorização e Preservação do Patrimônio Ambiental.	Não identificado
	Melhoria da Mobilidade	Plano Municipal Integrado de Transporte.
Programa de Qualificação de Transporte Coletivo Urbano.		Vinculado ao Plano Municipal Integrado de Transporte
Programa de Educação no Trânsito.		Não identificado
Programa de Incentivo ao Turismo Sustentável.		Não efetivado
Promoção da Habitação Popular	Programa de Regularização Fundiária.	Não efetivado
	Programa para Melhoria das Condições de Habitação em Áreas Consolidadas.	Não efetivado
	Programa de Reassentamento de Famílias de Áreas de Risco.	Não efetivado
	Programa de Construção de Habitação Popular.	Não efetivado
	Implantação do Fundo de Habitação de Interesse Social	Criado pela Lei n° 1593/07 – PMM de 05 de novembro de 2007.
Qualificação do Espaço Urbano	Lei de Uso e Ocupação do solo	Lei Complementar no 029/2004 - PMM. Alterada pelas Leis complementares no LC 035/2006, LC 044/2007, LC n°

		070/2011, 077/2011 e LC 115/2017 – PMM.
	Lei de Parcelamento do Solo Urbano	Lei Complementar no 030 - PMM, de 24 de junho de 2004
	Código de Obras e Instalações de Macapá	Não efetivado
	Plano de Qualificação do Espaço Urbano	Não efetivado
	Programa de Valorização das Áreas de Interesse Turístico	Não efetivado
	Programa de Revitalização das Áreas de Interesse Comercial	Não efetivado
	Plano Municipal de Ordenamento dos Cemitérios.	Regulamentado pela Lei no 1614 / 2008- PMM
	Lei do Perímetro Urbano	Lei Complementar no 028 - PMM, de 24 de junho de 2004
Gestão Democrática Urbana e Ambiental	Programa de Capacitação dos Recursos Humanos	Não efetivado
	Programa de Participação Comunitária	Não efetivado

Fonte: Souza (2014).

As dinâmicas que moldaram a elaboração do plano diretor de 2004, foram além, do que vinham sendo proposta nos anos anteriores, que havia uma visão mecanicista, e vislumbrou a parte técnica sem levar em consideração a qualidade de vida das pessoas.

As expectativas foram grandes, porém, a aplicabilidade e execução do plano, assim como dos demais planos em sua maior parte não foi executada, para Tostes (2020) não é adequado atribuir ao plano diretor, que se configura como um mecanismo de política pública, um fracasso, pois, caso exista, esse fracasso é de responsabilidade do poder público e de toda a coletividade.

2.4 AS NOVAS DINÂMICAS URBANAS A PARTIR PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL (PDDUAM - 2004)

O PDDUAM - 2004 introduziu importantes alterações com enfoque ambiental e social, conforme analisado na seção anterior. Nesses 19 anos desde a elaboração do plano, observam-se diversas transformações na urbe de Macapá, decorrentes de dinâmicas urbanas que, embora não sejam novas em sua essência, estão mais intensas em virtude de muitas fragilidades que o plano apresenta, a seguir a apresentação das dinâmicas que vão ser discutidas neste trabalho.

2.4.1 A Dinâmica da Região Metropolitana de Macapá

Criada por meio da Lei Complementar nº 21, de 26 de fevereiro de 2003, a RMM indicava uma oportunidade de integração do planejamento urbano entre as cidades de Macapá e Santana e posteriormente incluiu Mazagão, porém não se efetivou.

As iniciativas de planejamento para a região metropolitana de Macapá, que engloba também Santana e Mazagão, ainda se encontram em estágio inicial. A ausência de uma efetiva articulação entre as ações de planejamento nos três municípios, com uma perspectiva de continuidade e conectividade, afasta as políticas públicas desses territórios, que operam de forma isolada, acentuando os níveis de pobreza urbana. Apesar da melhoria da logística entre os municípios por meio da ponte da Integração, essa é a única forma de integração existente entre os municípios (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Ponte da integração Washington Elias dos Santos



Fonte: Abinoan Santiago/G1) - G1 Amapá -

2.4.2 A Dinâmica da Verticalização e seu impacto na Urbe de Macapá

Na cidade de Macapá, segundo Batista, Brito e Pantoja (2016), a primeira edificação com mais de 10 pavimentos foi construída em 1999, chamada de Turmalina Residence, localizada no bairro Santa Rita.

A partir disso, outras construtoras passaram, a ter interesse por esse modelo de edifício e, isto acabou por impulsionar o crescimento vertical da cidade, sobretudo depois das alterações ocorridas no Plano Diretor de 2004, que apresentou mudança no limite do gabarito dos prédios e na setorização urbana.

O aumento da verticalidade de Macapá ainda é resultado das mudanças que o PDDUAM de 2004 sofreu. No que tange a verticalização, o citado Plano modificou suas normas inúmeras vezes, conforme as leis complementares nº 035/2006, nº 044/2007, nº 077/2011, nº 109/2014 e nº 115/2017, que modificaram drasticamente

os gabaritos máximos permitidos, principalmente nos bairros centrais (Quadro 4) Batista; Brito;Pantoja (2016)

Quadro 4 – Modificações no padrão da verticalização do PDDUM 2004

Ano	Verticalização Alta	Verticalização Média	Verticalização Baixa
2004	22 até 33m Entre 8 e 12 pavimentos	14 a 22m Entre 5 e 7 pavimentos	8 e 14m Entre 3 e 4 pavimentos
2011	Alta 1 57,20 até 62,90m 20 pavimentos Alta 2 34,64 até 37,94 12 pavimentos	Entre 29,00 e 31,70 10 pavimentos	Entre 14,35 e 16,10 5 pavimentos
2014	Altura Máxima 76m 22 pavimentos	Altura máxima 45 metros 12 pavimentos	Altura máxima 23 metros 5 pavimentos

Fonte: Batista; Brito;Pantoja (2016).

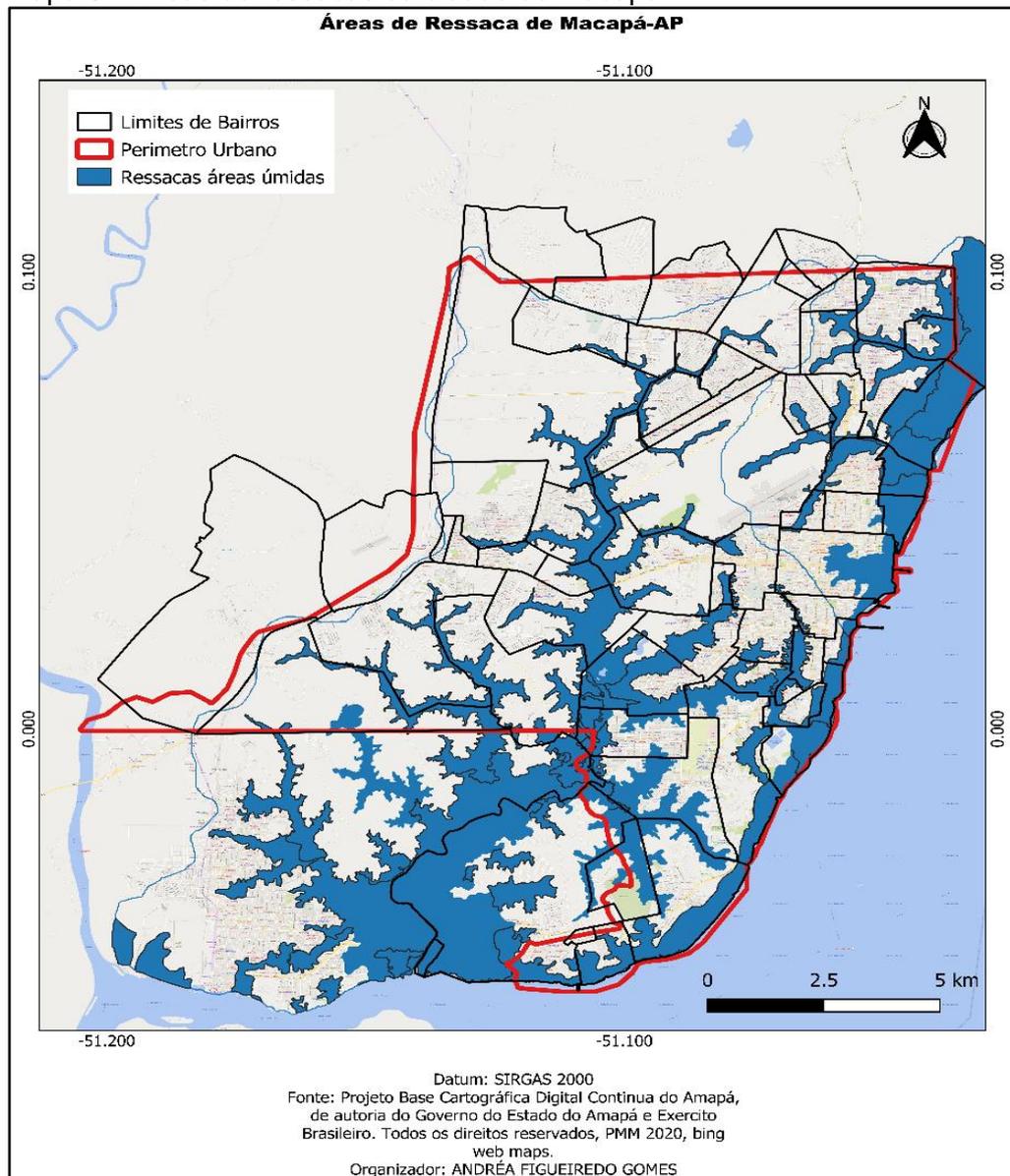
As mudanças referenciadas foram principalmente para aumentar os gabaritos dos prédios que segundo Silva e Pena (2021, p. 84) com o aumento na altura dos edifícios entre 39% e 56%, causaram impactos visuais, nos sistemas de saneamentos, abastecimento de água, energia, bem, como no conforto ambiental do município de Macapá, por isso, torna-se relevante o desenvolvimento das novas dinâmicas urbanas para a valorização da segregação socioespacial.

2.4.3 A Dinâmica de ocupação das áreas úmidas (Ressacas)

O crescimento demográfico desenfreado em decorrência do processo migratório provocou problemas de invasões de espaços considerados inadequados ao uso para habitação, bem como um processo de favelização da população recém-chegada a Macapá, como as áreas de ressaca, pois Portilho (2010), em suas pesquisas ressaltou que a ocupação dessas áreas se reflete da falta de um planejamento urbano, bem como na falta de atuação do poder público.

A ocupação irregular dessas áreas afeta diretamente o ecossistema fundamental para o equilíbrio ambiental, provocando danos irreversíveis ao meio ambiente. Mas, a ocupação das áreas de ressaca afeta não apenas a natureza, mas a própria atividade humana. Nas áreas de ressaca são espaços desprovidos de infraestrutura capaz de suprir as necessidades básicas de saúde e habitação da população que se abriga nessas áreas (Mapa 6).

Mapa 6 – Áreas de ressacas da cidade de Macapá



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As questões relacionadas ao meio ambiente não eram consideradas prioridades, por isso, muitas áreas de ressaca foram aterradas, refletindo

posteriormente em problemas na infraestrutura da cidade, comprometendo a QV das pessoas.

Na década de 1970, Andrade (1995), relatou que as duas maiores áreas de ocupação espontâneas, foi a baixada do Perpétuo Socorro, conhecida como baixada do Igarapé das Mulheres, e, a baixada do Elesbão tiveram seus ocupantes retirados para uma área localizada a leste do Quartel General do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), fazendo surgir o bairro Nova Esperança a oeste da cidade.

A transferência das famílias das baixadas aconteceu devido o projeto de urbanização proposto a essas duas áreas localizadas às margens do rio Amazonas, localizada em frente da cidade de Macapá.

Nesse contexto, especificamente no ano de 1985, Andrade (1995), ressaltou que o bairro Santa Inês se ampliou, sendo vetor de crescimento populacional, atingindo o limite da Lagoa dos índios entre a Ressaca Chico Dias e a Ressaca do Beirol, originando o bairro dos Congos, localizado entre a ressaca Chico Dias e as ruas Claudomiro de Moraes e Benedito Lino do Carmo.

Nesse mesmo período o bairro do Buritizal se ampliou, se estendendo desde a Ressaca do Beirol até os limites com as ruas Claudomiro de Moraes e Benedito Lino do Carmo formando o bairro do Muca, todo contornado pela ressaca do Beirol. Mas, no final da década, em 1989, foram surgindo os bairros Jardim Equatorial e Jardim Marco Zero, localizados além da ressaca do Beirol, na zona sul da cidade ao longo da rodovia Juscelino Kubitscheck (JK) Andrade (1995).

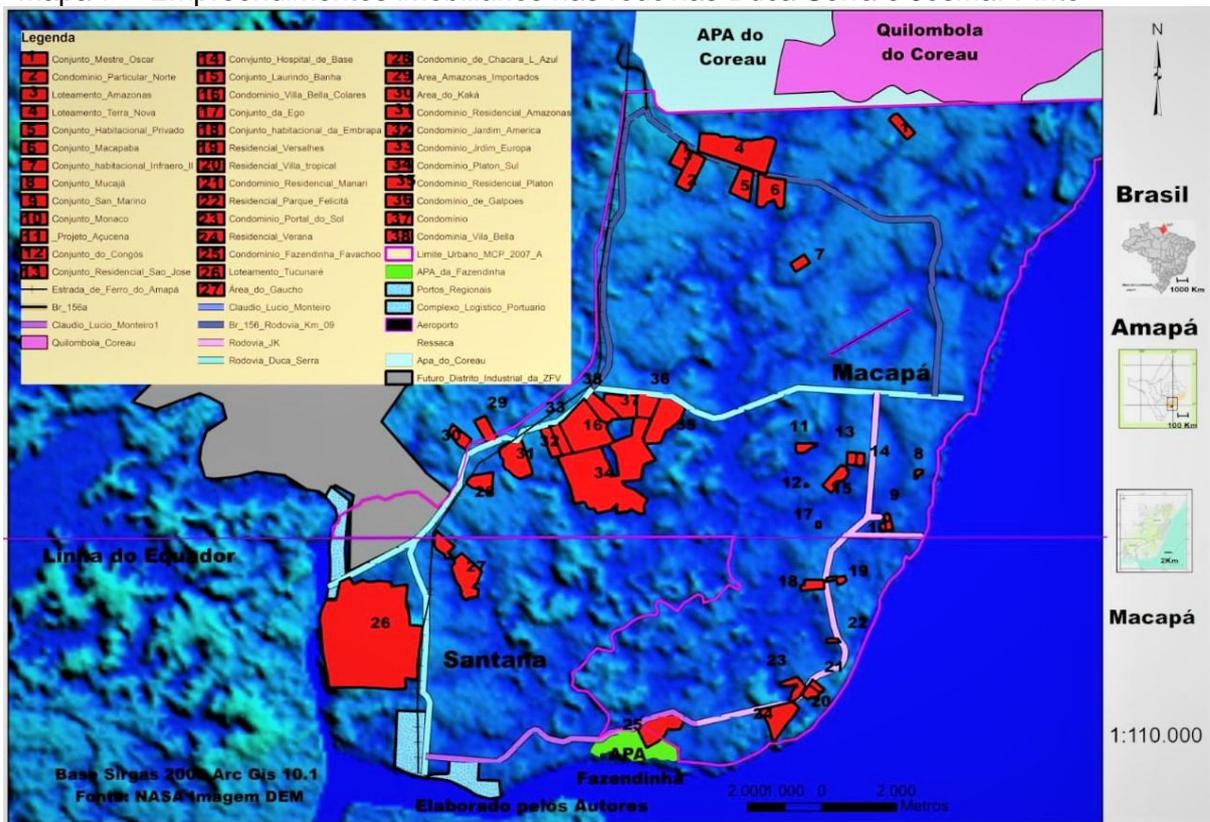
2.4.4 Dinâmica de expansão de condomínios e loteamentos murados

Acompanhando todo o processo de crescimento de Macapá, a partir do plano diretor de 2004 a dinâmica de expansão dos loteamentos murados foi intensa, crescendo para áreas que antes não existiam habitações, a regularização de terras é um dos fatores importantes para esse crescimento, pois, a maioria das residências são financiadas e o processo de aquisição nos bancos exigem terras regularizadas, a alternativas foi expandir para outras áreas como para as rodovias Duca Serra e Josmar Pinto.

De acordo com Weise e Tostes (2018), no que diz respeito aos empreendimentos imobiliários, tanto públicos quanto privados, observa-se uma disparidade significativa entre a demanda e a oferta. Conforme pode ser observado

no Mapa 7, a rodovia Duca Serra abriga cerca de 10 empreendimentos, enquanto a rodovia Juscelino Kubitschek conta com aproximadamente 15, números que excedem as necessidades existentes.

Mapa 7 – Empreendimentos imobiliários nas rodovias Duca Serra e Josmar Pinto



Weise e Tostes (2018) apontam que outro impacto que deve ser enfatizado é quanto a proximidade destes empreendimentos perante as áreas úmidas (ressacas), podendo, num futuro próximo, estimular a ocupação delas. Se tal ação for concretizada, haverá uma grande interferência no desempenho de seu papel, sendo assim, o sistema de drenagem (natural) e a regularização bioclimática do ambiente urbano prejudicados.

Dessa forma é possível afirmar que os loteamentos e condomínios se encontram estrategicamente situados nas rodovias, o que evidencia a notável

influência da especulação imobiliária nessa área, que desempenha um papel significativo entre os dois maiores centros urbanos do estado do Amapá (Macapá e Santana).

É possível notar a criação de novos bairros por parte das administrações municipais de Macapá e Santana. Além disso, a disposição de atividades institucionais, escolas, locais de culto, estabelecimentos comerciais, serviços e setores na região reflete a dinâmica de uso e ocupação em suas proximidades.

2.4.5 Dinâmica de Expansão de Maneira Desordenada da Atividade de comércio na Cidade de Macapá

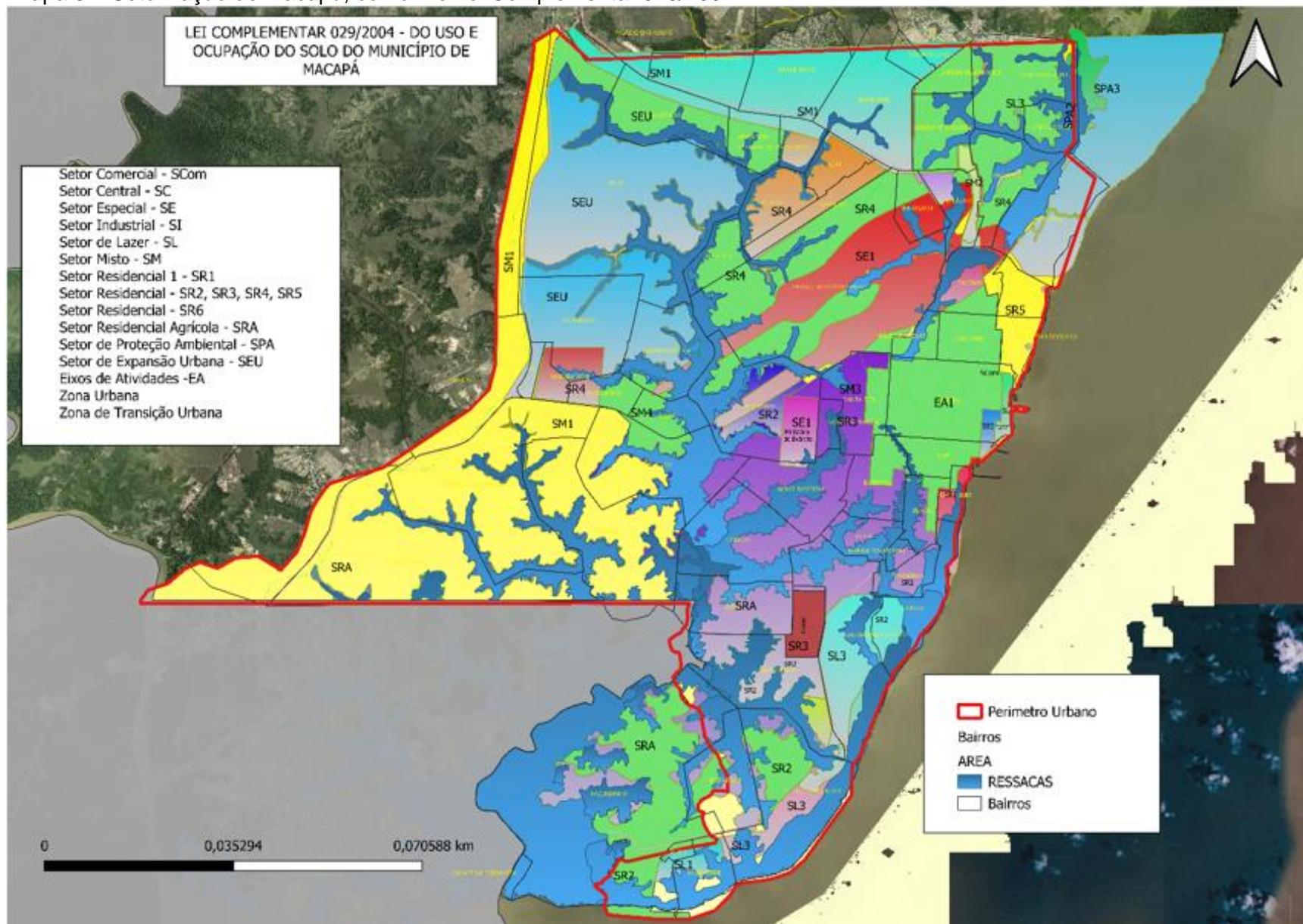
A ocupação de Macapá teve início na região central, onde ocorreu a instalação das primeiras construções, e se expandiu para seus arredores. Isso resultou na criação de novos bairros, os quais foram mencionados na seção anterior, à medida que o crescimento populacional avançava. Essa região central abrigava as principais atividades comerciais, bem como uma variedade de serviços públicos e privados.

Na busca de organizar o espaço Macapaense o plano diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, 2004 – Alterado pela LEI COMPLEMENTAR Nº 029/2004 – PMM apresentou a setorização da cidade deveria seguir (Mapa 8) Tostes (2006).

Na atualidade, a concentração de serviços e comércios, destacaram vários bairros considerados subcentros, se consolidaram como corredores comerciais, sendo estes: Bairro Buritizal, Bairro Pacoval e Bairro Santa Rita. O Bairro Pacoval, na atualidade tem uma dinâmica maior que o Bairro Lagunho do ponto de vista comercial. O Bairro Buritizal é o maior com densidade depois do Bairro Centro, considerado o mais populacional da cidade de Macapá de acordo com o último censo do IBGE, e tem uma das maiores densidades, mas também, com níveis de comércios e serviços, além da parte institucional muito grande Silva (2023).

Considerando esse contexto, em Macapá é possível perceber a formação de nova centralidade nos diferentes eixos de deslocamento, principalmente, promovido pelo crescimento urbano e pela necessidade de expansão das atividades comerciais e de serviços. Nota-se que grandes redes de supermercados e lojas buscam expandir seus negócios fora do centro comercial mais antigo.

Mapa 8 – Setorização de Macapá, conforme Lei Complementar 029/2004



Fonte: Elaborado pela autora – Adaptação Lei Complementar 029/2004.

Segundo Sposito (2010), a concentração de atividades em determinadas áreas da cidade é um processo dinâmico e, para tal, cita alguns determinantes, como o ritmo de crescimento econômico e demográfico das cidades; formas de expansão dos tecidos urbanos relacionadas com seus sítios urbanos; instalação de novas infraestruturas para circulação e emergência de novas formas de transporte; ampliação dos gradientes intraurbanos de preços fundiários e imobiliários; investimentos privados e públicos; dinâmicas de diferenciação socioespacial dos usos de solo residencial, comercial e de serviços; entre outras situações.

Alguns desses determinantes são notáveis em Macapá quanto à diversificação das atividades econômicas, que promoveu crescimento demográfico em alguns momentos e, conseqüentemente, expansão urbana mais acelerada. A partir daí os eixos rodoviários surgem com maior propensão a acomodar novas ocupações e estrutura para circulação e transporte urbano. Como estratégia, o capital articulado com o agente público inseriu-se nesse processo, Tostes (2013).

Com isso, houve a dispersão dos serviços públicos e privados e das atividades comerciais, bem como, mais recentemente, a inclusão de grupos empresariais no mercado imobiliário, tornando mais perceptíveis justamente as diferentes formas de apropriação do espaço e, ao mesmo tempo, encaminhando-se para a formação de nova centralidade, reforçando a reestruturação pela qual passa a cidade de Macapá.

3 O PLANEJAMENTO URBANO E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

O planejamento urbano é indispensável para o desenvolvimento ordenado das cidades, pois para Michelam *et al.* (2020, p. 14), esse planejamento deve levar em consideração “as três principais dimensões do desenvolvimento sustentável (tripé da sustentabilidade), tendo como alicerce a qualidade ambiental, a prosperidade econômica e a justiça social”.

Nessa perspectiva, o planejamento urbano segue uma dinâmica que tem como finalidade direcionar o processo de urbanização, sempre priorizando a QV social, mas, respeitando a qualidade ambiental, a prosperidade econômica e a justiça social em prol de um desenvolvimento ordenado das cidades.

O planejamento urbano, conforme Nascimento Neto (2015), é responsável por idealizar, criar e desenvolver soluções para uma área urbana, com a finalidade principal de proporcionar melhoria de QV as pessoas que residem nesta área. Sendo assim, desenvolver o planejamento de uma a cidade é planejar componentes espaciais e geográficos visando prover estrutura social para as atividades humanas.

Tais atividades humanas no espaço urbano precisam de um planejamento urbano que corresponda com as necessidades de cada área, para que assim, os resultados a partir do planejamento. Sendo assim, uma cidade estruturada decorre de um planejamento bem elaborado.

O planejamento urbano classifica-se em tres grandes tipos, sendo que: o primeiro planejamento atribuído ao campo da gestão urbana, e os demais estão no centro do planejamento e podem ser chamados de decisões substantivas e decisões processuais. As “decisões realizadas nesses processos. [...]

Entretanto, os tipos propostos são úteis para fins analíticos, como instrumentos de reflexão que contribuem para a construção do modelo descritivo” (Saboya, 2013, p. 85).

É pertinente ressaltar que o primeiro tipo de planejamento urbano está, a rigor, fora do âmbito do planejamento propriamente dito, podendo mais ser precisamente atribuído ao campo da gestão urbana, mas, os demais estão no centro do planejamento e podem ser chamados de decisões substantivas e decisões processuais Tostes (2012).

Tostes (2020, p. 41) relatou que em implicação um dos maiores desafios para o planejamento urbano “é ordenar o município e melhorá-lo mesmo diante de um

cenário desfavorável”, pois o cenário se configura diante de tensões sociais e ambientes desiguais, onde as classes menos favorecidas são as mais atingidas.

A partir do exposto, o planejamento do espaço urbano torna-se ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento das cidades. Por isso precisa ser bem elaborado, pois o processo de urbanização está relacionado ao crescimento das cidades em virtude do aumento populacional.

Oliveira (2004), o planejamento urbano consiste em identificação, análises estruturação, coordenação de missão, propósitos, objetivos, desafios, metas, estratégias, políticas internas e externas, programas, projetos e atividades, a fim de alcançar de modo mais eficiente, eficaz, efetivo o máximo do desenvolvimento possível, com a melhor concentração de esforços e recursos para estruturar uma cidade.

A cidade urbanizada decorre de um planejamento urbano para evitar os principais problemas que comprometem a QV da população, sendo estes a drenagem urbana precária, a falta de aterro sanitário, bem como o desmatamento desenfreado, as queimadas, as dificuldades na mobilidade e no transporte urbano Vitte (2021).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento urbano é o ato de planejar o crescimento das cidades de forma a garantir o acesso seguro, justo e digno da população aos serviços urbanos, como mobilidade, infraestrutura, saúde, educação, qualidade ambiental, entre outros, que para Souza (2011), um desenvolvimento urbano autêntico não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica.

Assim, o desenvolvimento urbano não é meramente, um aumento da área urbanizada, mas um desenvolvimento socioespacial na e da cidade, buscando alternativas para a melhoria da QV da população local, de um determinado espaço urbano. Nesse contexto, é pertinente ressaltar que a CF de 1988, assegura o direito à moradia, sendo de competência da União, dos estados e dos municípios, promovendo programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (Brasil, 1988).

Nesse cenário, o poder público municipal precisa, inicialmente, realizar um diagnóstico de toda zona urbana com o objetivo de identificar os problemas e propor possíveis soluções e formas de gestão mais sustentáveis, uma vez que o crescimento

urbano desenfreado compromete o desenvolvimento da cidade, principalmente as áreas protegidas ambientalmente, como as áreas de ressaca.

3.1 OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO

No decorrer do século XX, os problemas das cidades brasileiras eram solucionados com adaptações baseadas no pensamento urbanístico europeu e/ou norte-americano. Assim, com os problemas decorrentes desse processo impulsionaram uma reflexão crítica, conforme destacado em frase de Maricato (2013, p. 121) “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, denota os problemas das cidades que foram se agravando com a introdução de ideias pautadas em um planejamento desvinculado da formação socioespacial do país, pois não correspondiam com a realidade.

Diante disso, os efeitos da urbanização planejada em outra realidade não trouxeram resultados favoráveis nesse processo, visto que, são cenários diferentes. Foram surgindo os problemas estruturais decorrentes da urbanização das cidades brasileiras, que passaram a comprometer o desenvolvimento do espaço urbano no país.

Maricato (2013, p. 121-122) ressaltou ainda que as “matrizes que fundamentaram o planejamento e a legislação urbanas no Brasil”, não impedem o crescimento da ocupação ilegal, como nas áreas de ressacas, por exemplo. Diante do exposto, pode-se dizer que o urbanismo no país não tem comprometimento com a realidade visível e palpável. Sendo assim, a autora diz que as ideias fora do lugar se referem a um planejamento que corresponde com a realidade vivenciada pela população brasileira, por isso, os problemas foram se agravando com a expansão urbana.

A partir do exposto, é pertinente ressaltar que o processo de urbanização requer de um planejamento urbano específico, ou seja, precisa estar de acordo com o espaço urbano ocupado, para que assim, os problemas detectados nesse espaço sejam solucionados, por meio do desenvolvimento de estratégias direcionadas para cada fator que possa comprometer o processo de crescimento urbano.

A expansão urbana, segundo Fernandes (2006), causou alterações e degradação do meio ambiente natural, chegando a provocar mudança no sistema de circulação e do desenho urbano, trazendo assim implicações para a QV e qualidade ambiental urbana, pois o processo de urbanização trouxe ainda muitas mudanças

sociais e socioeconômicas, territoriais, culturais e ambientais, ocorrendo sem uma base jurídica adequada, que pudessem impedir todos os problemas decorrentes do processo de urbanização.

A base jurídica foram aparecendo de acordo com os problemas surgidos diante da urbanização. Mas, apesar de existir todo um aparato legal, nas instâncias: municipal, estadual e federal, é muito comum encontrar moradias em áreas protegidas ambientalmente, que passam a degradar o meio ambiente, como as áreas de ressaca, onde o acúmulo de lixo é algo que acontece devido a não ter maior rigorosidade na fiscalização e punição diante da poluição ambiental.

Fernandes (2006, p. 7), em suas pesquisas relatou que no Brasil, “ao longo do século XX, havia um descompasso enorme entre a ordem jurídica em vigor e os processos socioeconômicos e territoriais que caracterizaram o processo de urbanização”. Assim, quando as leis foram surgindo os problemas já tinham comprometido o desenvolvimento urbano.

Foram surgindo os grandes movimentos, movidos pela existência de enormes desigualdades sociais e carências urbanas, como o Movimento Nacional de Reforma Urbana, que marcou o panorama metropolitano nos anos 70 e 80, ganhou força a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, que trouxe elementos pautados em uma nova forma de planejamento e de gestão das cidades.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana definiu um conceito de reforma urbana como uma nova ética social, que condenou a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos. Os aspectos fundamentais desta reforma foram a regulação pública do solo, direito à moradia digna e gestão democrática, permitindo que a população tivesse acesso aos hospitais, água tratada, energia elétrica e disposição controlada de resíduos urbanos, bem como uma melhor educação e oportunidades de emprego.

Segundo Santos (2008, p. 11), é necessário o entendimento do “processo de urbanização, sendo que: o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população em geral” apresenta características específicas, pois as populações mais carentes, precisam ser analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais. Sendo assim, o processo de urbanização precisa ser moldando conforme a localidade ou região, pois deve-se levar em consideração as características de cada espaço urbano.

Assim, o planejamento urbano passou a ser cogitado depois que os problemas foram surgindo nas cidades em decorrência do processo de urbanização, onde o aumento da população, principalmente dos menos favorecidos fez com que a ocupação de locais impróprios aumentasse consideravelmente. Ou seja, o planejamento passou a ser elaborado para resolver problemas emanados dessas ocupações, principalmente em áreas protegidas legalmente.

Pereira (2013) relata que as consequências negativas geradas pela urbanização são presentes em grande parte das cidades brasileiras, tais como: o acúmulo de lixo, as poluições sonoras, poluição da água e do ar, bem como a perda de biodiversidade, dentre outros problemas.

Pois, os empecilhos motivados pelas deficiências urbanísticas monopolizam a dimensão ambiental e alcançam, ainda, a área social, provocando problemas, como: violência, desequilíbrios na distribuição de renda e a segregação socioespacial, considerando que a atração dos grandes centros urbanos causa a imigração de pessoas, resultando em excessiva competição por espaço, onde as classes menos favorecidas, sem recursos, passaram a fazer suas habitações em locais indevidos.

Em contrapartida, as ocupações irregulares das provocam danos irreversíveis. Portanto, o planejamento urbano é extremamente importante, pois o processo de urbanização descontrolado acarreta consequências trágicas, tanto para as pessoas que habitam essas áreas, quanto para o meio ambiente.

Quando o meio ambiente e meio urbano se articulam, Gomes *et al.* (2023) dizem que a crescente urbanização é notada a partir da industrialização acelerada, além dos modos de vida e hábitos das pessoas que vivem em cidades podem comprometer o meio natural, colocando-o em risco. Sendo assim, a ameaça ao meio natural desencadeia outros problemas de ordem urbana para a população, afetando o bem-estar, gerando estresse, além de várias disfunções promovidas por diversos tipos de poluição, tanto do meio biótico², quanto do abiótico³.

A preservação do meio ambiente no processo de urbanização é um fator necessário, pois as questões ambientais na atualidade alcançaram uma importância universal, pelo fato de ser necessário para manter a vida na Terra, tanto para a

²Art. 6º da Resolução CONAMA nº. 001/86 como “o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente” (Conama, 1986).

³Podem ser físicos (como radiação solar, temperatura, luz, umidade, ventos), químicos (como os nutrientes presentes nas águas e nos solos) ou geológicos (como o solo) (Louredo, 2023).

população vigente, como para as futuras. Sendo assim, o planejamento urbano apropriado precisa estar em consonância com meio ambiente, ou seja, com a preservação e proteção ambiental.

No processo de urbanização, Loboda e Angelis (2005), dizem que as execuções de projetos ambientais são fundamentais para aproximar e conscientizar a população que mais necessita de conhecimento sobre a importância dos espaços verdes, bem como sobre o cuidado e controle com o meio ambiente, pois esses espaços protegem fatores naturais e garantem a QV da população. Com o avanço urbano desordenado e sem planejamento sobre o meio natural, se não for contido, provocará prejuízos imprevisíveis para a sociedade.

Diante disso, é importante mencionar que o processo de urbanização precisa adequar o planejamento levando em consideração o meio ambiente, pois a finalidade de manter a preservação dos espaços verdes diante do crescimento e desenvolvimento das cidades é uma necessidade da sociedade diante da ocupação do espaço público de forma apropriada e planejada.

Nessa perspectiva, é pertinente ressaltar que o processo de urbanização siga um planejamento urbano específico, ou seja, de acordo com a área de ocupação.

3.2 OS ESPAÇOS URBANOS

O espaço urbano, de acordo com Santos (2008), é reconhecido como produto histórico e social, onde a produção da cidade se manifesta em sinais presentes na paisagem. Em cada período, a sociedade organiza os seus modos de fazer conforme o conhecimento que tenha dos sistemas técnicos. A construção do espaço urbano manifesta-se a partir de uma tríade: espaço, tempo e técnicas.

Nessa perspectiva, é pertinente ressaltar que o espaço urbano se caracteriza, em qualquer tipo de sociedade, por ser fragmentado, isto é, constituído por áreas marcadas entre si no que se refere a formação e dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial de suas formas, sendo considerado resultado da pressão e usos distintos dos atores sociais.

Segundo Vikou, Caneparo e Paula (2018), o espaço urbano é definido como o território no qual se situa uma cidade, composta por vários componentes que derivam da aglomeração de pessoas, moradias e elementos, tais como edificações contínuas, habitações, meio-fio, calçadas, rede de iluminação, serviços de saúde, educação,

saneamento ambiental, lazer, dentre outros, sendo indispensáveis à organização do espaço social.

O espaço urbano vai se adequando a evolução da sociedade, uma vez que a segregação socioespacial está muito mais manifestada na cidade, seja nas áreas residenciais, como na própria esfera das relações de consumo, ou seja, a população com maior condição financeira reside nas melhores áreas da cidade, enquanto que as pessoas mais desfavorecidas, sem opção invadem áreas localizadas na periferia, bem como áreas protegidas ambientalmente, como as áreas de ressacas.

Corrêa (2004) diz que o espaço urbano é considerado um espaço geográfico, que precisa ser planejado para construir espaços que minimizem problemas decorrentes dos processos de urbanização, tais como: como poluição, engarrafamentos, falta de saneamento básico etc.

Sendo assim, pode-se dizer que é a partir do processo de urbanização que surgem os espaços urbanos nas cidades. Mas, nesse processo de crescimento e desenvolvimento é indispensável a realização de um planejamento urbano para melhorar as áreas urbanas que já existem, bem como as áreas que ainda serão criadas.

O espaço urbano precisa ser planejado, pois conforme Nogueira (2021, p. 150) este espaço é definido como um “o conjunto de diferentes componentes situados no território que precisam estar justapostos entre si”. Tais elementos são imprescindíveis aos usos das pessoas que fazem parte da organização espacial de uma cidade.

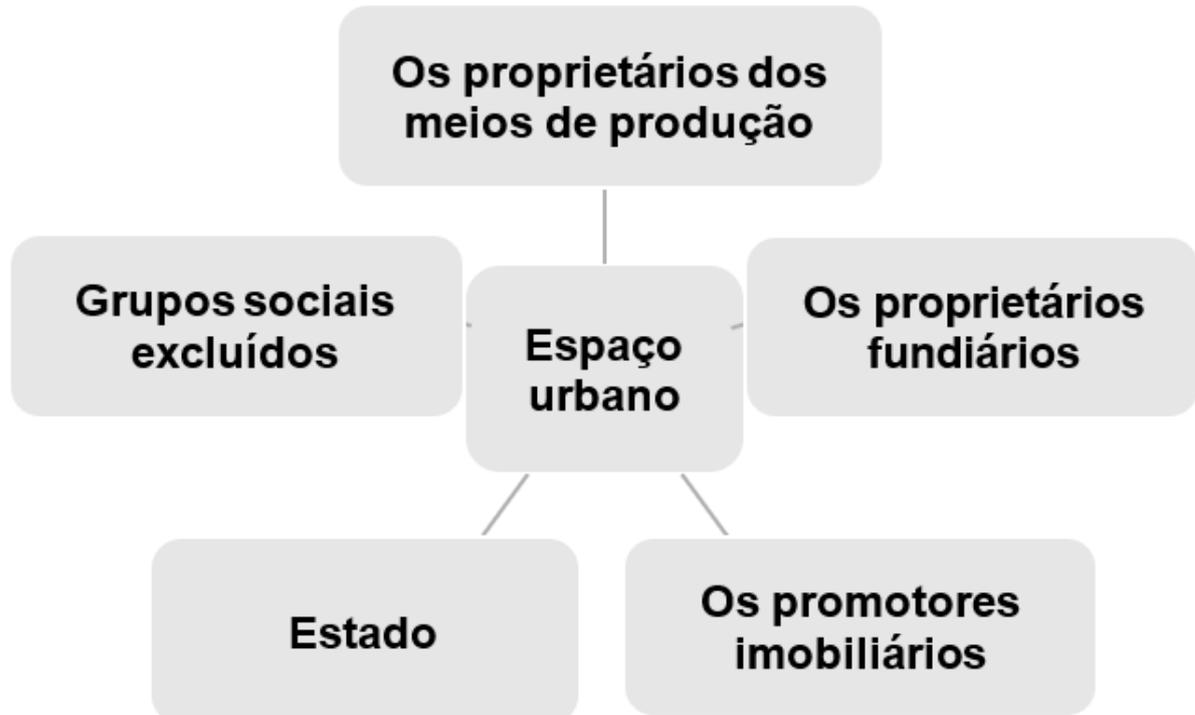
Caracteriza-se o espaço urbano como sendo um espaço fragmentado e articulado, sendo que, há relações entre as partes, são identificadas a partir do movimento das pessoas, dos veículos, das operações que são vivenciadas no cotidiano da cidade, seguindo uma dinâmica de funcionamento.

Sendo assim, o espaço urbano deve ser adaptado as necessidades da sociedade, onde é necessário desenvolver um planejamento urbano para manter a organização espacial da cidade, a partir de uma infraestrutura apropriada para não desencadear problemas futuramente, faz-se necessário a incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de adequadas áreas, renovação urbana, entre outros.

O espaço urbano, conforme Corrêa (2004), é produzido por uma variedade de agentes sociais que se classificam em função de suas práticas habituais da produção da cidade, que são: os proprietários dos meios de produção; os proprietários

fundiários; os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Esquema 1).

Esquema 1 – Agentes produtores do espaço



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os agentes sociais estão inseridos em uma temporalidade, consolidando os processos no espaço urbano e as relações sociais existentes em um determinado período. Estes agentes atuam na defesa de interesses comuns de qualquer tipo, agindo de forma coletiva para conseguir alcançar seus objetivos em várias instâncias da organização social ou à margem delas. Nesse contexto, Corrêa (2004) narra a importância de entender que:

Em primeiro lugar, a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes. A ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos sociais (Corrêa, 2004, p. 12-13).

A partir do exposto, faz-se importante entender a participação e atuação de cada um desses agentes. Segundo Corrêa (2004), os proprietários dos meios de produção, que fazem referência sobre as grandes empresas industriais e empresas comerciais, que devido à dimensão de suas atividades, acabam sendo consumidores de espaço.

Os proprietários dos meios de produção precisam de terrenos que satisfaçam requisitos característicos para a localização de seus negócios, buscando áreas em que a infraestrutura instalada reduza os custos da produção ou facilite o consumo, influenciando a produção do espaço urbano a partir das relações econômicas e sociais.

Corrêa (2004), diz que o segundo corresponde aos proprietários fundiários, que estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, que é uma mudança complexa, cuja ação de terras e habitações depende da manifestação de novas camadas sociais, provenientes de fluxos migratórios, ou seja, têm interesse na expansão do seu tecido urbano, fruto da influência do Estado por meio de políticas de desenvolvimento urbano, infraestrutura e habitação.

Diante do apresentado, ficou evidente que os proprietários fundiários estão dispostos a ganhar a renda da terra, pois mediante o controle da propriedade privada, se une a atividade imobiliária no processo de transformação do valor de uso em valor de troca para a extração crescente de renda da terra. Estes proprietários exploram todas as vantagens existentes da sociedade.

Os proprietários ora mencionados, exercem pressão junto ao Estado, sobretudo na instância municipal, visando intervir na definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Mas, essa pressão não é feita de forma igual nem beneficia a todos os proprietários fundiários, pois os mais influentes poderão suas terras valorizadas, por meio do investimento público em infraestrutura, principalmente a viária.

Silva (2020), fala do terceiro que faz referência aos promotores imobiliários, sendo os agentes que compram o terreno, determinam a localização, o tamanho das unidades e a quem vai destinar o imóvel, bem como a comercialização. Assim, têm como função a gestão de um processo complexo que envolve um conjunto de ações e agentes. Estes são considerados agentes centrais para a compreensão da produção imobiliária capitalista.

Os promotores imobiliários têm geralmente o controle do processo de produção imobiliária que pode ser visto tanto como parte do processo de produção do espaço urbano, quanto como a produção de uma mercadoria específica: o imóvel, mantendo um papel fundamental tanto para a compreensão da produção do espaço quanto para

a produção da mercadoria imóvel. Estes promotores lucram com a mudança nos usos e conteúdo do espaço urbano.

Em contrapartida, o Estado, como o quarto agente produtor tem papel fundamental na produção do espaço urbano, pois é quem controla o fundo público, é quem, na forma de poder local, “promove a regulamentação e o controle sobre o uso e a ocupação do solo. [...] É, portanto, o principal intermediador da distribuição de lucros, juros, rendas e salários (direto e indireto), entre outros papéis” (Maricato, 2015, p. 25).

O Estado por estabelecer relações diretas e indiretas com os outros agentes de produção, levando em consideração a sua responsabilidade pelo controle das leis sobre o uso do espaço, da efetivação das políticas públicas na cidade, bem como no armazenamento de grandes estoques de terras. A atuação do Estado visa a criação de condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, produzindo chão, espaços habitáveis, áreas públicas e saneamento.

O quinto que faz alusão aos grupos sociais excluídos, que para Corrêa (2004), enfrentam grandes diferenças sociais pautadas no acesso de bens e serviços, onde a moradia apresenta-se como um desses bens cujo acesso é seletivo, grande parte da classe trabalhadora não tem acesso, ou seja, não tem renda para comprar um imóvel, por isso, são considerados um dos mais expressivos sintomas de exclusão, refletidas na maneira de como a cidade capitalista está organizada, fragmentada e como seus serviços são propostos.

Os grupos sociais excluídos tornam-se agentes modeladores, residindo em ocupações irregulares, representados pelas favelas, loteamentos clandestinos e autoconstruídos etc., são geralmente caracterizados pela precariedade na infraestrutura, acarretando degradação ambiental, que se refletem na qualidade de vida, sobretudo na saúde.

Diante disso, observa-se que, segundo Souza (2011), a articulação desses agentes na produção do espaço urbano, desencadeia processos em função dos seus diferentes interesses, tornando-o mais complexo, fragmentado e contraditório, oferecendo, cada vez mais bens e serviços variados no espaço urbano, que se torna crescente. Um desses processos é a segregação socioespacial, fruto da produção de oferta de cidade diferenciada do Estado em algumas áreas, em detrimento de outras, com finalidade de atender as demandas da sociedade capitalista.

Os grupos excluídos enfrentam as implicações desse processo, sendo empurrados, ou melhor, expelidos de forma imposta, em áreas totalmente necessitadas de serviços básicos como saneamento básico, postos de saúde, segurança pública, escolas, dentre outros serviços. Por outro lado, os grupos de alta renda com poder de compra de terras mais valorizadas e urbanizadas, ocupam bairros privilegiados, refugiando-se de forma auto segregada.

Sobre as diferentes classes sociais e suas formas de ocupação que configuram o espaço capitalista, Corrêa (2004) fala que:

A desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo, de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida e, de outro, as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade (Corrêa, 2004, p. 148).

É importante dizer que a cidade é formada por bairros com características homogêneas, quanto à estrutura urbana, social econômica e ambiental, pois Miyazaki (2013), relata que o uso do solo delimita a existência de diferentes setores na cidade (residencial, industrial, comercial, expansão – com estoque de terras), cuja distribuição é proveniente da pressão do capitalismo. Isso forma um espaço seletivo, com diferentes situações de uso e ocupação, densidade, articulações que são refletidas de forma desigual no espaço heterogêneo.

Porém, apesar de diferentes, essas distintas classes sociais que fazem parte do espaço urbano, se localizam em áreas urbanas específicas de acordo com as suas condições financeiras, mas que estão conectadas no território, onde acontecem as trocas entre as diferentes frações do tecido urbano que fazem parte de toda a estrutura da cidade.

Ainda segundo Miyazaki (2013), é fato dizer que existem duas ou diversas cidades na cidade, sendo resultado da oposição entre classes sociais. No entanto, considera-se que a distribuição dos usos e funções urbanas a partir da distribuição espacial e de seus conteúdos, que promove a circulação e a acessibilidade no campo do espaço urbano, marcado pela divisão social e territorial do trabalho, com fluxos que unificam (ou excluem), distintos setores desse espaço numa relação direta com a forma urbana.

As camadas de mais alta renda mantêm o controle da produção do espaço urbano através do controle de três mecanismos, sendo: um de natureza econômica,

que faz referência ao mercado imobiliário; um de natureza política, que faz alusão ao controle do Estado, e, por fim, por meio da ideologia. Nota-se a influência que o setor imobiliário desempenha na estrutura da cidade, alimentando as diferenças sociais e econômicas, mediante ao parcelamento e valoração do solo urbano.

Com isso, fica evidente que o espaço urbano é alvo de disputa de diferentes agentes (legalmente organizados ou não) que querem sobre ele produzir estruturas segundo com seus interesses ou necessidades conflitantes. Tal disputa provoca, sobre este espaço, uma constante tensão que se materializa, muitas vezes, em conflitos sociais.

Assim, à medida que os agentes sociais produzem o espaço urbano, se torna cada vez mais difícil compreender a dinâmica existente, dimensionar seu desenvolvimento, entender as relações sociais que se constituem. Todavia, para Rolnik (2015), o próprio espaço urbano se encarrega de descrever sua história por meio das suas formas e edificações, visto que o desenho das ruas e das casas, das praças etc. Assim, o referido espaço é formado por um conjunto de atividades que quando conectadas podem configurar e determinar o local e a cultura.

Diante disso, é pertinente ressaltar que todo esse espaço urbano requer de um planejamento para se constituir dentro de uma cidade.

3.2.1 As Dinâmicas do Espaço Urbano

O processo de urbanização, conforme Castells (2014), é a relação entre sociedade e espaço, onde a sua função, da organização específica dos modos de produção, convivem historicamente numa formação social sólida. Diante disso, sociedade e espaço precisam ser vistos de forma vinculada, pois a cada estágio do desenvolvimento social fará correspondência a um estágio do desenvolvimento da produção espacial.

O espaço urbano é produzido por inúmeros elementos sociais, econômicos e culturais, pois a produção nesse espaço é dinâmica e complexa, onde a sociedade transforma esse espaço de várias formas, que vai desde a construção de cidades e estradas até a exploração de recursos naturais. Tais transformações podem ter impactos negativos, como o desenvolvimento sem planejamento urbano, que compromete a vida na terra, devido à exploração desenfreada dos recursos naturais

não renováveis, como impactos positivos, com o desenvolvimento econômico e a melhoria da QV social.

Nessa perspectiva, Saldanha (1993), narrou que o espaço urbano é estruturado a partir da projeção feita da sociedade. Com isso, as formas espaciais serão produzidas devido à ação humana e expressarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes, de determinado meio de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento característico, e da maior ou menor participação da população diante das decisões.

Sendo assim, a análise do processo de urbanização envolve o entendimento das desigualdades sociais existentes neste espaço, por meio das formas de apropriação, manifestadas no parcelamento do solo e nas formas de uso, ou seja, as classes menos favorecidas são as mais prejudicadas. Existe nesse espaço ainda atrelamento entre poder da classe dominante sob a classe dominada e administração dos espaços.

No fim do século XVIII até o começo do século XX, Silveira e Vasconcellos (1984), os novos problemas sociais, econômicos e políticos, foram surgindo no processo de urbanização, então em plena mudança, beneficiaram o nascimento de uma reflexão crítica sobre esses vários procedimentos e provocaram inúmeras teorias sociais, sobretudo, de pensadores franceses como Fourier, Godin, Prodhon e Saint-Simon, bem como de pensadores ingleses, como: Robert Owen, James Buckingham, Ebenezer e Haward, que, preocupados em apontar a pobreza, as condições de saúde pública e as agitações sociais existentes, sugeriram uma reforma econômico-sociais, trazendo propostas que incluíram a materialização de espaços físicos de forma mais apropriados.

As teorias sociais pautadas no processo de urbanização tiveram como objetivo evitar novos problemas sociais, econômicos e políticos, como a poluição do ar, com o aumento das indústrias sem ter qualquer cuidado com os gases químicos liberados na atmosfera, nos rios e no solo, que passaram a comprometer a vida humana em todos os sentidos, causando alagamentos, inversão térmica, chuva ácida, poluição visual e sonora. Mas, estes problemas foram inevitáveis devido a uma falta de planejamento urbano, cumprimento das leis de proteção ambiental, reordenamento do espaço urbano etc.

Pizzol (2006), descreveu o termo urbanismo, como de origem latina, sendo usado pela primeira vez pelo engenheiro espanhol Ildefonso Cerdá em sua, Teoria Geral da Urbanização, no ano de 1867, que passou a adquirir *status* de verdadeira ciência. No século XIX, a ativação do processo de urbanização das cidades e a manifestação de grandes aglomerações urbanas, tanto na Europa como na América do Norte, deu começo aos processos de remodelação dos centros urbanos.

A título de exemplo desse período foi a urbanização da cidade de Paris, por Haussman, que apresentou como finalidade a higienização, o saneamento, a garantia de ar e sol às habitações e a melhoria da acessibilidade as inúmeras esferas da cidade.

O processo urbanização trouxe o crescimento e desenvolvimento das cidades, mas, como essa evolução social desordenada foram surgindo os problemas ambientais urbanos que geraram consequências econômicas e ambientais, como o impacto na disponibilidade e na qualidade dos recursos ambientais, bem como no grande volume de vidas perdidas em motivo dos grandes desastres naturais, que comprometem a sociedade.

Nesse processo evolutivo, Silveira e Vasconcellos (1984), ressaltaram que no século XX, com o final da Segunda Guerra Mundial, as cidades passavam por um novo modelo de urbanização, onde estas adotam as recomendações da Carta de Atenas e das experiências francesas, inglesas e brasileiras. Sendo que estas intervenções deram destaque nos sistemas viários, a despersonalização do espaço, a massificação dos sistemas habitacionais, as dificuldades na mobilidade dos cidadãos e o descaso ao patrimônio natural e cultural das cidades e do seu entorno.

No trabalho em tela, o processo de urbanização ocorreu por meio do processo migratório das pessoas que residiam no campo para a cidade, acarretando a construção de habitações abaixo do padrão normal de moradia, deficiência do transporte público, falta de saneamento, educação, saúde e ainda descaso com as questões relacionadas com o meio ambiente.

A urbanização desordenada, pega as cidades despreparadas para atender às necessidades básicas dos migrantes, por isso, causam vários problemas sociais e ambientais, como o desemprego, a criminalidade, a favelização e a poluição ambiental.

Por isso, a partir de 1960, Carlos (1992) relatou que ocorreu uma preocupação com as questões ambientais no planejamento urbano, que teve como objetivo de preservar o meio ambiente e a melhoria da QV da população. Nesse contexto, o homem localiza-se no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito, não exclusivamente porque nele reside, mas, porque é consequência da sua produção. Sendo assim, precisa existir sempre, a participação do cidadão no destino que é dado aos recursos naturais que estão a sua volta, bem como a sua conscientização de que estes recursos fazem parte de sua vivência e de seus projetos de vida.

É pertinente ressaltar que os problemas ambientais urbanos estão atrelados ao impacto motivado pelas atividades produtivas no meio ambiente, pois como já foi mencionado, os principais problemas ambientais urbanos são: poluição, ilhas de calor, inversão térmica, chuva ácida, enchentes e deslizamentos de terra, que prejudicam uma determinada sociedade, a conscientização social pode mudar o comportamento humano minimizando os problemas ambientais, como: economia de energia e água; reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, evitar desmatamentos, dentre outras.

Nesse contexto, Santos (1998) ressaltou que a cidade, em cada uma das diferentes fases do processo histórico, adotando formas, características e funções diferenciadas. E sua estrutura é caracterizada por uma área central, área mais dinâmicas com o advento das tecnologias, onde se localizam o comércio e os lugares de trabalho mais expressivos, onde concentra um movimento mais intenso e ocorrem as coisas mais importantes.

À medida que as cidades se desenvolvem vão se formando subcentros, centros secundários e centros de bairros, associados às noções de cruzamento de ruas, praças e mercados, ligados por várias finalidades, podendo ser tecnológica, econômica, religiosa, militar ou social, implantando nela a dimensão espacial e um significado social.

As cidades, na atualidade tem evoluído aceleradamente, sobretudo com a chegada das tecnologias, como, por exemplo, a coleta seletiva do lixo e resíduos, sendo automatizada e usa sensores com a finalidade de medir o nível dos coletores; a iluminação inteligente, que visa otimizar os gastos; a mobilidade; a gestão energética, onde a ênfase dada a energia solar fotovoltaica, com baixos impactos ambientais, sendo a fonte de energia com menor emissão de poluentes, dentre outros

avanços que beneficiaram o processo de urbanização das cidades, principalmente dos espaços livres.

Brenner (2018), relatou que na Europa, especialmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a intensificação dos debates sobre a importância dos espaços livres, fizeram referência ao reconhecimento da necessidade desses espaços, em quantidade e qualidade, nos centros urbanos. Em contrapartida, no Brasil, com a clara urbanização e uma grande concentração populacional, chegando a 81,2% da população, existindo ainda a preocupação crescente com a melhoria da QV nas cidades e, com a estruturação dos espaços livres no cenário urbano.

Os espaços livres como parques, praças e até mesmo as ruas podem proporcionar melhor QV, além de colaborarem para a caracterização dos ambientes onde as pessoas querem viver, trabalhar e visitar. Os espaços livres ainda podem fornecer o verde vital à infraestrutura das cidades, consentindo lidar da melhor forma com as inundações e com as mudanças climáticas, além de promover alternativas de lazer e atividades recreativas.

Nesse contexto, Left (2001), diz que a QV se relaciona com a qualidade do ambiente e depende dele para se chegar a um desenvolvimento equilibrado e sustentável, por meio da conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, da valorização e preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ecológica do habitat. Assim, aos espaços livres são essencialmente necessários para dar qualidade nos espaços urbanos.

Os espaços livres como parques, praças e até mesmo as ruas podem proporcionar melhor QV, cooperando para a caracterização dos ambientes onde as pessoas se sentem bem. Os espaços livres ainda podem fornecer o verde vital à infraestrutura das cidades, dando a oportunidade de lidar de melhor com as inundações e com as variações climáticas, promovendo também alternativas de lazer, bem como atividades físicas e recreativas.

Left (2001), ressalta ainda que proporcionar a QV para a sociedade em geral se reflete na saúde reprodutiva e saudável no espaço urbano, mas para isso, faz-se necessário uma infraestrutura apropriada para cada espaço, bem como serviços de saúde que atenda a demanda local, locais que possam promover a recreação e lazer, estabelecimentos comerciais e bancários, que supra a necessidade local, além de áreas verdes preservadas e protegidas.

A partir desse cenário urbano estruturado, fica elucidado que a dinâmica do espaço urbano é o movimento incessante da cidade que cresce, se expande para os lados (horizontalmente) e para cima (verticalmente), envelhece, enquanto novos ambientes são criados e, por vezes são renovados, ganhando nova vida urbana.

Sendo assim, o estudo da dinâmica do espaço urbano visa entender os impactos decorrentes da valorização imobiliária, a dispersão da população, a aglomeração de áreas periféricas, entre outros. Ficou evidente que a dinâmica abrange a urbanização, migração, espaço urbano, cidade, mercado imobiliário.

Diante disso, Pizzol (2006), narra que a dinâmica do espaço urbano precisa ser mais bem planejada, para que a QV urbana ou ambiental urbana possa superar a salubridade do ambiente urbano, a falta de saúde pública, bem como a falta de segurança etc. Nesse cenário, o funcionamento da cidade faz referência ao desempenho das várias atividades urbanas, que foram surgindo diante do processo de urbanização.

As novas dinâmicas urbanas orientam as intervenções públicas e privadas no espaço urbano, promovendo uma organização deste espaço, que atende a uma demanda de determinada parcela da sociedade, pois os agentes se deparam com variáveis que já existem, tais como a especulação do preço da terra (solo urbano), poluição de recursos naturais, aumento dos índices de violência e desemprego, precariedade de serviços públicos da cidade, buscando alternativas diante de aquisição de novas terras, normalmente as periféricas, visto que a centralização do capital se torna inviável, passou a implicar no processo de urbanização no aumento do preço da terra e na modificação da morfologia da cidade.

A partir do exposto, Wilhelm (2003, p.149) diz que a QV da população diante do processo de urbanização “depende de fatores objetivos externos, assim como de fatores subjetivos internos”, que estão relacionados as percepções que revelam formas e deficiências na acessibilidade urbana, fazendo surgir as novas dinâmicas urbanas, onde é papel do urbanismo avaliar de forma crítica a realidade deste espaço e sugerir instrumentos e estratégias de adaptação, dando ênfase na área de estudo no processo de estruturação e evolução do crescimento da malha urbana da cidade de Macapá-AP.

3.3 PLANEJAMENTO URBANO NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O planejamento urbano e regional é um campo de estudo que se fundamenta em diversas teorias e conceitos que buscam explicar os processos de urbanização e regionalização nas diferentes realidades históricas e geográficas. Alguns autores que se destacam nesse campo são: Henri Lefebvre (2000), que desenvolveu a teoria da produção social do espaço e da função social da cidade; David Harvey (2005), que analisou as relações entre o capitalismo, a urbanização e o espaço; Milton Santos (2002), que propôs a teoria do espaço como um sistema de objetos e de ações; Manuel Castells (1983), que estudou a questão urbana na sociedade em rede; Raquel Rolnik (2015), que abordou os temas da reforma urbana, da política habitacional e do direito à cidade; Carlos Antônio Brandão (2016), que organizou o dossiê especial “Planejamento Urbano e Regional: percursos e desafios” na Revista Cadernos Metrópole.

Como demonstrado, muitos estudiosos buscam respostas sobre qual a melhor forma de entender o espaço e suas dinâmicas na busca de alternativas de melhorar o ambiente, local moram.

Segundo Rezende (1982), o planejamento tem a fun o primordial de garantir o uso equitativo do espaço urbano, buscando ordena o, crescimento e transforma o do espaço urbano, por intermédio da formula o de planos e políticas claras, para se superar a crise urbana que se manifesta no local.

Nesse contexto, Zapata (2007) assevera que as experiências de desenvolvimento local no Brasil são resultados de iniciativas intencionais e participativas, envolvendo agentes públicos e privados, decorrentes do aproveitamento de oportunidades geradas para os territórios pela reestrutura o produtiva e pela globaliza o. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento “de cima para baixo”, focado em modelos exógenos “de fora para dentro”,   substituído por uma nova política baseada no desenvolvimento regional que pretende superar desigualdades.

No entanto, segundo Jacobs (2011), o planejamento urbano moderno convencional tem muitas táticas enraizadas, defendidas em fun o de objetivos que dependem de condi es impostas por outras táticas. A autora ilustra como os planejadores atuais justificam seus projetos em fun o das exigências federais: "Temos que fazer isso para conseguir o financiamento federal".

Os autores abordam diferentes aspectos do planejamento e do desenvolvimento urbano, destacando a importância da participa o, da equidade e da supera o das desigualdades, no âmbito do planejamento regional.

Dessa forma o local é a escala mais adequada para o planejamento e gestão das cidades, pois permite considerar as diversas dimensões do desenvolvimento, como a econômica, a social, a ambiental, a cultural, a política e a humana.

O desenvolvimento local é um enfoque que integra essas dimensões e busca investir em diferentes tipos de capital, reconhecendo a interdependência entre eles. (Zapata, 2007; Souza, 2013).

Um dos instrumentos mais importantes do planejamento urbano regional que prioriza o enfoque local é o plano diretor, sendo definido pela Constituição Federal de 1988 como o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano.

O plano diretor é uma lei municipal que estabelece as diretrizes gerais para o ordenamento territorial do município, definindo os objetivos, as estratégias, as normas e os instrumentos para orientar o uso do solo, a gestão do espaço público, a função social da propriedade, a distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização, entre outros aspectos. O plano diretor deve ser elaborado com o acompanhamento de sua efetividade e com a participação da sociedade civil, sendo revisado periodicamente

Segundo Ferrari Junior (2006), o Estatuto da Cidade oferecia os elementos para que a sociedade pudesse analisar com cuidado a implementação de políticas urbanas nas cidades. Assim, havia a possibilidade de aprimorar as políticas urbanas, pois contaria com os moradores das cidades como cogestores das formulações, implementações e avaliações das propostas urbanísticas.

Para Tostes (2020, p. 36).

O debate conceitual sobre o que significa a essência de um plano diretor passa por uma série variáveis, que se deve considerar, principalmente as esferas de participação democrática como fator indispensável para tal, todavia, a experiência brasileira em fóruns participativos e em situações mediadas para obter algum tipo de pacto social, é recente, muito embora o planejamento pragmático promovido pelo Estado brasileiro tenha atravessado todo o século XX e parte do começo do século XXI. As experiências de elaboração de planos diretores e sua possível eficiência e eficácia esbarrou ou tem se limitado ainda a concepção sobre como se trabalhar o viés social participativo democrático sem as interferências diretas dos principais grupos econômicos e de poder.

Assim, pode-se considerar o desenvolvimento local como o resultado dos avanços nos estudos de experiências inovadoras da industrialização, nos quais se destacaram os principais aspectos das estratégias endógenas de desenvolvimento

conduzidas por agentes locais e que se fundamentariam em fatores de competitividade territorial.

4 ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS A PARTIR DO PDDUAM 2004 SOB O ASPECTO DO PLANEJAMENTO URBANO

A dinâmica urbana reflete-se no comportamento da sociedade no meio urbano, motivado por várias transformações na urbe, na paisagem ao longo dos anos, como, por exemplo, pois as consequências do crescimento populacional, as rápidas mudanças tecnológicas e de inovação que interferem na urbanidade da cidade. Para Pantaleão (2009, p. 14):

Estudar as permanências e dinâmicas urbanas é uma tarefa inadiável aos estudiosos da área urbana, independentemente do tipo de abordagem ou da especificidade que se queira aprofundar. A razão dessa necessidade é a possibilidade de recuperação e acompanhamento da evolução urbana, portanto, da história da sociedade e da cidade. Em função das rápidas transformações da paisagem urbana, e, também, de certa homogeneização de cidades capitalistas, sobretudo, as implantadas recentemente, têm sofrido os efeitos benéficos como também nocivos da globalização.

Sendo assim, o crescimento da população, conforme Weiss, Bernardes e Consoni (2015), acarretou novos desafios para as grandes cidades, devido ao célere e sucessivo processo de urbanização que refletiu na dificuldade na desenvoltura no tratamento dos problemas urbanos e sociais, trazendo agravamentos em uma estrutura já complicada e ocasionando a perda de funcionalidades básicas e QV das pessoas que residem nessas cidades.

É nesse contexto que a dinâmica urbana se manifesta, pois, o processo de urbanização traz desafios, bem como problemas decorrentes do crescimento e desenvolvimento da cidade que requer de um planejamento específico, ou seja, as análises na cidade precisam ser feitas minuciosamente para que estratégias sejam colocadas em prática.

Jorge e Tarouco (2018, p. 69), em suas pesquisas disseram que no contexto urbano é admissível identificar dois grandes movimentos que administram a suposição de “soluções para problemas: um movimento que parte da camada de governança, prefeitura e órgãos públicos, e outro movimento que parte da camada governada, cidadãos em geral”. O primeiro movimento gerencia a cidade identifica e apresenta possíveis soluções para os problemas da cidade. Em contrapartida, o segundo movimento representa a

manifestação da própria sociedade a partir dos problemas da cidade, onde as decisões são tomadas pelos pelo próprio cidadão com o fito de propor uma solução.

A partir do exposto, fica evidente que o processo de urbanização de uma cidade precisa envolver a sociedade no desenvolvimento do Plano Diretor, haja vista que todos precisam ser conhecedores dos problemas decorrentes do crescimento urbano da cidade e, conseqüentemente, fazer parte das tomadas de decisões diante da melhor estratégia para dar melhor QV para a população que for beneficiada.

Nesse processo de desenvolvimento, surgem as novas dinâmicas, quadro: urbanas para o Município de Macapá que induzem a necessidade da elaboração de um novo Plano Diretor no citado município, pois conforme Tostes (2007) as novas dinâmicas sucedidas no espaço urbano, sobretudo no final do milênio, intensificaram a demanda por terras urbanas e por habitações, o que acarretou o surgimento de novos bairros cada vez mais afastados do centro da cidade, ocorrendo a duplicação do quantitativo de bairros, que apareceram sem nenhuma infraestrutura (Quadro 5).

Quadro 5 – As novas dinâmicas urbanas que contribuem para um novo Plano Diretor de Macapá

Dinâmica Urbana	Situação em Relação ao PDDUAM/2004	Acepções para um novo plano diretor
Região Metropolitana de Macapá	Apesar de já ter sido institucionalizada como lei, essa dinâmica não foi considerada no PDDUAM/2004	O novo plano deve adotar um planejamento territorial com foco em ações de um Plano Diretor Metropolitano e/ou Plano de Desenvolvimento Integrado.
Crescimento vertical baixo, médio e alto em Macapá	Institucionalizada no PDDUAM/2004 e com foco no aumento de gabaritos para facilitar o crescimento dessa dinâmica	o novo plano deve incluir mecanismos de medir, fiscalizar e controlar o avanço dessa dinâmica, pois, crescimento vertical desordenado e com fins comerciais, sem fiscalização levam a diminuição de áreas verdes e impactos ambientais como o aumento do calor na cidade.

Ocupação das áreas úmidas (Ressacas)	Institucionalizada no PDDUAM/2004	O novo plano diretor deve articular um problema habitacional e o meio ambiente, incluindo a visão de soluções tecnológicas e criativas com a intenção de estabelecer um equilíbrio entre ambos os aspectos.
Expansão de condomínios e loteamentos murados	Institucionalizada no PDDUAM/2004 através o item parcelamento do solo	O novo plano deve adotar medidas mais rigorosas em relação aos impactos socioambientais e espaciais que esse tipo de empreendimento geral.

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A procura por terras urbanas e por habitações se refletem no aumento desenfreado da população, como já foi mencionado no trabalho em tela, esse fato aconteceu devido o processo de migração, as pessoas vêm de outros estados da federação em busca de melhores oportunidades de vida, como empregos. Ao se depararem com a realidade e sem condições financeiras de retornar para sua terra natal, as pessoas invadem áreas de ressaca, bem como terras afastadas do centro da cidade como uma única opção de sobrevivência.

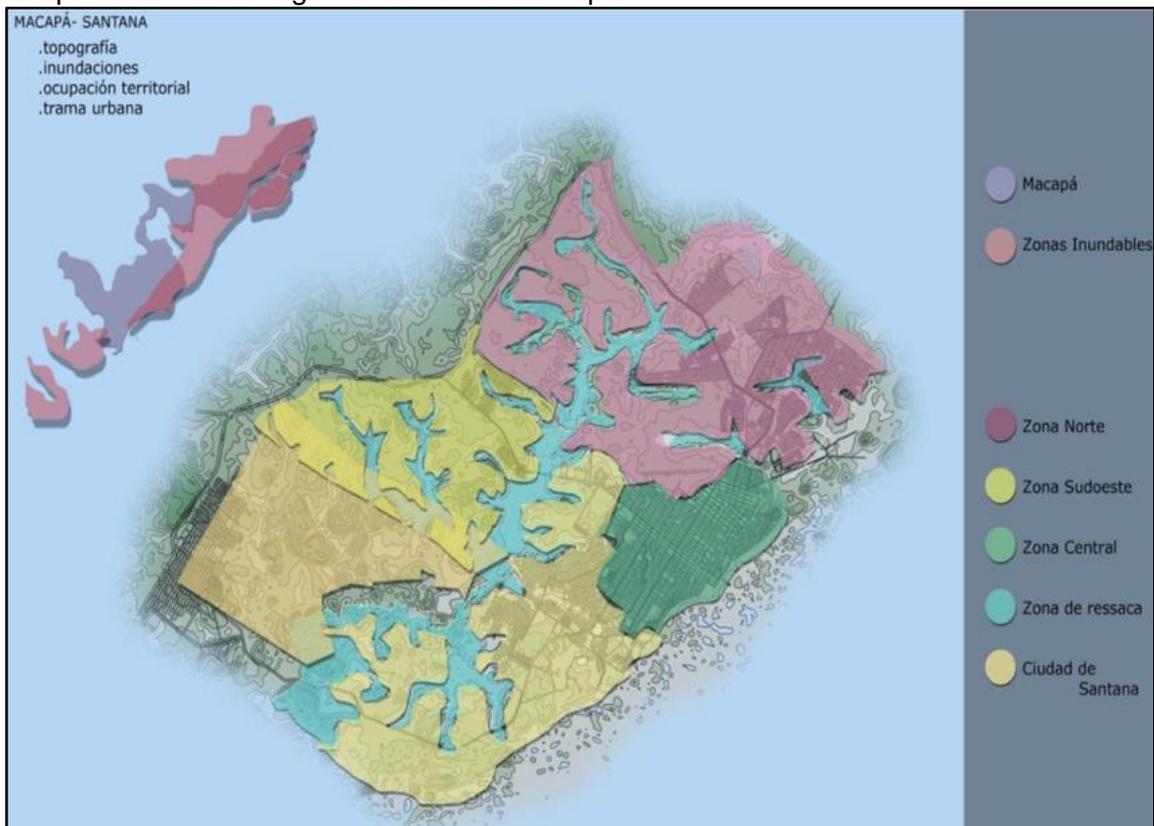
Tostes (2011) em seu estudo pautado nas “transformações urbanas das pequenas municípios na faixa de fronteira setentrional” deixou evidente que os problemas urbanos se agravam cada vez mais devido à falta de integração entre os poderes públicos em várias esferas que resultam na precariedade de inúmeros itens que fazem parte da infraestrutura urbana, pois existem problemas pautados entre a maneira de pensar a gestão e, planejamento, onde as implicações atingem diretamente os espaços urbanos em todo o Estado do Amapá, com resultados negativos, sobretudo no município de Macapá.

Diante do exposto, ficou evidente que o Estado do Amapá atraiu para olhares de todos os Estados da Federação e, conseqüentemente, acarretou o processo migratório, onde milhares de pessoas foram atraídas. Sendo assim, é pertinente ressaltar que o processo migratório atingiu principalmente o município de Macapá de

forma descontrolada, causando expansão do campo espacial por não suportar a pressão demográfica.

Sobre o assunto, Chagas (2020, p. 17) relatou que “a migração desassistida de pessoas das ilhas do Pará para o Município de Macapá e entorno imprimiu o Município de Macapá um ritmo de acúmulo de problemas” para os quais o PDDUAM de 2004 não se efetivou totalmente devido à ausência de ações integradas município-estado, acarretando a intensificação de problemas socioambientais, causados pela falta de disponibilidade de habitações apropriadas para o contingente populacional deslocado para o Estado, que passaram, sobretudo na cidade de Macapá, a ocupar áreas de preservação ambiental, como as ressacas (Esquema 2).

Esquema 2 – Morfologia da cidade de Macapá



Fonte: Adaptação de Tostes e Ferreira (2015) de Taller Sudamerica/SOS CIDADES (2013).

É precisamente nas áreas de ressaca que as condições de moradia são precárias, na maioria dos domicílios as instalações sanitárias são externas e demonstram o desconforto e insalubridade em que vivem os moradores. Existe falta de instalações sanitárias e somente 1% dos domicílios têm fossa séptica. Assim, 70% dos domicílios têm seus dejetos humanos lançados diretamente na água, colocando em risco a saúde dos moradores e poluindo o meio ambiente (INSTITUTO, 2014)

Os problemas socioambientais têm relação entre si, já que a precariedade habitacional e falta de saneamento tornam as condições de vida um desafio para os moradores e, ao mesmo tempo, degradam o ambiente natural. Os principais impactos ambientais verificados por meio da observação direta comprovam que a ação humana é a responsável por essa degradação ambiental. Tais problemas têm trazido várias implicações para o meio ambiente urbano, já que parte dessas áreas desempenha importante função ambiental para as cidades como fonte de equilíbrio das bacias naturais e do microclima.

Chagas (2020, p. 17) diz que “estima-se que cerca de 30% da população de Macapá ocupa áreas de ressacas”. Porém, essa classe de ocupação urbana não foi reconhecida pelos órgãos oficiais de Estado que a consideram como Área de Preservação Permanente (APP) ou Área de Risco, com implicações legalistas fora da realidade pelo descaso público. Com isso, o espaço físico, sobretudo, os de preservação ambiental, como as áreas de ressaca, sendo consideradas importantes para o equilíbrio térmico e a drenagem do município, precisam do desenvolvimento de novas dinâmicas que induziram a necessidade da elaboração de novo plano diretor para o município de Macapá.

Apesar de uma vasta legislação de proteção, tais áreas continuam sendo ocupadas, o poder público permanece inerte neste sentido. Várias moradias permanecem sendo construídas e a ocupação cresce de forma desordenada e sem o controle do processo de antropização. Os problemas das áreas de ressaca afetam as cidades, provocam alagamentos, aterramentos, supressão da vegetação e se agrava a cada dia com o crescimento populacional.

Tostes (2012), é enfático ao afirmar que as novas dinâmicas sucedidas no espaço urbano intensificaram a demanda por terras urbanas e por habitação, ocasionando o surgimento de novos bairros cada vez mais distantes do centro do município, que não tiveram nenhuma infraestrutura. Pois, a ausência de integração e diálogo entre as diferentes esferas do poder público e do planejamento e a gestão, intensifica a precariedade que se reflete na infraestrutura urbana, que trouxeram resultados negativos para o Estado do Amapá, que se refletiu principalmente no município Macapá.

4.1 ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE MACAPÁ: ACEPÇÕES PARA O NOVO PLANO DIRETOR

O processo de metropolização é o fenômeno em que uma cidade se desenvolve muito, exercendo influências nas cidades vizinhas, formando uma região

metropolitana. Esse processo está relacionado à industrialização, à urbanização e à migração, que alteram a dinâmica socioespacial do território.

Lencioni (2020, p. 176), afirma que:

A metropolização se constitui numa associação de processos sociais e espaciais relacionada à reestruturação do capital e do espaço que revoluciona e metamorfoseia o urbano, coexistindo com antigos processos de urbanização. Ao desenvolver a reprodução do capital na sua relação com a produção do espaço dá sobrevida ao capitalismo, tanto pela emergência de dinâmicas novas para sua reprodução, como pela renovação de estratégias de formação de capital que sempre lhes foram instrumentais na apropriação e produção do espaço, tais como, a expropriação, o desapossamento e a espoliação, renovando contradições e conflitos.

Segundo Borja e Castells (1998), as áreas metropolitanas apresentam diferentes formas de organização política e administrativa, que dependem do contexto nacional e regional. Eles identificam basicamente três tipos de organização: (i) as que contam com algum tipo de governo, (ii) as que têm algum tipo de coordenação (como agências) e (iii) as que não têm nenhuma coordenação.

No Brasil, a Constituição Federal abordou o tema de maneira sucinta, somente no artigo 25, parágrafo 3º, estabelecendo que os estados poderão, por meio de lei complementar, criar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, formadas por conjuntos de municípios contíguos, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A lei federal, a Lei 10.257 de julho/2001, alterada pela lei n.º 13.089 de janeiro/2015, institui o Estatuto da Metrópole, estipula as orientações gerais para o planejamento, a administração e a realização das funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas. Também determina as normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros mecanismos de governança interfederativa.

Uma das principais novidades trazidas pelo Estatuto da Metrópole foi a governança Inter federativa. Segundo o art. 2º, inciso IV dessa lei, esse tipo de governança consiste no "[...] compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum" (Brasil, 2015). Portanto, todos os entes federativos, União, Estados e Municípios, que integram uma determinada região metropolitana ou aglomeração urbana devem participar, ou mesmo dividir responsabilidades no que se refere à organização, ao planejamento e à realização das funções públicas de interesse comum.

Diante do contexto nacional, a institucionalização da Região Metropolitana de Macapá, ocorreu por meio da Lei Estadual Complementar nº 21 de 26 de fevereiro de 2003 (Amapá, 2003) e foi regulamentada através da Lei Complementar 112, de 9 de abril de 2018.

Considerando que PDDUAM/2004 objeto deste estudo, foi aprovado em 2004, em sua estrutura nada foi mencionado com relação a ações de integração com a região metropolitana. No Estado do Amapá, a RMM completou duas décadas, mas, sem sair do papel, porém com poucas ações do poder público. Pois, a citada LC, de acordo com Tostes (2020), apontava uma probabilidade de integração do planejamento urbano para os dois municípios, sendo eles: Macapá e Santana, mas, esta ação não teve nenhuma efetivação.

As contribuições de cada município para a criação da região metropolitana visavam o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento urbano regional, mas também do Estado do Amapá. Os três municípios analisados de forma isolada contribuem consideravelmente para a economia amapaense, que ganha com a sua integração em forma de RM.

Segundo Silva, Tostes e Ferreira (2016), a criação dessa RM, teve o intuito de abranger os três municípios supracitados. No entanto, a capital Macapá se justificou apresentar uma maior população diante dos demais municípios de 437.256 habitantes, um PIB de R\$ 8,2 bilhões e 64,3% de todas as riquezas produzidas nos 16 (dezesesseis) municípios amapaenses, além de nela se encontrar o aeroporto internacional, sendo porta de entrada e saída por via aérea.

O aeroporto internacional de Macapá tornou-se um instrumento estratégico no contexto do Estado do Amapá, pois com a criação da ALCMS, no ano de 1991, foram abertas as possibilidades de oportunidades de negócio para a economia do Estado, sobretudo, na indústria, comércio e turismo, com foco nas relações internacionais com a América Central, América do Norte e a Europa, devido à proximidade com a Guiana Francesa, território europeu.

A integração geográfica de Macapá com o segundo maior município do Estado do Amapá, Santana, ocorreu por meio de duas rodovias estaduais, a Rodovia JK, ao leste do estado, e a Rodovia Duca Serra, a oeste. Ao longo destas rodovias encontram-se conjuntos habitacionais, polos agrícolas, um parque de exposições, instituições públicas e privadas, shopping center e a UNIFAP. O município de Santana apresenta uma posição

estratégica com uma população, que segundo o IBGE de 2013 foi de 108.897 habitantes e o PIB de R\$ 1,7 bilhões (INSTITUTO, 2013).

No município de Santana se encontrava a ferrovia, na atualidade está desativada e, de acordo com Silva, Tostes e Ferreira (2016). O maior porto do estado do Amapá, com significativa atividade comercial através do fluxo de mercadorias e matérias-primas que vem de outros estados da Federação.

O porto, inaugurado na década de 1950, mesmo sem sua necessária modernização tem expressiva representação na economia local. Nesta cidade está localizado o distrito industrial implantado no ano de 1980, localizado estrategicamente entre Santana e Mazagão, bem próximo ao rio Matapi, de onde se observa uma pequena atividade portuária devido às transportadoras instaladas nas margens do rio.

O município de Mazagão que apresenta, segundo o IBGE de 2013, uma população de 18.739 habitantes e o PIB de R\$ 208.692 milhões (INSTITUTO, 2013), e com significativa atividade extrativista de produtos da floresta, com ênfase para a madeira. Tem ainda uma fundamental importância para o setor agrícola do Estado do Amapá e a produção de grãos.

Geograficamente, pode-se observar sua proximidade com os outros dois municípios amapaenses, cuja distância do centro de Macapá é de somente 35 km. O potencial econômico, que se antevê nas questões de integração e nos fluxos econômicos e migratórios entre os municípios, se dá a partir dos eixos de conectividades entre eles, entre os quais se evidenciam as rodovias estaduais que interligam Macapá e Santana, as duas pontes que integraram Mazagão à RMM e a rodovia estadual AP-010.

Conforme Silva, Tostes e Ferreira (2016), o acesso a Mazagão se dá pela Rodovia Duca Serra, passando pelo distrito industrial de Santana e tem como eixos de integração de Mazagão duas pontes, uma sobre o Rio Vila Nova e a outra sobre o Rio Matapi. Além da importância econômica e social, a integração rodoviária de Mazagão também vai diminuir o tempo de viagem entre a área metropolitana e os municípios da região sul do estado: Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí.

A partir do exposto, pode-se dizer que município de Mazagão diante de todo esse processo de desenvolvimento, segundo Silva, Tostes e Ferreira (2016), passou a ser uma espécie de apêndice para Macapá e Santana, pois além de se conectar pela rede fluvial, ainda se integrou às outras duas cidades a partir da formação de uma rede modal das pontes uma sobre o Rio Vila Nova e a outra sobre o Rio Matapi, que romperam com o atual isolamento físico dos municípios.

Além da integração das redes modais, Silva, Tostes e Ferreira (2016), ressaltaram ainda que com a criação da ZFV e a proximidade de Mazagão com a área agroextrativista foi decisivo para o processo de integração, tal como o fato de o Distrito Industrial de Santana estar mais próximo de Mazagão. Os municípios de Santana e Mazagão já são integrados no sistema orla através do rio Matapi. Acrescenta-se, agora, com a formação da rede modal, a quebra do isolamento físico com Macapá e Santana.

Borja e Castells (1996), relataram que as RMs são áreas de grande dinamismo econômico e concentração populacional, de fluxos de pessoas e mercadorias e ainda de graves questões sociais e, em alguns casos, até mesmo ambientais, o que faz delas espaços de intensas contradições. As metrópoles são centros estratégicos de produção econômica e cultural e espaços onde acontecem as mais variadas dinâmicas. A metrópole não é uma unidade federativa, mas tem como um território fundamental na dinâmica econômica de uma dada região ou ente federativo.

Na RMM sempre ocorreram dinâmicas, mas segundo Silva, Tostes e Ferreira (2016), o grande entrave é a questão institucional, pois as ações integradoras ocorrem, mas se dão de forma pontual por parte dos governos municipais. Portanto, para o caso amapaense, a partir de 2003, quando foi criada a RMM, era preciso, do ponto de vista institucional: I. Integrar as políticas urbanas regionais; II. Integrar o sistema modal de transporte: rodoviário e principalmente o fluvial; III. Integrar o sistema de preservação de áreas úmidas; IV. Configurar as políticas setoriais de habitação nas áreas integradas (rodovias), nos chamados cruzamentos integrados.

Em termos de governança ainda falta para a RMM, conforme Silva, Tostes e Ferreira (2016): I. Operações consorciadas entre Macapá, Santana e agora Mazagão; II. Os Planos Diretores dos municípios de Macapá e Santana dialogarem, quanto à integração das duas cidades; III. Integração para elaboração do Plano Diretor Metropolitano; IV. Conjugação dos investimentos nos serviços públicos essenciais; V. Redefinição institucional nas chamadas áreas de transição a partir das Rodovias JK, Salvador Diniz e na Rodovia Duca Serra.

Nesse processo de integração, Tostes (2013) diz que a ideia do Plano Diretor Metropolitano entre Macapá, Santana e Mazagão irá permitir várias ações. No contexto atual são restritivas e prejudicam a perspectiva de desenvolvimento, onde entram várias áreas como lixeira pública, sistemas integrados de transportes, investimentos conjugados em habitações de interesse social, a criação de áreas de

comércio de transição, organização de novos fluxos fluviais com a valorização da orla entre Macapá e Santana.

Atualmente, Silva, Tostes e Ferreira (2016), dizem que a institucionalização da RMM é quase inexistente no que tange principalmente à governança. Hoje, as relações se dão mais pela dinâmica que ocorre a partir dos eixos de integração entre os três municípios e entende-se que a dinâmica nessa RMM se dá pela: I. Ocupação das margens das rodovias; II. Crescimento e adensamento populacional; III. Ocupação em margens de área de ferrovia; IV. Ocupação em margens de orla fluvial; V. Crescimento quantitativo de áreas loteadas entre as cidades; VI. Ocupação desenfreada e acelerada das áreas úmidas.

Entre as dificuldades que o processo de governança que a RMM enfrenta contam-se, entre as principais, a falta de destinação de recursos para viabilidade das políticas integradoras e a inexistência de um foro metropolitano para discutir as ações estratégicas para o desenvolvimento local da região, situações que têm enfraquecido todo o processo. Pois, o planejamento dos municípios de Macapá, Santana e Mazagão deveriam levar em conta os níveis de integração efetivos. Na prática, irá representar mudanças expressivas quanto à maneira de visualizar novos polos geradores de emprego e renda. Tal medida significa garantir, de forma mais adequada a otimização de recursos extraorçamentários para todos os municípios.

Souza (2014), narrou que pensar no desenvolvimento local significa dar vazão ao processo de vocação econômica e turística dos municípios de Macapá e Santana, visto que, desde a criação da ALCMS, os dois municípios padecem de um problema comum, uma vez que as inúmeras cidades brasileiras apresentam dificuldades na questão da governança. É importante pensar que o estado do Amapá tem um conjunto de atributos fundamentais para alcançar o desenvolvimento local.

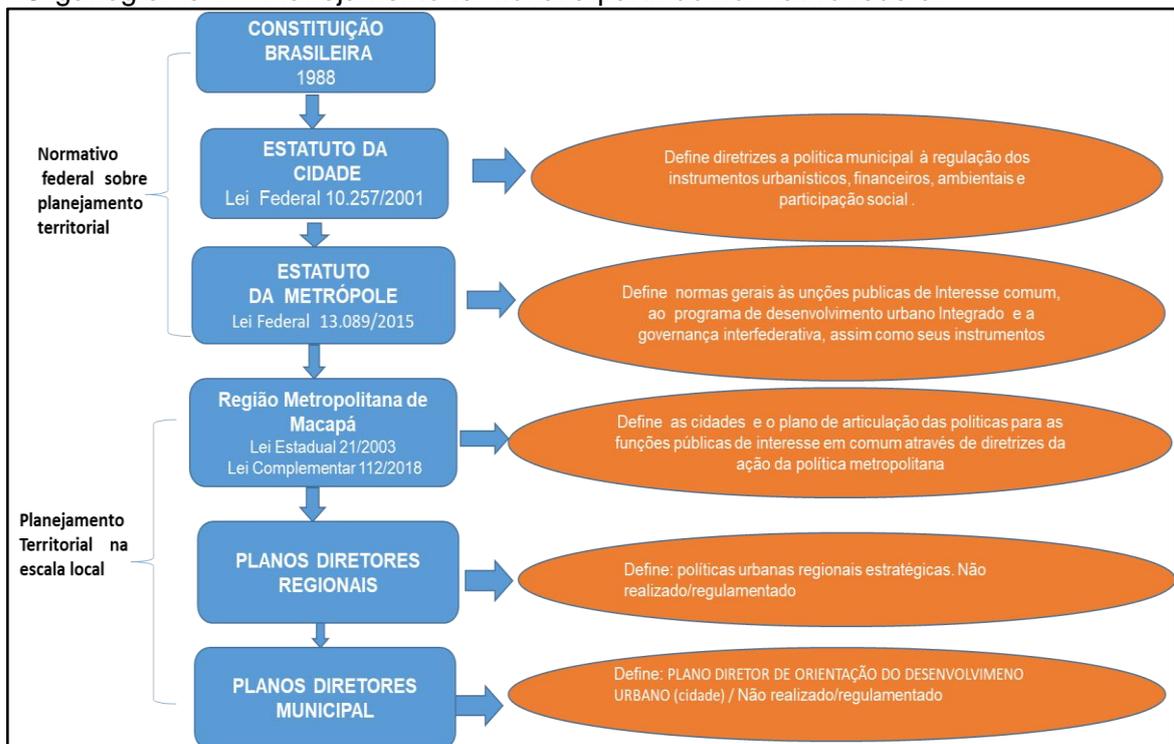
De acordo com Tostes, Souza e Ferreira (2015), a falta de propostas e ações concretas e articuladas para a região, aliadas à fragilidade institucional presente nas esferas locais de gestão dos dois municípios, necessária para dar conta da implementação do que foi concebido nos diferentes planos propostos para às duas cidades, intensificados pelo baixo capital social existente e a interferência de processos políticos no contexto municipal e estadual, distanciam a resolução de problemas atuais e não possibilitam vislumbrar soluções de curto prazo que possam gerar o desenvolvimento para a região.

Tostes (2013), diz que é pertinente ressaltar que o planejamento urbano de uma cidade é a base para alcançar níveis apropriados de organização. Os resultados oficiais provam que o que ocorreu com as cidades de Macapá e Santana, em termos de planejamento urbano e o desenvolvimento local, foi decorrente da forma do isolamento institucional. E, isso acarretou problemas decorrentes dessa falta de integração.

Ha uma dificuldade por parte dos governantes em aplicar a forma de planejamento que o governo federal propõe, ocasionando demora no processo de institucionalização dos planos que vão em desacordo com as dinâmicas urbanas que se apresentam, no Organograma 1, percebe-se um grande distanciamento dos marcos legais sobre a questão da região metropolitana de Macapá, e mais longe ainda o plano integrado regional.

Conforme o exposto, à inexistência de planos regionais para a RMM compromete a administração do uso e ocupação do solo e a gestão eficiente da aplicação dos recursos e investimentos públicos e da prestação dos serviços públicos, com a perspectiva de continuidade e conectividade das dinâmicas urbanas que se apresentam.

Organograma 1 – Planejamento territorial a partir do normativo federal



Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

O novo plano diretor de Macapá deve levar em consideração as dinâmicas urbanas da RMM, mesmo que não institucionalizadas.

4.2 ANÁLISE DO CRESCIMENTO VERTICAL BAIXO, MÉDIO E ALTO EM MACAPÁ A PARTIR 2004: ACEPÇÕES PARA UM NOVO PLANO DIRETOR

A verticalização está relacionada às inovações tecnológicas e aos avanços que ocorreram no período posterior à guerra. Em conjunto com a urbanização e a industrialização, conforme Fisher (1994) esclarece, a construção civil incorporou rapidamente o concreto armado, empregado na concepção e na estruturação de obras arquitetônicas.

Uma das causas do rápido aumento da população urbana é a maior oferta de oportunidades comerciais e de serviços nas cidades, bem como a procura por melhores condições socioeconômicas e de infraestrutura.

Segundo Batista, Brito e Pantoja (2016), é desafio frequente enfrentado pelas grandes cidades brasileiras é a necessidade social de moradia, e para lidar com essa questão, orientações de planejamento urbano apontam o adensamento por meio de edifícios como uma forma de atenuar tal problema.

No entanto, o maior adensamento causa mudanças no comportamento térmico que, dependendo do local, podem favorecer ou prejudicar a qualidade do microclima urbano. Dessa forma, torna-se relevante examinar as consequências e estabelecer critérios para o adequado planejamento das cidades (Melo; Matana Júnior, 2020).

Conforme Silva *et al.* (2018), a verticalização interfere de modo expressivo na disponibilidade de iluminação natural, no incremento de áreas sombreadas e na visibilidade do céu, ocasionando aumento da absorção da radiação solar pelos edifícios, assim como modificações na velocidade dos ventos.

Segundo Jamei *et al.* (2020), a desconexão entre o planejamento e o clima representa um desafio para as cidades, especialmente em virtude dos efeitos nocivos do aumento da temperatura do ar na saúde humana, no consumo de energia e na emissão de CO².

Dessa forma, torna-se essencial avaliar a influência do desenho urbano na qualidade ambiental, para investigar a relação das massas edificadas com os elementos climáticos (Santos; Sauer, 2020).

De acordo com Segundo Batista, Brito e Pantoja (2016), o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) constituem os principais instrumentos de planejamento urbano que norteiam o desenvolvimento da cidade e ordenam as atividades urbanas (comércio, serviços, indústria, moradia, lazer e transporte) no espaço, buscando sua melhor distribuição, funcionamento, eficiência e a qualidade de vida do cidadão.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Macapá foi estabelecido em fevereiro de 2004, pela Lei Complementar (LC) nº 026/2004. A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) também foi aprovada em junho do mesmo ano, pela LC nº 029/2004.

No entanto, o PDDUA de Macapá já passou por diversas alterações em suas diretrizes, especialmente no que se refere aos critérios de verticalização e setorização do solo. Entre 2004 e 2019, foram registradas cinco LCs que modificam apenas esses aspectos: LC 035/206, LC 044/2007, LC 077/2011 LC 109/2014 e LC 115/2017 Silva e Pena (2020).

As mudanças visam aumentar as alturas dos limites máximos permitidos, sobretudo na área central da cidade, a qual é a mais afetada pela especulação imobiliária, na área que se situa às margens do Rio Amazonas e onde se encontram os principais bens históricos da cidade Silva e Pena (2020).

Uma análise dessas leis revela que as diretrizes voltadas para o conforto ambiental são muito incipientes e limitadas a ações específicas e, quase sempre, não se verifica a efetividade dessas normas.

As questões apresentadas na legislação não são concluídas ou mesmo iniciadas e a população é a mais prejudicada por essa deficiência de implementação, uma das consequências são os problemas de conforto térmico agravados pelo planejamento urbano desarticulado.

Tais legislações apresentam poucas referências com relação a conforto ambiental conforme apresentando no Quadro 6.

Quadro 6 – Princípios de conforto térmico institucionalizados no PDDUAM 2004 e alterações

Leis municipais	Item do dispositivo legal	Especificação do critério de conforme ambiental	Forma de execução
PDDUA	Artigos 81 e 83	Os artigos tratam das Subzonas De Ocupação Prioritária (SOP), que	Não estabelecido

LC n° 026/2004		correspondem essencialmente aos bairros centrais, e das Subzonas de Fragilidade Ambiental (SFA), que abrangem sobretudo a área da orla da cidade. Estabelece-se que, nessas áreas, só serão permitidas construções que garantam o conforto térmico e ambiental, condicionadas à implantação de infraestrutura urbana.	
LUOS LC n° 029/2004	Artigo 1 e 68	O artigo 1 indica como diretriz no inciso V, a definição de critérios e parâmetros que garantam o conforto térmico de unidades residenciais. O artigo 68 inciso III, estabelece as diretrizes do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), determina que os impactos potenciais ou efetivos dos empreendimentos ou atividades devem levar em conta alguns fatores de conforto ambiental, tais como os níveis de ruídos produzidos, a alteração do ambiente paisagístico e a interferência na ventilação e iluminação natural.	Não estabelecido
LC n° 044/2007	Artigo 70	O artigo 70 determina que, em até cinco anos, o Poder Executivo Municipal deverá realizar um estudo sobre os seus impactos ambientais, enfocando especialmente a avaliação do conforto e da ventilação da cidade. Para isso, deverá utilizar instrumentos adequados de controle ambiental, conforme as normas técnicas vigentes.	Estudo não apresentado
LC n° 077/2011 e suas alterações	Artigo 6, 15 e 16	Plano de Arborização Urbana do Município de Macapá (PDAU/MCP)	Não precisa de instrumentos para realização

Lei nº 1978/2016	Não se aplica		Regulamenta o Art. 56, da LC nº 26/2004
------------------	---------------	--	---

Fonte: Elaborado pela Autora (2023) adaptado de Silva e Pena (2021).

As alterações do planejamento institucionalizado para Macapá no quadro 5 indicam uma dinâmica de verticalização, voltada para construção civil no que diz respeito a conforto térmico, para atender o mercado imobiliário, sem levar em consideração, a questão social e ambiental.

Ainda de acordo com Batista, Brito e Pantoja (2016) as mudanças no padrão de verticalização do município de Macapá resultaram de dois fatores. O primeiro refere-se à falta de experiência das gestões. O segundo diz respeito ao capitalismo, pois a necessidade da altura dos edifícios passou a atender aos interesses privados do empresariado local.

Como crítica ao processo de planejamento urbano de Macapá e sugestões para a sua melhoria, Silva e Pena (2021) destacam a carência de dados indicadores ambientais importantes, pois sem o diagnóstico atual da cidade, não é possível traçar metas e fazer planejamentos. Por isso, os planos instituídos até agora não resultam em melhoria na qualidade da cidade, uma vez que trabalham sobre bases de dados quase inexistentes.

No que diz respeito a dinâmica de crescimento vertical urbano de Macapá, através da pesquisa de Batista, Brito e Pantoja (2016) a construção de mais prédios em Macapá aumentou, sobretudo nos bairros centrais e nos subcentros como Buritizal, Laguinho e Santa Rita. Essa transformação foi motivada não apenas pela valorização do mercado imobiliário na cidade, mas também pela procura de residências de melhor qualidade pela classe média.

No que diz respeito a dinâmica de crescimento vertical urbano de Macapá, através da pesquisa de Batista, Brito e Pantoja (2016) a construção de mais prédios em Macapá aumentou, sobretudo nos bairros centrais e nos subcentros como Buritizal, Laguinho e Santa Rita. Essa transformação foi motivada não apenas pela valorização do mercado imobiliário na cidade, mas também pela procura de residências de melhor qualidade pela classe média.

Em síntese, as pesquisas de Silva e Pena (2021) e Batista, Brito e Pantoja (2016) apontam que as transformações da verticalização de Macapá, ocorreram para atender aos interesses especulativos, sendo que esse avanço, ocorreu principalmente

nos bairros mais nobres e podem levar a consequências trágicas, que o planejamento urbano não for revisto a fim de minimizar e ou corrigir os impactos sociais e ambientais.

4.3 ANÁLISE DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS ÚMIDAS (RESSACAS) A PARTIR 2004: ACEPÇÕES PARA UM NOVO PLANO DIRETOR

As áreas de ressacas são ecossistemas alagados, com uma forte presença na paisagem de Macapá. Com o aumento do fluxo migratório ao longo dos anos, conforme relatado na caracterização da urbanização da cidade, ocorreu a ocupação irregular dessas áreas, que são atualmente denominadas áreas de Proteção Permanente.

A cidade de Macapá, situada na foz do rio Amazonas, apresenta uma geografia singular, marcada pela presença de rios e igarapés que cortam seu território. Esses elementos naturais propiciam o surgimento da ressaca, um fenômeno típico da região, que consiste na elevação do nível das águas em determinados períodos do ano.

A ressaca tem sido aproveitada para diversos fins, tais como: a construção de habitações; a extração de argila para a produção de cerâmica; a piscicultura; a caça e a pesca de subsistência; a exploração vegetal; a criação de búfalos; a navegação fluvial; e o lazer e, em menor escala, o turismo.

A ocupação irregular das áreas de ressacas ocasiona impactos ambientais e sociais significativos, dessa forma o planejamento urbano, embasado de estudos técnicos e participação social, pode estruturar e harmonizar esses espaços para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Conforme Carvalho (2013) entre 1985 e 2006, a área urbana do município de Macapá aumentou 187%, passando de uma área de 18,38 km² a 54,03 km², o que acarretou redução da área verde, aumentando consideravelmente a ocupação da área de ressaca.

De acordo com Souza (2020), essas regiões possuem proteção ambiental garantida por um amplo conjunto de normas jurídicas (Quadro 7). Das normas jurídicas foi analisado com mais ênfase a que diz respeito às leis municipais, quanto ao plano diretor e referente as dinâmicas urbanas nas áreas de ressaca após a sua instituição em 2004, com objetivo ordenar urbanisticamente esses espaços por meio do planejamento urbano.

O plano diretor de 2004 tratou s problemática das ocupações informais nas áreas de ressaca, desde a proteção do meio ambiente até a questão habitacional.

O PDDUAM em seu artigo 5º, parágrafo 2º e 3º inciso II, oficializou as áreas de ressaca como patrimônio ambiental e conceituou como, as áreas que se comportam como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária e incluiu tais áreas como sistema ambiental (Macapá, 2004a).

Quadro 7 - Legislação Ambiental aplicada a área de Ressaca

Esfera	Dispositivo Legal	Descrição
Federal	Lei n.º 4771/1965	Instituiu no artigo 2º como área de preservação permanente as florestas e outras variedades de vegetação natural que estejam localizadas, dentre outras, ao longo de rios ou de qualquer curso d'água
	Lei n.º 12651/2012	Revoga a lei 4771/1965, e incluiu no paragrafo 3º inciso II, Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas
	Lei n.º 9.433/1997	Instituiu a Política de Recursos Hídricos, que visa à prevenção de usos inadequados nos recursos hídricos.
Estadual	Lei n.º 0455/99	Instituiu o tombamento das ressacas como áreas de proteção ambiental.
	Lei n.º 0835/2004	Revoga a lei 0455/99, dispõe sobre a ocupação urbana, uso econômico e gestão ambiental e que promoveu a exigência de criação do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano (ZEEU).
Municipal	Lei n.º 1.054/00	Dispõe sobre orientações específicas para construir lixeiras coletivas nas entradas das ressacas que possuíssem habitações
	Lei n.º 026/04	Instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, cujo objetivo era ordenar a ocupação do território municipal e tinha como uma das estratégias a proteção ambiental das ressacas, evitando a ocupação por usos e atividades que venham a causar degradação
	Lei n.º 029/04	Instituiu os critérios de uso e ocupação do solo em Macapá e têm como uma das diretrizes a proteção das áreas de preservação e fragilidade ambiental, dentre as quais, as áreas de ressacas da zona urbana da cidade
	Lei n.º 030/04	Instituiu sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e estabelece a obrigatoriedade de reserva de faixa não edificável de, no mínimo, 30 metros de cada lado ao longo das áreas de ressacas, enquanto não estiver aprovado o Código Ambiental de Macapá

Fonte: Elaborado pela Autora, adaptado de Souza (2020).

O plano de 2004 também criou as Áreas de Interesse Social 1, constituídas por ocupações pela população de baixa renda, possuindo irregularidades urbanísticas e precariedade de infraestrutura e de equipamentos públicos, e prevê o seguinte:

Art 129. Sem prejuízo de outros casos, serão implantadas Áreas de Interesse Social 1 nos seguintes assentamentos habitacionais:

I - ...

II - Ocupação residencial nas áreas de ressaca já comprometidas com aterramento e próximas à área central da cidade de Macapá, sendo reconhecidamente a situação dos seguintes casos:

- a) ressaca Laginho/Nova Esperança;
- b) trecho da ressaca do Pacoval;
- c) trecho da ressaca Chico Dias;
- d) trecho da ressaca do Beírol, incluindo parte do bairro do Muca;
- e) trecho da ressaca do Tacacá;
- f) demais ressacas consideradas irrecuperáveis por estudos realizados sobre as áreas de ressaca, especialmente o Estudo de Ações para Intervenções nas Ressacas desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). (MACAPÁ, 2004).

Percebe-se que em termos institucionais e normativos, vários mecanismos foram criados, no entanto, a efetivação da política de urbanização municipal não apresentou a dinamicidade esperada para o desenvolvimento urbano municipal.

As diretrizes do plano diretor de Macapá enfrentam dificuldades de aplicação por diversos fatores. Segundo Carvalho (2015) *apud* Souza (2020), uma das causas é a ausência de medidas posteriores à aprovação de cada plano, o que compromete a implementação desse importante instrumento público.

Outra causa é a falta de definição da estrutura administrativa do Poder Público, de sua gestão e de seus vínculos com a população (Tostes, 2011; Carvalho, 2015; Souza, 2020). Além disso, há escassez de recursos financeiros e de meios nas secretarias para exercer a legislação estabelecida, bem como dificuldade de fiscalização da SEMAM (Souza, 2019, 2020), sem contar o despreparo técnico já mencionado. Portanto, apesar da existência de uma ampla legislação protegendo as ressacas, não há uma regulação efetiva nem uma fiscalização adequada. Os controles são parciais e as ocupações informais persistem diante do ordenamento imposto.

A dinâmica urbana aponta que as áreas de ressaca continuam crescendo, mais moradores ocupam as áreas, apesar de alguns conjuntos habitacionais terem sido criados para retirar da população de algumas áreas elas permanecem sendo

ocupadas, passarelas de concreto sendo construídas em áreas de preservação, e com autorização dos órgãos competentes como analisa Souza:

Importa salientar que o Poder Público, longe de ser homogêneo, possui vozes contraditórias com interesses conflitantes. Por um lado, temos as secretarias ambientais (SEMA e SEMAM) e, por outro, há secretarias capazes de dotar infraestruturas (como a PLANURB e SEMOB). Soma-se aos órgãos locais, as legislações urbanísticas que devem ser seguidas. Isso dificulta intervenções, seja para preservar ou urbanizar (Souza, 2019). O exemplo já citado da construção das 19 passarelas no bairro do Congós, ilustra bem essa contradição, pois o projeto arquitetônico das passarelas foi feito pela PLANURB, aquém das legislações ambientais, mas que, ainda assim, teve aprovação da SEMAM (Souza, 2020).

É notório que se faz necessário discussões efetivas para um novo plano diretor que articule de forma mais clara e detalhada a questão habitacional e o meio ambiente, incluindo inovações para encontrar um equilíbrio entre ambos os aspectos. Para isso a necessidade de mais debates que levem em conta a complexidade inerente do assunto, com a efetiva participação dos moradores das áreas de ressaca e dos habitantes em geral da cidade, para que seus desejos, necessidades e conhecimentos sejam considerados.

4.4 ANÁLISE DA EXPANSÃO DE CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS MURADOS A PARTIR 2004: ACEPÇÕES PARA UM NOVO PLANO DIRETOR

A expansão de condomínios e loteamentos murados ou o crescimento horizontal das cidades é uma das formas fragmentas que as cidades podem crescer, existem um conjunto de processos que concorrem para essas dinâmicas, não somente na expansão da área urbana, resultando em uma maior complexidade do espaço construído, mas também nas características de cada setor da cidade, visto que mudanças nos usos do solo urbano também podem ocorrer.

Para Souza (2014), o parcelamento do solo constitui o instituto jurídico pelo qual se realiza a primeira etapa de construção do tecido urbano. É quando existe a definição da morfologia urbana, configurando a localização das várias áreas destinadas a praças, equipamentos urbanos e comunitários, traçado do sistema viário e demarcação dos lotes onde ocorrerá as edificações, entre outras situações. Porém, muitas áreas das cidades são compostas mediante parcelamento irregular do solo, com construções inadequadas e ordenamento desregrado.

O uso e a ocupação do solo promovem a reprodução social no espaço urbano, e essa propriedade advém da maneira pela qual a edificação pode ocupar

determinado terreno. Presume-se que, ao ordenar determinado local da cidade para ser povoado, deveria ser feito primeiramente um estudo de viabilidade para a implantação do assentamento urbano, porém na maioria das vezes isso não ocorre, pois, muitos locais são ocupados espontaneamente pela população com renda mais baixa, sem o devido regramento.

Para Takeda (2013), antes da apropriação e uso de determinadas zonas da cidade, alguns dos aspectos devem ser considerados: primar pela organização do território, potencializando as aptidões, as compatibilidades, as contiguidades e as complementariedades de atividades urbanas e até mesmo rurais; controlar a densidade populacional e a ocupação do solo pelas construções; otimizar os deslocamentos e a mobilidade; e observar as questões ambientais e a qualidade de vida. Nessa perceptiva a cidade é, por tanto, resultado da criação humana, a partir de relações sociais (Lefevre, 1999; Silva, 2020).

Essa análise sobre o uso e ocupação do espaço que Takeda (2013) e Souza (2014) apresentaram a importância das relações sociais a serem observadas, para construção desses espaços, enfatizando a ideia de que o planejamento urbano desempenha um papel fundamental na configuração das cidades.

De acordo com Ferrari Junior (2004) no Brasil, a partir dos anos dos 80 e 90 com a crescente vitória da teoria neoliberal, o planejamento urbano passa de uma visão de funcionalidade de ordenação territorial nos moldes da produção industrial para uma concepção mercadológica, ou seja, na busca de imagem forte e positiva da cidade para atração de investimentos.

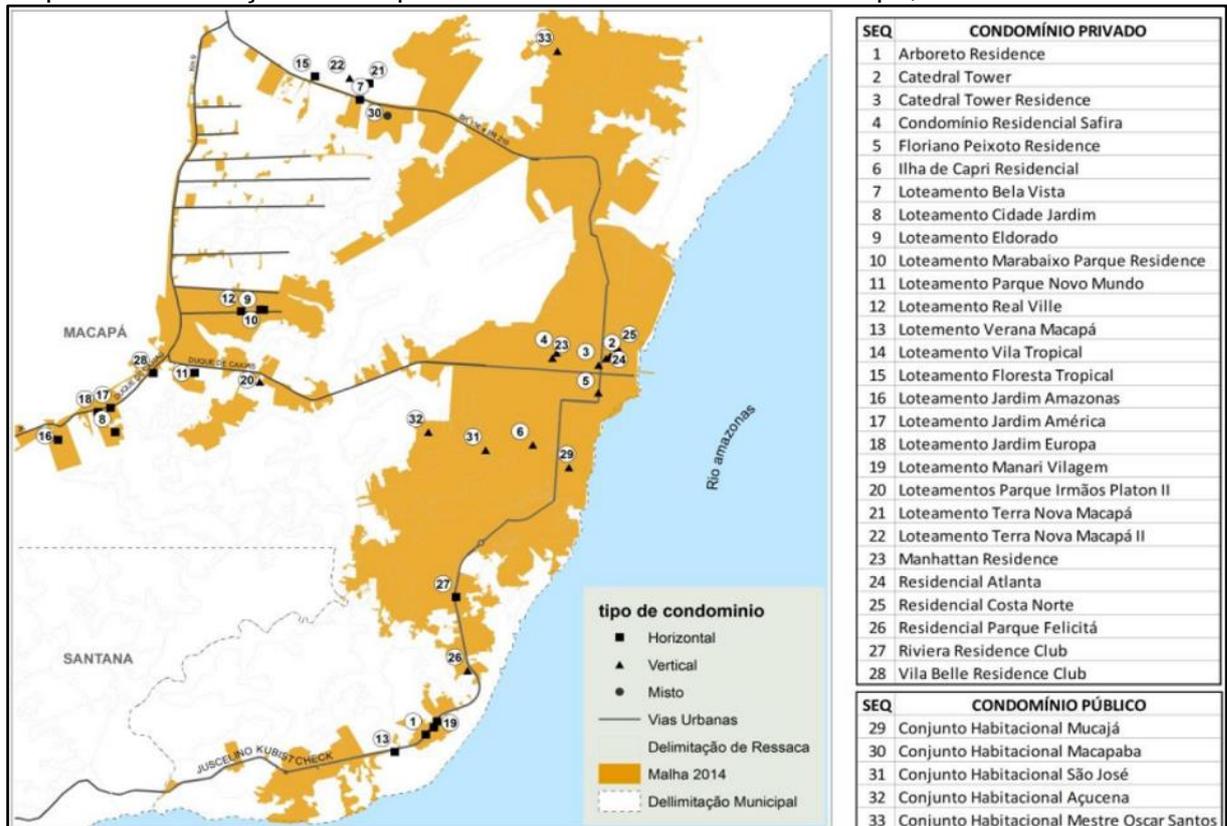
Dessa maneira a cidade é atualmente concebida e projetada com o objetivo de replicar a estrutura econômica referida por Maricato (2001) como uma "cidade orientada pelo mercado imobiliário". Não se observa uma abordagem que busca interpretar ideologicamente o espaço, analisando os principais desafios do desenvolvimento urbano, tais como a mobilidade, a habitação e o emprego.

Neste contexto o Macapá apresentou uma dinâmica acelerada de crescimento de empreendimentos horizontais e com acesso controlado a partir e da efetivação do plano diretor de 2004, conforme apresentado pelas pesquisas realizadas por Silva (2018) (Mapa 9).

Silva (2020, p. 107):

A opção do setor da incorporação imobiliária em oferecer loteamentos murados e condomínios como produtos imobiliários tem a ver, de forma geral, com o maior potencial de lucratividade e menor investimento que esse tipo de empreendimento possibilita, visto que, além da renda obtida com a venda da terra e do imóvel, aumentam as margens de lucro ao associarem a ideia de segurança a esses produtos, ou seja, além do avanço da terra como mercadoria, mercantiliza-se também a segurança nesses empreendimentos.

Mapa 9 – Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2016



Fonte: Silva (2018).

Para a autora em Macapá esse formato de venda imobiliárias deve ter a capacidade de aumentar as margens de lucro ao associar a ideia de segurança a esses empreendimentos, além da renda proveniente da venda da terra e do imóvel. Em resumo, a mercantilização da segurança é uma estratégia que impulsiona os lucros nesse tipo de empreendimento.

Levando em consideração o plano diretor 2004 essas dinâmicas não foram, foram previstas à questão dos empreendimentos globais com acesso controlado. Este termo não se encontra presente no texto do Plano Diretor.

A Lei Complementar nº 029/2004 - PMM, que estabelece as diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano em Macapá, dedica seu capítulo VII às regras de princípios urbanísticos. Contudo, mesmo nesta lei, não se faz referência aos loteamentos murados. No início do artigo 16 da Lei nº 029/2004 - PMM, menciona-se a permissão para a

implantação de condomínios urbanísticos, porém o texto subsequente aborda unicamente os padrões técnicos que devem ser seguidos durante a construção dos empreendimentos Silva (2020).

De acordo com as discussões aqui já apresentadas o PDDUAM de 2004 teve como diferencial ressaltar a importância de realizar o interesse social da cidade, promover a propriedade urbana e garantir o direito democrático à cidade como elementos fundamentais.

A dinâmica de expansão de loteamentos fechados de Macapá vai na contramão do que defende o plano, promovendo a fragmentação do tecido urbano, aumentando a segregação socioespacial da cidade, tais motivos corroboram para que um novo plano diretor seja implementado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada sobre “As novas dinâmicas urbanas que contribuem para um novo Plano Diretor para o município de Macapá-AP”, verificou-se a dificuldade de se pôr em prática, a reforma urbana institucionaliza desde a constituição e seus desdobramentos nos municípios. Das dinâmicas analisadas o que se tem em comum entre elas é a necessidade de levar em consideração a questão social, para participação destes agentes de grupos sociais excluídos no processo de elaboração, acompanhamento e fiscalização da política pública.

Os resultados da pesquisa mostraram que o PDDUAM de 2004 apesar de ter apresentado avanços na perspectiva social e ambiental, desde a sua criação exerceu impacto de crescimento econômico para o setor imobiliário, os problemas decorrentes do aumento da população passaram a comprometer a cidade em crescimento, como as fragilidades urbanas e ambientais existentes em áreas úmidas, fragmentação do tecido urbano, intensificação da segregação sócio espacial, ilhas de calor, têm efeitos e graves consequências para a cidade.

A dinâmica da Região Metropolitana de Macapá, indica a necessidade de realização de um planejamento integrado entre as cidades de sua jurisdição, tal planejamento seria uma prerrogativa para o plano diretor da cidade Macapá

Através da análise da dinâmica crescimento vertical baixo médio e alto em Macapá, percebeu-se a necessidade de um plano diretor que apresente mecanismos técnicos de análise de conforto ambiental, de medir, fiscalizar e controlar o avanço dessa dinâmica, pois, crescimento vertical desordenado, acelerado e com alteração de gabarito na média de 81,5% para atender fins comerciais, sem fiscalização levam a diminuição de áreas verdes e impactos ambientais como o aumento do calor, desconforto térmico na cidade.

A pesquisa sobre dinâmica de ocupações de área úmidas indicou crescimento dessas áreas, mesmo sendo área de proteção ambiental, houve modificações como a construção de passarelas de concreto, aumento populacional, fora da realidade do que plano diretor de 2004 orientou, sendo para assim para novo plano diretor deve articular o problema habitacional e o meio ambiente, incluindo a visão de soluções tecnológicas e criativas com a intenção de estabelecer um equilíbrio entre ambos os aspectos.

A dinâmica de crescimento horizontal em Macapá tem a característica de serem loteamentos e condomínios fechados, o crescimento dessa dinâmica também foi alto a partir de 2004 e trazem grandes consequências, dentre elas a segregação social, sendo assim o novo plano diretor deve adotar medidas mais rigorosas em relação aos impactos socioambientais e espaciais que esse tipo de empreendimento gera.

Sendo assim as dinâmicas urbanas analisadas neste trabalho indicam um crescimento urbano especulativo, sendo necessária a recondução pelo poder público de um planejamento que se apoie e faça cumprir as diretrizes do Estatuto da Cidade. Deve ser alinhando os interesses dos agentes do espaço urbano Macapaense com as legislações vigentes, e garantias de participação do controle social.

A utilização de instrumento como plano diretor, sendo bem conduzido, com todo aparato técnico, participação do controle social, dentro de um planejamento com foco no desenvolvimento da cidade é o limiar para modificar a situação das dinâmicas apresentadas.

A partir das informações apresentadas no trabalho em tela, fica evidente a necessidade da elaboração de um novo Plano Diretor para a cidade de Macapá, mas para isso acontecer e alcance resultados positivos é necessário que o poder público, municipal, estadual e federal passe a caminhar em uma mesma direção em prol de um desenvolvimento urbano direcionado e planejado. Pois, o quadro atual é inteiramente desfavorável na cidade de Macapá do ponto de vista da qualidade urbana, onde a situação tem sido agravada devido às fragilidades dos investimentos necessários para o processo de urbanização.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Poder Legislativo. **Lei Estadual Complementar nº 21 de 26 de fevereiro de 2003**. AMAPÁ 2003. Disponível em:

http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=17537. Acesso em: 25 set. 2023.

ANDRADE, R. F. **Políticas de desenvolvimento regional, migração, urbanização e saúde na Amazônia brasileira com ênfase ao município de Macapá**. Belém: UFPA, 1995. 138 p.

BARCELLOS, P. F. P.; BARCELLOS, L. F. P. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Revista FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 129-144, jan./jun. 2004.

BATISTA, A. J.; BRITO, D. M. C.; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista Geo Amazônia**. Belém, v. 4, n. 8, p. 46- 63, jul./dez. 2016.

CASTELLS, Manuel BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos. CEBRAP**. n. 45, jul. 1996. Disponível em:

<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/85>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus/Pensamiento, 1998.

BRANDÃO, A. C. Apresentação. **Cad.Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 617-621, nov 2016. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/30164/20904>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. O estatuto da cidade: explica as normas que compõem as diretrizes nacionais para o desenvolvimento das cidades. Brasília – DF. **Diário Oficial da União**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre a ética em pesquisa**. 2016. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 16 out. 2023.

Brenner, N. **Espaço de Urbanização**: o Urbano a partir da Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BRITO, C. M. **Visualidades da Fortaleza de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá**. 2013. 220 f. Dissertação (Mestrado Ensino das Artes Visuais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BUSRALAN, M. C. S. *et al.* A vila planejada de São José de Macapá no Período Pombalino (1750-1777). *In*: FERREIRA, J. F. C. (org.). **Geografia do Amapá em perspectiva**. V. II. Maringá, PR: Uniedesul, 2020. p. 19-33.

CANTO, F. **Fortaleza de São José de Macapá**: vertentes discursivas das cartas dos construtores. Brasília: Senado Federal, 2021. 512 p.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. 104 p.

CARVALHO, G. M. **Crescimento urbano e perda de áreas verdes em Macapá: riscos e possibilidades de proteção**. 2013. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Macapá-AP, 2013.

CARVALHO, B. M. **Vivienda popular en el Amazonas brasileño. El caso de las rissacas em la ciudad de Macapá**. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Instituto de Investigaciones Sociales, UNAN, México, 2015.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CHAGAS, M. A. Macapá: Um município-estado - Palavras para reconciliação da natureza com sua urbe antes do fim do mundo. *In*: TOSTES, J. A. **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004**. – Macapá: UNIFAP, 2020. p. 11-23.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 2004.

DEÁK, C. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed, São Paulo: Edusp, 2015. p. 32-46.

CHELALA, C. A. **A Magnitude do Estado na Sócio economia Amapaense**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

CORBUSIER, L. **A carta de Atenas**. São Paulo: Edusp, 1993.

DI SARNO, D. C. L. **Elementos de Direito Urbanístico**. 1. ed. Barueri: Editora Manole, 2004.

FERNANDES, E. A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. *In*: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (org.). **Direito urbanístico**: Estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

FERRARI JÚNIOR, J. C. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das

Municípios brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun. 2004.

FISCHER, S. Edifícios altos no Brasil. **Espaços & Debates**. São Paulo. n. 37, p. 61-76, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, R. C. C. *et al.* **Política Habitacional e Urbanização no Brasil. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. v. 7, n. 146, 2003. Disponível em: [https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(083).htm). Acesso em: 20 jan. 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**. 2014. Disponível em: <https://Municipios.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>. Acesso em: 16 maio. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**. 2013. Disponível em: <https://Municipios.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/historico>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/historico>. Acesso em: 15 out. 2023.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JAMEI, E. *et al.* Urban design parameters for heat mitigation. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**. v. 134, dez. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S136403212030650X>. Acesso em: 21 abr. 2023.

JORGE; G. G.; TAROUÇO, F. F. Novas dinâmicas urbanas para a resolução de problemas das cidades: um olhar sobre a Porto Alegre online/offline de hoje. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 16, n. 2, 2018.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. São Paulo: Annablume, 2000.

LEFT, H. **Saber ambiental**. Petrópolis: editora Vozes, 2001.

LENCIONI, S. Conceitos fundamentais da Geografia: metropolização. **GEOgraphia**. Niterói, v. 22, n. 48, p. 173-178, 2020.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Paraná. v. 1 n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MACAPÁ, **Lei Complementar nº 21 de 26 de fevereiro de 2003**. Institui a Região Metropolitana do Município de Macapá, Estado do Amapá, e dá outras providências, Macapá-AP, 2003.

MACAPÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Macapá**. Lei Complementar (LC) nº. 026/2004-PMM, de 20 de janeiro de 2004. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá, Macapá-AP, 2004.

MACAPÁ. **Lei Complementar nº 029/2004 - PMM de 24 de junho de 2004**. Institui as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá e dá outras providências. Macapá-AP, 2004.

MACAPÁ. **Lei Complementar nº. 035/2006-PMM**, de 27 de janeiro de 2006. Altera dos dispositivos da LC 029/2004 - PMM, Macapá-AP, 2006.

MACAPÁ. **Lei Complementar nº. 044/2007-PMM**, de 26 de novembro de 2007. Altera os dispositivos e anexos I, II, III e V da LC nº 029/2004-PMM e dá outras providências, Macapá-AP, 2007.

MACAPÁ. **Lei Complementar nº. 077/2011-PMM**, de 21 de janeiro de 2011. Altera a redação de dispositivos e anexos que menciona, da LC nº 029/2004 – alterada pela LC nº 044/2007-PMM, e da LC nº 026/2004 – PMM, alterada pela LC nº 045/2007-PMM, introduzindo novos dispositivos na referida LC. Macapá-AP, 2011.

MACAPÁ. **Lei Complementar nº. 109/2014-PMM**, de 31 de dezembro de 2014. Altera os incisos e artigos da Lei Complementar nº. 077/2011-PMM (que alterou o Anexo II – Coeficiente de Aproveitamento do Terreno para aplicação dos Instrumentos Indutores do Desenvolvimento Urbano da LC nº 026/2004 – PMM, PDDUA e os dispositivos e anexos I, II, III e V da LC nº 029/2004-PMM) e artigos 81 e 83 e Mapa 6 – Macrozoneamento Urbano, do Anexo I – Mapas da Lei do PDDUA de Macapá da LC nº 026/2004 – PMM. Macapá-AP, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**: planejamento urbano no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MELO, E. F. R. Q.; MATANA JÚNIOR, S. Análise da verticalização urbana no eixo estruturador de Passo Fundo – RS. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, e20190369, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190369>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/urbe/a/3LZTmmpLSY7zV9Nw5J5ccfs/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2023.

MICHELAM, L. D. *et al.* O desenvolvimento urbano baseado no conhecimento como estratégia para promoção de Municípios inteligentes e sustentáveis. **Revista Gestão Ambiental. e Sustentável – GeAS**, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana**. 2013. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

NASCIMENTO NETO, P. **Políticas de habitação em espaços metropolitanos: obstáculos à articulação regional na Área Metropolitana de Curitiba**. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

NOGUEIRA, D. J. S. **Processo de urbanização e qualidade de vida da cidade de Caraubas/ RN: uma análise sobre população urbana**. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Caraubas/RN, 2021.

OLIVEIRA, D. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PANTALEÃO, S. C. **Permanências e Dinâmicas Urbanas: perceber a cidade através de suas transformações**. In: XII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideu. **Anais...** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/284.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PORTO, R.L.J. **Palestra Configurações espaciais de Macapá (Amapá, Brasil): da decisão política a produção do espaço no meio do mundo**. Abril 2023. DOI 10.13140/RG 2.2.26526.41280. Universidade Federal Do Amapá – UNIFAP Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional in. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369782726_Configuracoes_espaciais_de_Macapá_Amapá_Brasil_da_decisao_politica_a_producao_do_espaco_no_meio_do_mundo_1944-2024.

PEREIRA, R. A. **Expansão e planejamento urbano em Macapá: o caso da Gleba Infraero**. 2013. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá, Santana, 2013.

PIZZOL, K. M. S. A. A dinâmica urbana: uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano. **Caminhos de Geografia**. v. 1, n. 16, p. 1-7, fev. 2006.

PORTILHO, I. S. Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP. **Seminário Latino-Americano de Geografia Física, 4; Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. p. 1-15.

PORTO, J. L. R. **Palestra Configurações espaciais de Macapá (Amapá, Brasil): da decisão política a produção do espaço no meio do mundo.** Abril 2023. DOI 10.13140/RG 2.2.26526.41280. Universidade Federal do Amapá – UNIFAP Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369782726_Configuracoes_espaciais_de_Macapá_Amapá_Brasil_da_decisao_politica_a_producao_do_espaco_no_meio_do_mundo_1944-2024. Acesso em: 9 ago. 2023.

REIS, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Edusp, 2001.

REZENDE, V. **Planejamento urbano e ideologia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ROLNIK, Raquel e KLINKm Jeroen Johannes. **Crescimento economico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precarias?** 2011, Anais. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo 2011. Acesso em 09 out. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SABOYA, R. T. **Fundamentos conceituais para uma teoria do planejamento urbano baseada em decisões.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, n. 2, p. 81-95, jul./dez. 2013.

SALDANHA, N. **O Jardim e a Praça:** privado e público na vida social e histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, C. N. **A cidade como um jogo de cartas.** São Paulo: Projeto Editores, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, E. R. C. Grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do Amapá. *In:* PORTO, J. L. R. *et al.* **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas.** Rio de Janeiro: Publit, v. 1, p. 45-72, 2010.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, J. S. A.; SAUER, A. S. A Influência da Verticalização na Sensação Térmica Urbana: Estudo de Caso em Vila Velha/ES. **MIX Sustentável**, v. 6, n. 4, p. 29-42, ago. 2020. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/mixsustentavel>. Acesso em: 24 maio 2023.

SILVA, M. V.; PENA, B. L. Análise do plano diretor urbano de Macapá (2004) com ênfase na verticalização e no conforto ambiental. *In:* TOSTES, J. A. (org.). **Os**

distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004. Macapá: UNIFAP, 2020. p. 77-101.

SILVA, E. A. C. Novas Estratégias de Atuação do Mercado Imobiliário e Produção do Espaço Urbano em Macapá-Amapá. XIX Encontro Nacional de Geógrafos, 19, 2018, João Pessoa/PB, **Anais...** João Pessoa: UFPB. Disponível em: file:///C:/Users/raull/Downloads/Trabalho%20completo%20_%20Eliane%20Cabral%20Oda%20Silva-1.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

SILVA, I. *et al.* Morphological indices as urban planning tools in northeastern Brazil. **Sustainability**, v. 10, n. 12, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/raull/Downloads/sustainability-10-04358-v3.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, M. V.; PENA, B. P. L. Análise do conforto ambiental no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá-AP, de 2004 a 2019: Diretrizes E Consequências Ambientais. Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS 2021 DIGITAL), 9, 2021, Bauru. **Anais....** Bauru: UNESP/FAAC:FEB, 2021. Disponível em: <https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper1003.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SILVA, S. C. O.; TOSTES, J. A. ; FERREIRA, J. F. C. O desenvolvimento local integrado na Região Metropolitana de Macapá, Santana e Mazagão na Amazônia. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL - PLURIS, 7, Anais, Maceió: UFAL, 2016. v. 1. p. 138-157

SILVA, M. O. **Políticas habitacionais brasileiras: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, E. C. A Urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 21, n. 2, jan./dez. 2017

SILVA, O. T. As práticas espaciais dos promotores imobiliários e os padrões de produção imobiliária em Macaé-RJ. **GeoUECE** (online), v. 10, n. 18, p. 19- 41, 2021.

SILVA, C. E. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (2004) e a questão da fragmentação do espaço urbano: condomínios e loteamentos murados. In: TOSTES, J. A. (org.). **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004.** Macapá: UNIFAP, 2020. p. 103-117.

SILVA, S. C. O.; FERREIRA, J. F. C.; TOSTES, J. A. Cidades médias amapaenses: uma análise sob a ótica do planejamento urbano. **Revista Nacional do Gerenciamento de cidades.** v. 5, n. 36, p. 91-104, 2017.

SILVEIRA, I. M.; VASCONCELLOS, V. M. N. **Repensando o Urbanismo.** In: TURKIENNICK, B. (org.). **Desenho Urbano I.** Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. São Paulo: Projetos Editores Associados, 1984. p. 63-76.

SOUZA, M. L. **Abc do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, L. R. **Cartografia das controvérsias: entre ação direta e luta institucional na produção de uma ocupação informal em palafitas na cidade de Macapá (AP)**. 2019. 257 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, L. R. Controvérsias e fragilidades do Plano Diretor sobre ocupações informais em áreas de ressaca. *In*: TOSTES, J. A. (org.). **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004**. Macapá: UNIFAP, 2020. p. 119-134.

SOUZA, L. R. Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e tão altaneira? **Revista Projeto**, São Paulo, n. 53, p. 36-42, jul. 1983.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SOUZA, A. C. M. de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação**: as cidades de Macapá e Santana nas perspectivas do desenvolvimento local. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOSTES, J. A. **Planos diretores no Estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá/AP. Editora: Tostes, 2006.

TOSTES, J. A. **Políticas urbanas intervencionistas nos Municípios amazônicas: no Amapá e encruzilhada entre a necessidade e a obrigação**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, 2007, Belém-PA. **Anais [...]**. Belém-PA: UFPA, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/raull/Downloads/1031-Textodoartigo-4007-1-10-20190204.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas Municípios na faixa de fronteira setentrional**. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2011.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas Municípios amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

TOSTES, J. A. Formação institucional da Amazônia: Formação institucional e desenvolvimento regional no estado do Amapá. **Coleção Formação Regional da Amazônia**, v. 1. Belém, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/raull/Downloads/Colecao_Formacao_Regional_da_Amazonia_Be.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

TOSTES, J. A., DIAS, S. F. **Planejamento Urbano Regional no Estado do Amapá**. Macapá: UNIFAP, 2018.

TOSTES, J. A., DIAS, S. F. **Os distintos olhares do Plano Diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá: UNIFAP, 2020.

TOSTES, J. A. **Reconfiguração das cidades de Macapá e Santana através das rodovias Duca**

Serra e JK entre as décadas de 1950 a 2010. Disponível em:

http://josealbertostes.blogspot.com.br/2013/02/reconfiguracao-das-cidades-demacapá_24.html

Acessado em: 09.09.2022.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1999.

VIKOU, S. V. P.; CANEPARO, S. C.; PAULA, E. V. A expansão urbana no entorno do parque nacional de Saint-Hilaire-Lange. **Guaju**, Matinhos, v.4, n.1, p. 94-106, jan./jun. 2018.

VITTE, C. C. S. **Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e cidadania no início do século XXI**. São Paulo: Editora Annablume, Fapesp, 2012.

WEISER, A, A; TOSTES, A,J. **Transformações espaciais entre as cidades de Macapá e Santana (AP)**: o caso das rodovias Duca Serra e Juscelino Kubitschek. *In*: VII Semana de Arquitetura e Urbanismo (SAL 2018). Macapá: Unifap, 2018.

Disponível em: https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/Alice-Weiser_Jose-Tostes_VII-SAU.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

WEISS, M. C.; BERNARDES, R. C.; CONSONI, F. L. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanas: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 310-324, set./dez. 2015.

WILHEIM, J. **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

ZAPATA, Tânia. Desenvolvimento Territorial Endógeno: conceitos, dimensões e estratégias. *In*: ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007. p. 24-61.